

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**O ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES COM O “MUNDO DO CRIME” E O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES**

OSMAR ANTÔNIO BELUSSO JÚNIOR

Porto Alegre

2021

OSMAR ANTÔNIO BELUSSO JÚNIOR

**O ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES COM O “MUNDO DO CRIME” E O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Belusso, Osmar

O envolvimento de adolescentes com o "mundo do crime" e o processo de construção social das masculinidades / Osmar Belusso. -- 2021.

178 f.

Orientadora: Rochele Fellini Fachinetto.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Juventude. 2. Trajetória Infracional. 3. "Mundo do Crime". 4. Gênero. 5. Masculinidades. I. Fachinetto, Rochele Fellini, orient. II. Título.

OSMAR ANTÔNIO BELUSSO JÚNIOR

**O ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES COM O “MUNDO DO CRIME” E O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Ana Paula Motta da Costa

Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Liana de Paula

Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo

Porto Alegre

2021

Aos meninos que compartilharam um pouco de si comigo.
Que as histórias não se percam no caminho.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de um mestrado que durou três anos e gerou muitas inquietações. Muitas coisas aconteceram nesse meio tempo, inclusive uma pandemia. Mas mais importante do que isso, esta pesquisa é o resultado de um longo processo construído coletivamente. É por isso que eu, que assino este estudo enquanto autor, reservo este espaço singelo para agradecer nominalmente àquelas pessoas que são parte constitutiva desta pesquisa e deste pesquisador. Adianto que um tanto de gente será lembrada e que, por me ater ao afeto e à sinceridade, é possível que eu fuja da formalidade científica. Vamos lá.

Quando a Rochele aceitou me orientar, certamente não imaginou a trabalhadeira que teria pela frente. Mesmo assim, as contradições e os desvios de rota que provoquei na pesquisa nunca tornaram nossa parceria meramente burocrática e protocolar. Pelo contrário, ela sempre demonstrou uma incrível capacidade de escutar as confusões, acalmar as inseguranças e organizar as ideias. Por tudo isso, a Rochele é uma fonte de inspiração na academia e na vida. Obrigado por ter topado embarcar nessa jornada maluca comigo e por ter me ajudado a lidar com as pedras do caminho. A viagem valeu a pena.

As professoras Ana Paula, Liana e Melissa vêm de lugares diferentes e participaram da minha trajetória de maneiras diversas. Não só aceitaram estar na minha banca de defesa, mas suas pistas, ideias e inquietações foram seguidas (assim espero) nesta dissertação, seja pelos caminhos que encontrei em seus artigos e livros, seja pela proximidade que tivemos em aulas e reuniões de pesquisa. Por muito mais do que vocês imaginam, muito obrigado.

A UFRGS abriga um bocado de gente querida com quem tive o prazer de conviver, especialmente através do PPGS e do GPVC. Aos professores, funcionários e estudantes que aos poucos me fizeram deixar de ser um intruso para virar um colega, um obrigado permeado de afeto. Aos colegas de CEGOV, recém chegados na minha vida, também registro minha gratidão por terem me ensinado como conciliar o profissionalismo no ofício da pesquisa com uma boa dose de improviso. Um obrigado especial para Alex, Ana Gabi, Aninha, Bruna, Camila e Vic, pelas parcerias e trocas que tornaram um trabalho impensável em algo possível.

Registro aqui também um agradecimento aos trabalhadores dos CREAS que visitei durante este estudo, principalmente aos técnicos Ana Carolina, Davi, Flávio e Kátia, por toda atenção dispensada e por terem encontrado um espaço em suas rotinas de trabalho já bastante agitadas para receber um pesquisador curioso.

É difícil mensurar o quão grato eu sou aos guris cujas histórias são narradas aqui. Os meninos não só inspiraram e viabilizaram a minha dissertação, como também eu mesmo fui tornado possível. Por isso, um agradecimento ou mesmo uma dedicatória ainda é muito pouco comparado aos horizontes que eles propiciaram para a pesquisa e para mim. Os rostos, as vozes e os nomes não serão esquecidos. Obrigado pela destruição e pela reconstrução que vocês me proporcionaram.

Agradeço carinhosamente à Carol, ao Edson e à Vanda, os camaradas que me acompanharam quando o mestrado ainda não passava de uma vontade descabida. Um muito obrigado especial à Carol, que sempre foi uma inspiração de ética, companheirismo e coragem desde que embarcamos na aventura de explorar os confins de Canoas.

Também agradeço a um punhado de pessoas maravilhosas que contribuíram para a conclusão desta etapa de formas variadas e muitas vezes sem nem perceber. Amizades que surgiram de encontros inesperados, como a Brub e a Robs, que me acompanham há tanto tempo com um apoio incondicional. Ou então como o Guilherme, que agora mora longe, mas perto o suficiente para continuar sendo o mesmo amigo leal e compreensivo de sempre. Ou ainda como o Henry e o Nick, com quem aprendi a contar histórias tão criativas quanto impossíveis.

Por vezes, o apoio de algumas pessoas não é óbvio, mas nem por isso menos concreto. A ternura dos meus queridos Fabi, Fê, Jujunet, Luquinhas da galera e Rodrigo (também conhecido como Danilo) foram fundamentais para que o Osmar de hoje seja, de fato, o Osmar de hoje. Na verdade, são pessoas que me inspiram a ser quem eu gostaria de ser. E, nesse caso, a Luli e a Tami possuem um papel único: são pessoas tão maravilhosas que parecem inventadas, responsáveis por me ensinar um pouco de tudo sem saber: alegria, cuidado, leveza e luta. A vocês, um obrigado de quem tem muito a retribuir.

A vida e a pesquisa acadêmica são coisas muito dinâmicas que às vezes nos jogam para uma direção completamente imprevisível. Aqui, preciso agradecer a Tace, que sempre esteve disposta a rir, ouvir e se importar, mesmo com as mudanças de tempo. Nossa amizade é como retornar para casa depois de uma longa e exaustiva viagem. Por isso, obrigado por ser um porto seguro, um lugar onde eu sei que está tudo bem.

Quero agradecer também ao grupo que se formou no mestrado e que bastou uma viagem para não se soltar mais. Um grupo formado pelo afeto de Carlos, Carol, Dani, Debbie, João, Júlia e Juliano, responsáveis por substituir a ansiedade pelo riso, a insegurança pelo

apoio e mostrar que o caminho é assim mesmo, uma bagunça, mas que é possível sobreviver a ele e quem sabe até possa ser divertido. Deixo um carinho especial para Debbie, Júlia e Juliano, por todos os cuidados e brincadeiras do dia a dia, mas principalmente por provocarem sorrisos quando eles pareciam impossíveis.

Minha trajetória foi acompanhada de perto por uma pessoa cuja capacidade de encontrar sentido para a vida que me rodeia ainda me deixa encantado. A Jô é essa pessoa, mas também é muito mais. É uma fonte de calor, coragem e ternura. Por isso e por enxergar, de algum jeito, potencial em uma pessoa completamente perdida, um obrigado com muito amor.

Existe um grupo de amigos que ao longo da vida me proporcionou um tanto de coisas, basicamente o necessário para que eu fosse possível. Afeto, cuidado, olhares e sorrisos, enfim, tudo aquilo que se costuma chamar de amor, mas que no meu caso chamo de Ana, Bê, Dani, Duda, Júlio, Ítalo, Manu, Thisy e Titi. Falar desse grupo é como falar de mim mesmo, é como olhar um espelho e enxergar cada pedaço que me compõe. A dark side é meu lar. E sou agradecido por isso, por estar sempre em casa.

Não posso deixar de agradecer aqueles que não desgrudaram de mim durante todo esse percurso, principalmente no inverno: a dupla felina Lilith e Lúcifer, meus parceiros de vida. Meus bichanos sempre deram corda para minhas ideias inacabadas, ainda que estivessem pouco dispostos a fazer comentários. Tudo bem. Meus gatos não entendem minha dissertação, mas entendem meu amor.

Bom, chegando ao fim, percebo que alguns agradecimentos não são tarefas fáceis pois demandam um espaço muito maior do que o disponível em uma dissertação. É o caso do reconhecimento que cabe à minha mãe e à minha irmã, Ana e Tati, e aos meus gurus, Gui e João. Além das demonstrações cotidianas de carinho, orgulho e incentivo, o obrigado aqui é porque vocês tornam possível essa pessoa sortuda que leva o nome de Osmar. Por serem o meu fundamento, o meu corpo, a minha carne e a minha pele. Por serem os meus. Por vocês serem vocês do jeito que são e permitirem que eu seja eu da melhor forma que consigo ser. Por tudo isso e muito mais. Muito obrigado, de coração.

Con gente como ésa, me comprometo para lo que sea por el resto de mi vida,
ya que por tenerlos juntos a mí, me doy por bien retribuido.

Mario Benedetti

Mas antes dos meninos ricos
deixarem de ser meninos
e descobrirem as drogas caras
que mascaram a solidão e o medo,
já estão os meninos pobres
aspirando gasolina e cola de sapateiro.
Enquanto os meninos ricos brincam de guerra
com balas de raios laser,
os meninos de rua são ameaçados
pelas balas de chumbo.

Eduardo Galeano

RESUMO

O tema central desta pesquisa é o envolvimento de adolescentes e jovens homens com o “mundo do crime”. Para isso, o objetivo principal é compreender como são as trajetórias de adolescentes e jovens com diferentes graus de inserção em atos infracionais, assim como entender qual a relação entre o envolvimento com o crime e as suas masculinidades. Este trabalho se insere no debate contemporâneo que vem se debruçando sobre as perspectivas e vivências dos indivíduos diretamente envolvidos com o crime e com a “violência urbana”, buscando abordagens que privilegiam a compreensão das lógicas próprias de organização social das dinâmicas criminais. Na dimensão de gênero que atravessa o envolvimento com o crime, a masculinidade não é tomada como um modelo único, evidente e baseado na diferença biológica. Pelo contrário, este trabalho parte da premissa que a constituição da identidade masculina é um processo social multifacetado, atravessado por outros marcadores sociais (como raça e classe, etc.), variando conforme o contexto cultural em que está inserido e orientado por critérios secundários os quais os homens são diferenciados socialmente uns dos outros. Além da revisão bibliográfica sobre as temáticas de atos infracionais sobre responsabilização penal juvenil, violência e “mundo do crime” e gênero e masculinidades, foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas em profundidade com adolescentes e jovens adultos que estavam cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) do Município de Porto Alegre/RS. Como resultados da pesquisa, foi identificada e comparada a heterogeneidade nos perfis e nas trajetórias infracionais dos interlocutores, sendo agrupadas segundo dos diferentes graus de envolvimento com o “mundo do crime” por meio das tipologias propostas por Koerich (2018), de trajetória infracional pontual e trajetória infracional contínua, sendo possível identificar estas últimas pelos interlocutores inseridos em um processo mais evidente de sujeição criminal (MISSE, 1999; 2010). Além disso, por meio da reconstrução biográfica, foi possível discutir aspectos sobre as dinâmicas de sociabilidade associadas às diferentes masculinidades inseridas no contexto do “mundo do crime”, a partir das suas relações interpessoais no âmbito familiar, nos relacionamentos afetivos e nos círculos de amizade.

Palavras-chave: Juventude. Trajetória Infracional. “Mundo do Crime”. Masculinidades.

ABSTRACT

The main theme of this research is the involvement of young men with the “criminal world”. For this, the main objective is to understand the trajectories of teenagers and young people with different degrees of participation in criminal acts, as well as to understand the relationship between their involvement in crime and their masculinity. This work is part of the contemporary debate that has been focusing on the perspectives and experiences of individuals directly involved with crime and with “urban violence”, seeking approaches that privilege the understanding of the logics of social organization of criminal dynamics. In the gender dimension that crosses involvement with crime, masculinity is not taken as a single, self-evident model based on biological difference. On the contrary, this work premise is that the constitution of masculine identity is a multifaceted social process, crossed by other social markers (such as race and class, etc.), varying according to the cultural context in which it is inserted and guided by criteria according to which men are socially differentiated from one another. In addition to the literature review on the themes such as juvenile criminal justice, violence and the “criminal world” and gender and masculinities, seven semi-structured interviews were conducted with seven teenagers and young adults with open socioeducational measures at the Social Assistance Specialized Reference Centers (CREAS) of the city of Porto Alegre/RS. As research results, it was identified and compared the heterogeneity in the profiles and in the infraction trajectories of the interlocutors, being grouped according to the different degrees of involvement with the “criminal world” through the typologies proposed by Koerich (2018), of punctual infraction trajectory and continuous infraction trajectory, being possible to identify that the last group was inserted in a more evident process of criminal subjection. Lastly, through the biographical reconstruction, it was possible to discuss some aspects of the sociability dynamics associated with the different masculinities inserted in the context of the “criminal world”, from their interpersonal relationships in the family environment, in affective relationships and in friendship networks.

Keywords: Youth. Infraction Trajectory. “Criminal World”. Masculinities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Resumo das atividades realizadas.....	36
Gráfico 1 – Evolução do número de adolescentes em privação de liberdade no Brasil.....	50
Tabela 1 – Evolução do número de adolescentes cumprindo MSE em meio aberto no Brasil.	51
Tabela 2 – Quantidade de adolescentes no Sistema Socioeducativo no Brasil.....	52
Mapa 1 – Regiões de cobertura dos CREAS em POA.....	59
Quadro 2 – Perfil dos interlocutores.....	62
Quadro 3 – Escolaridade dos interlocutores e proporção da distorção idade-série.....	64
Quadro 4 – Trajetórias infracionais dos interlocutores.....	97
Quadro 5 – Sistematização das relações familiares dos interlocutores.....	137

LISTA DE SIGLAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEP – Comissão de Ética em Pesquisa

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DECA – Departamento Estadual da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA – Liberdade Assistida

MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

MSE – Medida Socioeducativa

MVI – Mortes Violentas Intencionais

PEMSE – Programa Municipal de Execução de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Porto Alegre

PNAISH – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNBEM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor

POA – Porto Alegre

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

RHEG – Rede de Homens pela Equidade de Gênero

RS – Rio Grande do Sul

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SNDCA – Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

STF – Supremo Tribunal Federal

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	22
1.1. CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA E DESVIOS DE ROTA.....	23
1.2. DESENHO DE PESQUISA E TÉCNICAS METODOLÓGICAS.....	26
1.3. ASPECTOS ÉTICOS E INSERÇÃO EM CAMPO.....	29
1.4. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	36
2. RESPONSABILIZAÇÃO E SOCIOEDUCAÇÃO.....	39
2.1. PISTAS E NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	39
2.2. ENTRE O MENOR E O ADOLESCENTE: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS.....	42
2.3. PANORAMA QUANTITATIVO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.....	48
2.4. A EXECUÇÃO DE MEDIDAS EM MEIO ABERTO.....	55
2.5. PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS INTERLOCUTORES.....	59
3. O ENVOLVIMENTO COM O “MUNDO DO CRIME”.....	71
3.1. O “BANDIDO” E O “MUNDO DO CRIME”.....	71
3.1.1 “Tem que ter proceder”: ética e moral no crime.....	78
3.2. CRIME, JUVENTUDE E MASCULINIDADE.....	81
3.3. TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS PONTUAIS E CONTÍNUAS.....	85
4. ESSA HISTÓRIA DE SER HOMEM.....	98
4.1. O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO.....	99
4.2. ESTUDOS SOBRE HOMENS E MASCULINIDADES.....	112
4.2.1. Precedentes, diálogos e tensões com os movimentos feministas.....	113
4.2.2. A constituição teórica das masculinidades.....	116
4.3. MODELOS HEGEMÔNICOS E NÃO-HEGEMÔNICOS.....	124
4.4. MASCULINIDADE ENTRE CUPINXAS.....	130
4.4.1. Vínculos familiares.....	135
4.4.2. Relacionamentos afetivos e círculos de amizades.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICE A – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).....	163
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	165

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	167
APÊNDICE D – Roteiro semi-estruturado utilizado nas entrevistas.....	169
ANEXO A – Termo de Autorização Institucional – FASC.....	171
ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa UERGS.....	172

INTRODUÇÃO

Um livro [ou uma dissertação] é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos (...) e até mesmo cozinha e porão. Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor (esse fantasma que nos chega da rua) o que se diz a uma visita de consideração. Que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado, que não houve muito tempo para limpar direito a sala ou arrumar os quartos. Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa... (DAMATTA, 1997, p. 5).

A pesquisa que apresento aqui pretende contribuir para o campo de estudos sobre o envolvimento de jovens com a violência, assim como, de forma secundária, com as teorias de gênero, especialmente aquelas cujo foco recai sobre as práticas e identidades masculinas. Desse modo, busco me inserir prioritariamente nos debates contemporâneos sobre violência e juventude, mas considerando também as relações de gênero que atravessam essas dinâmicas, tomando o cuidado para não reduzir essa articulação a uma conclusão fechada e limitada, como a de que adolescentes e jovens¹ homens são violentos.

Bom, juventude, violência e gênero são campos de estudos independentes entre si e já consolidados tanto dentro dos debates acadêmicos na Sociologia brasileira quanto do certame político nacional e internacional. A mobilização conjunta desses três campos por si só já representa uma discussão bastante rica e densa, como comprovam o trabalho pioneiro de Alba Zaluar há cerca de quarenta anos e a intensificação dos estudos nessa área nas últimas duas décadas. Todavia, esta dissertação arrisca um recorte mais profundo, buscando problematizar dimensões específicas e ainda emergentes em cada uma dessas áreas.

Na primeira temática, proponho explorar a multiplicidade de juventudes possíveis perpassadas por marcadores sociais distintos e entrecruzados, focalizando a análise em

¹ Adolescentes, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, são as pessoas entre 12 e 18 anos, enquanto os jovens, de acordo com o Estatuto da Juventude, são aqueles entre 15 e 29 anos. Isso quer dizer que no período dos 15 aos 18 anos incompletos, uma pessoa é ao mesmo tempo adolescente e jovem. Essa distinção entre adolescência e juventude, em razão das faixas etárias estabelecidas legalmente, segue critérios estanques e homogeneizantes, além de se guiar por definições sobrepostas. Por isso, em concordância com pesquisadoras contemporâneas (CIFALI, 2019; BARROS, 2020), optei por utilizar, ao longo desta dissertação, as expressões jovem/juventude e adolescente/adolescência enquanto termos intercambiáveis.

adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas² em meio aberto – composta pelas modalidades de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida. Um dos motivos por trás dessa escolha é a produção desigual de pesquisas que privilegiam os adolescentes internados nas instituições de privação de liberdade, ainda que o número de jovens em meio aberto seja muito maior (BRASIL, 2018; 2019). Além disso, uma das minhas hipóteses – que será abordada durante a discussão dos resultados da pesquisa de campo – é que o atendimento socioeducativo em meio aberto é composto por adolescentes e jovens adultos com múltiplos graus de envolvimento com o crime.

Ainda, cabe ressaltar que a escolha por contar com adolescentes e jovens adultos se justifica uma vez que o “estudo das narrativas de adolescentes pode nos fornecer um conhecimento atualizado sobre as práticas de gênero contemporâneas e socialmente situadas” (OTTO, 2019, p. 31), tendo em vista a confluência dos diversos processos de socialização que atravessam esse período da vida, assim como a forma diferenciada como esses sujeitos vivenciam o mundo a partir do século XXI, considerando uma série de fenômenos de escala global, como o capitalismo tardio, as rápidas e constantes inovações na área de tecnologias informacionais, a precarização das relações de trabalho, etc.

Já no âmbito do campo de estudos sobre violência, crime e conflitualidade, esta dissertação se insere (ou pretende se inserir) no debate contemporâneo que vem se debruçando sobre a vivência dos indivíduos diretamente envolvidos com o crime e a “violência urbana”, privilegiando as dinâmicas, atravessamentos e estruturas de funcionamento de coletivos criminais e/ou mercados ilegais de drogas. Segundo Rifiotis (1999), embora tenha sido identificado, principalmente a partir da década de 1980, uma concentração recaindo sobre a cidadania e os limites da ação estatal, há uma tendência crescente, principalmente no fim do século XX, de escapar de abordagens homogeneizantes do fenômeno da violência através de uma aproximação das percepções dos sujeitos envolvidos nesses contextos. É através dessa perspectiva, uma “abordagem, digamos, mais

² O emprego do termo “em cumprimento de medidas socioeducativas” não é por acaso. Sua escolha busca evitar outras expressões recorrentes, em especial “adolescentes em conflito com a lei”. Primeiro porque a expressão “conflito” deixa implícito uma situação de “embate” na qual as partes envolvidas possuem iguais condições de disputa, o que nesse caso ocultaria a existência de uma relação desigual e vertical entre os adolescentes e o sistema de justiça criminal juvenil. Além disso, considerando o caráter seletivo que permeia o sistema de justiça criminal como um todo, Otto (2017) argumenta que não é possível se referir à totalidade de adolescentes que cometem atos infracionais, uma vez que uma boa parte deles nunca será processada em razão do atravessamento de diversos marcadores sociais, como classe e raça. Portanto, só é possível se referir aos adolescentes que foram selecionados pelo sistema.

vivencial, mais próxima das experiências concretas, que podemos começar a pensar na pluralidade da violência e sua significação” (RIFIOTIS, 1999, p. 5-6).

Assim, a ideia aqui é apostar na compreensão das lógicas próprias de organização social de dinâmicas que não estão adstritas exclusivamente à referência da institucionalidade estatal (AQUINO; HIRATA, 2017). Esse novo foco encontra correspondência em abordagens etnográficas do “mundo do crime”. Nesse sentido, o presente trabalho busca se inserir no campo que vem discutindo a ética do “mundo do crime”, propondo compreender, ainda que desvinculado da etnografia, as trajetórias de quem “corre com o crime”, seus agentes e os processos de construção ética, moral e política (MARQUES, 2009; 2016).

O último campo de estudos que este trabalho tematiza é o de gênero, por meio do recorte sobre os estudos sobre masculinidade, ou melhor, sobre a construção múltipla de identidades e práticas atribuídas ao gênero masculino. Por um lado, entendo que a “masculinidade” ainda não é um objeto de estudos consolidado e coerente em si, a partir do qual é possível formular generalizações no âmbito sociológico (PIMENTA, 2014a). Por outro, também não é uma novidade para a sociedade civil e tampouco um campo de pesquisa totalmente inexplorado (MEDRADO; LYRA, 2008; 2018; NASCIMENTO, 2018). Nesta dissertação, considero o caráter relacional de gênero, mas buscando superar as perspectivas essencialistas que encaram homens e mulheres como parte de um sistema rígido e binário. Além disso, esta pesquisa procurou privilegiar as tensões e dinâmicas intracategoriais entre os modelos de masculinidades, hegemônicos e não-hegemônicos.

Parto do pressuposto de que as dinâmicas próprias desses três campos de estudo estabelecem entre si uma relação recíproca, inseridas em um processo de retroalimentação. Ou seja, o objeto desta pesquisa é uma relação necessariamente imbricada, uma vez que assumo a adolescência e a juventude, as trajetórias infracionais e as múltiplas identidades masculinas como dimensões relacionadas entre si. Assim, gênero não precede a violência, nem a violência precede gênero, trata-se de uma relação imbricada (mas não automática) e atravessada por outros marcadores sociais (classe, raça, etnicidade, geração, etc.).

A metáfora da imagem em mosaico de Howard Becker (1997) pode ser bastante útil aqui. Apesar da quantidade de investigações sobre essa mobilização específica não compor um campo consolidado em si, ainda que possua trabalhos e autores de grande expressão nas ciências sociais brasileiras, cada pesquisa deve ser encarada como uma peça acrescentada

sobre um mosaico, cada uma contribuindo em alguma medida para a compreensão de um quadro complexo.

Além disso, este trabalho se insere também como um instrumento particular de metamorfose. Acredito que é possível descobrir novas vidas e novas formas de viver, descobrir novos conhecimentos e até mesmo descobrir que não se sabe nada. Talvez o essencial resida no próprio processo de descobrimento, pois “como você pode se tornar o que você não consegue imaginar?” (hooks, 2019, p. 107). Compreendo, é claro, que lidar com masculinidades, seja no âmbito profissional, acadêmico e, principalmente, pessoal, pode representar encarar um ambiente sexista, rígido e adoecedor. É verdade que a pesquisa de campo pode reproduzir tudo isso, mas ao mesmo tempo considero-o enquanto um espaço desafiador permeado de possibilidades e de potências transformadoras.

Diante disso, a pergunta central que orienta esta dissertação é: como são as trajetórias dos adolescentes e jovens homens envolvidos com atos infracionais? E, de forma complementar: qual a relação entre o envolvimento com o “mundo do crime” e suas identidades sociais masculinas? Assim, meu objetivo principal é identificar os perfis e as trajetórias pessoais de cada interlocutor, de modo a permitir compreender tanto como se dá e quais são os diferentes graus de envolvimento com o crime. Além disso, pretendo abordar também a forma como ocorre a articulação entre a trajetória infracional e a construção da identidade masculina, especialmente a partir das suas relações interpessoais no âmbito familiar, nos relacionamentos afetivos e nos círculos de amizade.

Considerando que a pluralidade das masculinidades (HEILBORN; CARRARA, 1998), assim como levando em conta a complexidade do fenômeno social da violência, não pretendo identificar uma trajetória única e comum a todos os jovens envolvidos com o crime, como se estivesse em busca da relação causa e efeito que explicasse a inserção de todos os adolescentes na prática de atos infracionais. Ao contrário, este trabalho abrangerá igualmente os pontos de coesão e de divergência entre as narrativas colhidas. Além disso, a constituição das masculinidades não é um processo consolidado e acabado, mas antes uma construção fluida, cujas práticas, percepções e identidades podem ser ressignificadas a qualquer momento, em virtude dos atravessamentos de processos sociais que estão em curso.

Para tanto, levei a cabo uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando entrevistas semi-estruturadas em profundidade enquanto a principal técnica de coleta de dados. Ao total, foram realizadas sete entrevistas com adolescentes e jovens adultos em cumprimento de

medida socioeducativa de meio aberto. Todos os adolescentes estavam vinculados aos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) do Município de Porto Alegre. Utilizei alguns critérios para contemplar interlocutores com trajetórias heterogêneas, buscando a diversificação de faixa etária, de atos infracionais praticados e de nível de envolvimento com o “mundo do crime”.

Para tentar dar conta da empreitada a qual me propus, esta dissertação foi construída seguindo a estruturação de quatro capítulos – desconsiderando os trechos destinados à introdução e às considerações finais. Logo no primeiro deles, apresento todo o percurso metodológico que percorri ao longo do mestrado, partindo da exposição da minha trajetória pessoal, passando pela construção e reformulação do desenho de pesquisa, ponderando sobre questões éticas no meio do caminho, para enfim chegar até os aspectos mais concretos da minha inserção no campo pesquisado. Uma breve exposição sobre as etapas e procedimentos adotados durante a análise de dados também fecha este capítulo. Com isso, meu objetivo com esse primeiro momento é deixar claro, desde o início, os detalhes que compuseram a realização da minha pesquisa empírica, compartilhando com o leitor quais, como e em que contextos as escolhas metodológicas foram tomadas.

Em seguida, o segundo capítulo aborda a temática de responsabilização penal de adolescentes e jovens adultos no Brasil, considerando que os meninos entrevistados nesta pesquisa estão inseridos no Sistema Socioeducativo. Aqui, o primeiro esforço será discutir a perspectiva teórica que historicamente atravessa o processo de responsabilização penal juvenil, para somente depois partir para uma contextualização quantitativa da aplicação e execução de medidas socioeducativas. Com o avançar do capítulo, a conexão com o universo pesquisado ficará mais clara, ao passo que conduzi este trecho para o recorte do cumprimento de medidas em meio aberto no Município de Porto Alegre, finalizando-o com a apresentação dos perfis e trajetórias dos meus interlocutores.

O capítulo subsequente, o terceiro, é dedicado a discutir o objetivo central desta dissertação, por meio da conjugação da lente teórica propriamente dita desta pesquisa com as trajetórias infracionais dos adolescentes entrevistados e seus diferentes graus de envolvimento com o “mundo do crime”. Para isso, recorro ao campo de estudos consolidado da sociologia do crime e da violência e demarco minha posição de filiação e interesse na discussão sobre a organização das dinâmicas sociais que atravessam e compõem o “mundo do crime”, a partir

das perspectivas e significações dos sujeitos diretamente envolvidos com a “violência urbana”, em detrimento de abordagens restritas à referência estatal.

Por fim, o quarto e último capítulo propõe uma discussão a respeito das contribuições das teorias de gênero em articulação com alguns resultados coletados durante a pesquisa empírica. Por meio da reconstrução biográfica das trajetórias de vida dos adolescentes e jovens entrevistados, apresento e discuto alguns aspectos sobre as dinâmicas de sociabilidade associadas às diferentes masculinidades inseridas no contexto do “mundo do crime”, a partir das suas relações interpessoais no âmbito familiar, nos relacionamentos afetivos e nos círculos de amizade.

1. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Caminho se conhece andando
 Então vez em quando é bom se perder
 Perdido fica perguntando
 Vai só procurando
 E acha sem saber
 Perigo é se encontrar perdido
 Deixar sem ter sido
 Não olhar, não ver
 Bom mesmo é ter sexto sentido
 Sair distraído espalhar bem-querer

Chico César

O objetivo central deste capítulo é trazer transparência à pesquisa, expondo quais, como e em que contextos as escolhas metodológicas foram tomadas. Em um primeiro momento, apresento brevemente minha trajetória acadêmica e como ela culminou neste resultado final, tentando evitar relatos anedóticos ao mesmo tempo que esboçar um argumento de que a dissertação é construída e levada a cabo por meio de um processo não-linear, marcado por diversos desvios de rota e improvisos.

O desenho da pesquisa é explicitado logo em seguida. Aqui, minha intenção é expor as escolhas metodológicas e os contextos nas quais foram tomadas, buscando responder questões como *o que, com quem, como, quando, onde, etc.*

Ainda, trago algumas questões sobre ética em pesquisa, não apenas sobre os procedimentos administrativos necessários para sua execução, mas a pontuação de aspectos que permearam toda a dissertação, desde a condução da pesquisa empírica quanto à escrita. Na sequência, trago alguns relatos sobre a minha inserção em campo, o que fica bem representado na expressão “bastidores da pesquisa”. Sublinho que a organização institucional não era uniforme entre as unidades, tampouco entre as equipes na execução das medidas socioeducativas, tornando fundamental o intermédio realizado pelos trabalhadores dos CREAS.

Ao final do capítulo abordo alguns apontamentos sobre os procedimentos para tratamento e análise dos dados coletados. Cabe advertir, por fim, sobre o fato da pandemia de Covid-19 ser um assunto reiterado neste capítulo, atravessando todas as seções, de uma forma

ou de outra. Isso é um alerta para que a leitura futura sempre leve em consideração esse contexto pandêmico que atravessou os anos de 2020 e 2021.

1.1. CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA E DESVIOS DE ROTA

Montar uma narrativa pessoal e acadêmica que explique, de forma linear, como surgiu o interesse por este tema de pesquisa é um desafio particular. Tentar extrair relações de causa e efeito imediatas do seu próprio passado é correr o risco de partir de uma posição privilegiada e chegar a conclusões provavelmente imprecisas. Na primeira vez em que me interessei pela vida acadêmica, tentei ingressar no mestrado em Ciências Criminais, em outra instituição, decidido a estudar o fenômeno da violência policial e as instituições de controle e fiscalização. Bem, não deu certo, o que me fez acreditar que a academia não era um lugar para mim. Mas a roda gira, o mundo segue e a vida às vezes dá uma guinada para outra direção. No meu caso, acabei me encontrando na advocacia criminal. Quanto mais eu me especializava na defesa criminal de adultos, mais chegavam os casos de adolescentes selecionados pela justiça juvenil. Foi meu primeiro contato com juizado da infância e juventude, medidas socioeducativas, internação, enfim, toda uma série de violências institucionais que eu ainda não conhecia. Enquanto eu quebrava a cabeça tentando fazer dessa atividade uma fonte de renda, outro giro brusco me tirou da advocacia e me levou a trabalhar com projetos sociais voltados para crianças e adolescentes em outra cidade. Eu não imaginava que isso significaria ter contato com adolescentes cumprindo medida de meio aberto, o que até então não passava de uma ideia abstrata na minha cabeça. Tentar uma nova seleção de mestrado, em um curso fora da minha área de formação, foi um tiro no escuro, uma decisão difícil de explicitar o motivo. Dessa vez, no entanto, deu certo.

Embora essa linha do tempo possa parecer concatenada e convincente, para mim soa artificial. Pode ser que existam aí relações de causalidade que escapam da percepção do sujeito, e como estou demasiadamente contaminado por essa trajetória, estou mais inclinado a entendê-la como um amontoado de eventos fortuitos praticamente imprevisíveis. Esse é um bom exemplo do que ocorreu no desenvolvimento da minha dissertação. Meu primeiro projeto, no mestrado, propunha uma pesquisa dentro do tema das políticas públicas voltadas à redução da letalidade da juventude brasileira. Algo assim. Mas aí veio a Sociologia e com ela uma leva de conceitos, autores, perspectivas, indivíduo-estrutura, socialização, agência, poder

e até mesmo ontologia. O mestrado trouxe algumas respostas e muitas dúvidas, mas principalmente propiciou novos caminhos.

A violência, principalmente através da relação de adolescentes e atos infracionais, ainda era um tema que me acompanhavam timidamente. Rochele, minha orientadora, foi a responsável por mostrar rotas a serem exploradas, como as tendências contemporâneas centradas em estudos etnográficos a partir de uma perspectiva dos atores envolvidos com o crime, uma “visão de dentro do mundo do crime”. Apesar da relevância do assunto, ainda faltava algo que “desse liga”. E ele surgiu quase por acaso, como imagino que aconteça na maioria das pesquisas. Rochele iria ministrar uma disciplina intitulada Violência, Relações de Gênero e Sistema de Justiça Criminal e achei que seria importante me matricular na cadeira, apesar dos meus estudos até então não possuírem nenhum recorte de gênero. Eu não poderia deixar passar a oportunidade de ter aula com a minha orientadora, não é? E assim, como quem não quer nada, a questão da masculinidade foi ventilada em uma aula e foi quando surgiu aquele estalo: “é, tem um caminho aí”.

Nessa época eu ainda tentava conciliar emprego e mestrado. Propus que o campo fosse realizado na unidade de acompanhamento de adolescentes em liberdade assistida a qual eu era vinculado, considerando a proximidade com a realidade estudada e a facilidade de acesso aos interlocutores – além, é claro, da viabilidade de tempo. A unidade era sediada na periferia do município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre e era frequentada semanalmente por um público reduzido de adolescentes. Lá, tive a oportunidade de realizar algumas oficinas que, embora não possam ser consideradas como campo exploratório no sentido estrito, sem dúvidas foram momentos importantes que geraram inquietações e concatenaram ideias ainda esparsas.

As rodas de conversas giravam em torno da pergunta disparadora “O que é ser homem?”. Minha ideia não era identificar os elementos que compõem a “essência” de todo homem, mas, pelo contrário, fomentar o debate sobre os sentidos por trás da ideia da masculinidade a partir de ações concretas, ou seja, o que um homem *faz* que o torna homem, por meio de quais ações um homem reconhece outro como um igual. Essas discussões expuseram aspectos importantes sobre o tema e me auxiliaram a estruturar a pesquisa com um foco coerente, eu espero, além de formular níveis de análise a serem abrangidos no desenho de pesquisa. Nesse ponto, embora eu seguisse com a ideia de investigar as trajetórias infracionais de adolescentes inseridos no “mundo do crime”, decidi dedicar especial atenção

para a dimensão de gênero que atravessa essas dinâmicas, especialmente quanto ao processo de construção da identidade masculina desses adolescentes.

Essa foi, em linhas gerais, a proposta apresentada na banca de qualificação, utilizando como técnicas metodológicas os grupos focais aliados a entrevistas em profundidade. Entretanto, logo em seguida acabei me desvinculando profissionalmente desta unidade, culminando na necessidade de reformular a pesquisa empírica. Mantendo a intenção de trabalhar com adolescentes vinculados à socioeducação – por considerar que dessa forma encontraria adolescentes com níveis variados de envolvimento com atos infracionais –, optei por realizar o campo nos CREAS de Porto Alegre. Se inicialmente a proposta de pesquisa de campo estava centrada em um único espaço, essa importante mudança na sua execução possibilitou a participação de adolescentes e jovens adultos oriundos de contextos sociais heterogêneos, permitindo a captura de diferentes dinâmicas de gênero e masculinidades.

No entanto, a pesquisa precisou ser bruscamente adaptada em razão dos novos desafios oriundos do atravessamento de um importante fator externo: a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2). Muito embora o isolamento social não tenha ocorrido de forma uniforme por diversos motivos³, a Covid-19 é uma ameaça real que não pode ser subestimada, como comprovam os mais de 28 milhões de casos confirmados e mais de 650 mil mortes no país⁴. Esse contexto (o “novo normal”) trouxe barreiras diretas para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, considerando as medidas que buscaram conter a circulação de pessoas, bem como as limitações orçamentárias oriundas da crise econômica que se instalou em muitos setores do país. Os estudos de ciências humanas – onde as metodologias baseadas na interpessoalidade possuem papel privilegiado –, sofreram com impactos específicos através de objetos que deixaram de existir, perguntas que foram remanejadas e da necessidade de se repensar as implicações éticas e de segurança para todos os envolvidos nas pesquisas (LACERDA; RAMALHO, 2020).

Isso coincidiu com o meu segundo ano de mestrado, ou seja, o período em que a pesquisa de campo deveria ser executada. Diante disso, foi necessário realizar uma

³ De um lado, há movimentos que minimizam os efeitos da pandemia (considerando-a uma “gripezinha”) e contestam as medidas de prevenção epidemiológica adotadas por governos locais, desde o uso de máscara até a permanência em quarentena, quando possível. Por outro lado, muitos trabalhadores nunca tiveram a oportunidade de ficar em casa – como no caso de empregadas domésticas e entregadores dos aplicativos de delivery –, em razão da pressão pela reabertura ou manutenção do comércio e serviços em geral ante a ausência de políticas econômicas eficazes e duradouras.

⁴ Dados do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 04 mar. 2022.

averiguação periódica sobre a viabilidade da pesquisa nos termos em que vinha sendo proposta. Os grupos focais, em especial, revelaram-se como potencialmente problemáticos nessa situação, já que o agrupamento de adolescentes em um espaço confinado era inviável em um contexto pandêmico. Ao longo dos meses vividos em quarentena, foi preciso pensar em planos alternativos como a substituição integral dos grupos por entrevistas individuais.

Inicialmente, fui resistente à ideia de adotar o recurso de videochamadas por considerar que nessas condições os adolescentes não se sentiriam tão confortáveis para falar de assuntos possivelmente delicados, bem como seria mais difícil garantir condições adequadas de privacidade. Porém, mesmo com a prorrogação do prazo para defesa da dissertação e o início da vacinação de grupos prioritários em 2021, a contaminação ainda era um problema concreto. Assim, conclui não ser possível executar o campo integralmente de forma presencial, reduzindo o máximo possível a exposição dos adolescentes e profissionais dos CREAS – e de mim mesmo – a qualquer tipo de risco de saúde.

Foram muitas escolhas e caminhos, na mesma medida em que houve muita falta de opção e descaminhos. Minha trajetória neste estudo foi permeada por diversos percalços e desvios de rota que me possibilitaram novas escolhas teóricas e metodológicas, reestruturando a pesquisa em algo completamente diferente do planejado em primeiro lugar. Assim, a dissertação apresentada aqui não seguiu um desenvolvimento linear como normalmente é sugerido, sendo acompanhada por um processo de amadurecimento científico conflitivo, instigante e certamente inacabado.

1.2. DESENHO DE PESQUISA E TÉCNICAS METODOLÓGICAS

Este estudo possui natureza qualitativa, uma vez que seu desenho de pesquisa privilegia a compreensão da dinâmica das relações sociais através do universo dos significados, das crenças e dos valores (MINAYO, 2001). Essa escolha se deu em razão dos métodos de investigação de caráter qualitativo possibilitarem uma abordagem da realidade que considere as perspectivas dos sujeitos da pesquisa (TEIXEIRA *et al.*, 2016). De forma secundária e complementar, realizei o levantamento de dados estatísticos com o objetivo de contextualizar quantitativamente o cenário de aplicação e cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil e no Rio Grande do Sul. Além disso, busquei também sistematizar

alguns indicadores socioeconômicos da cidade de Porto Alegre, relacionando-os com o contexto em que os interlocutores da pesquisa estão inseridos.

A amostra da pesquisa foi composta de forma proposital/intencional, em contrapartida à probabilística (KIDDER, 1987; FLICK, 2013; RAMOS, 2014). De acordo com Kidder (1987), existem casos em que a amostragem probabilística é dispensável ou mesmo inviável, principalmente quando o foco da pesquisa está em coletar ideias, *insights* e pontos de vista de pessoas específicas. Portanto, os dados expostos e analisados nesta dissertação não devem ser considerados representativos sobre uma determinada população (os adolescentes, os homens, os envolvidos com violência, etc.). Pelo contrário, tais resultados dizem respeito a um recorte particular do fenômeno da masculinidade, possível em razão de um aprofundamento qualitativo que contou com um grupo diversificado de interlocutores aptos a informar sobre o objeto estudado.

Assim, a população elegível para a amostragem da pesquisa foram adolescentes e jovens adultos em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, nas modalidades de prestação de serviços à comunidade (PSC) e liberdade assistida (LA), vinculados aos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) no Município de Porto Alegre. A existência de prévia judicialização (passagem pelo sistema de justiça criminal juvenil) serviu como critério objetivo, partindo da premissa que estar cumprindo medida socioeducativa guarda relação com o envolvimento ativo com o “mundo do crime”. Além disso, busquei contemplar interlocutores de diferentes idades (adolescentes e jovens adultos), que estavam cumprindo medida em razão de atos infracionais variados (principalmente furto, roubo e tráfico de drogas), bem como em estágios diversos do atendimento socioeducativo (em cumprimento e egressos) e inseridos em trajetórias infracionais distintas (inserção pontual ou inserção contínua).

Esses parâmetros foram empregados tanto para abranger participantes advindos de contextos heterogêneos, como também para evitar o enviesamento na seleção desses sujeitos (apenas os “casos de sucesso” ou os “pontos fora da curva”). Além disso, a multiplicidade de perfis e trajetórias deve ser encarada, como aponta Howard Becker, como uma oportunidade de maximizar as chances de encontrarmos casos que “agitem nossas ideias, nos façam questionar o que pensamos saber” (BECKER, 2007, p. 25).

As técnicas de coleta de dados foram profundamente alteradas para viabilizar sua execução em plena pandemia. Inicialmente, o grupo focal era a técnica principal a ser

utilizada na pesquisa de campo, considerando a relevante tendência na sua adoção em estudos onde as categorias adolescência ou juventude são mobilizadas, demonstrando ser uma técnica bastante versátil para explorar a pluralidade de experiências próprias dessa fase de transição. No entanto, como já mencionado, os grupos focais deram lugar integralmente às entrevistas semi-estruturadas em profundidade, que possibilitam a apreensão de uma ampla gama de informações e detalhes de forma detida, na mesma medida em que permite que o pesquisador observe a quebra da coerência narrativa – o rompimento do discurso perfeitamente organizado e racionalizado.

Foi necessário reformular os dois roteiros que eu havia preparado em um primeiro momento (grupo focal e entrevistas), agrupando suas questões em um único instrumento para as entrevistas em profundidade (apêndice D). Dessa maneira, foram realizadas **sete** entrevistas ao total, quatro com adolescentes (entre 12 e 18 anos) e três com jovens adultos (entre 18 e 21 anos). O número relativamente reduzido é um dos diversos impactos da pandemia de Covid-19. Por outro lado, Quivy e Campenhoudt (2008) apontam que contar com poucos interlocutores é uma característica própria desta técnica, uma vez que demanda uma abordagem individualizada e pormenorizada para cada sessão.

O objetivo das entrevistas foi compreender, através da reconstrução biográfica, as dinâmicas de sociabilidade associadas a diferentes trajetórias de envolvimento com o “mundo do crime”, considerando o atravessamento das relações de gênero. De acordo com Gaskell (2003), seria possível argumentar que essa técnica de coleta de dados adquire especial importância em pesquisas como esta, uma vez que os processos sociais subjacentes à construção das identidades masculinas são marcados por fatores de alta mutabilidade e dinamismo, ainda mais por ocorrerem em um momento de desenvolvimento peculiar do ciclo de vida. Desse modo, as entrevistas em profundidade cumpririam o papel de compreender e explorar de forma minuciosa a cosmovisão pessoal da pessoa entrevistada.

Contudo, no que tange às perguntas sobre gênero e masculinidade, é preciso destacar que os interlocutores não se sentiram plenamente capazes de responder aos questionamentos específicos dessa temática. Por tal razão, a técnica da entrevista se mostrou relativamente infrutífera para se alcançar dados aprofundados sobre essa dimensão. Por outro lado, também é interessante considerar que a própria dificuldade enfrentada pelos jovens para falar sobre gênero – no limite, para se enxergarem como pessoas generificadas – faz parte de uma

construção social que trata gênero como “coisa de mulher”. Essa discussão será aprofundada no capítulo 4.

1.3. ASPECTOS ÉTICOS E INSERÇÃO EM CAMPO

Este estudo enfrentou diversos pontos sensíveis, muitas delas intrínsecas à pesquisa empírica em ciências humanas com as quais todos e todas pesquisadoras precisam se preocupar. Porém, também trouxe questões particulares aos temas de juventude, violência e gênero e suas possíveis conexões, cujo relato neste espaço se faz necessário.

Primeiramente, ingressei com um processo administrativo junto à Prefeitura de Porto Alegre buscando a autorização institucional da FASC para a realização do campo nos CREAS da cidade. A pesquisa levou cerca de um mês para ser autorizada (anexo A). Concomitantemente, submeti o projeto à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), através da Plataforma Brasil. A pesquisa foi encaminhada especificamente ao CEP da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que examinou e solicitou ajustes pontuais, como a menção expressa nos termos de assentimento/consentimento de possíveis riscos e benefícios aos interlocutores. A tramitação descrita de forma resumida aqui durou em torno de dois meses. As demandas foram atendidas e eventualmente o projeto foi aprovado por Parecer Consubstanciado (anexo B).

Em ambos os procedimentos estava presente a preocupação em adequar a pesquisa ao contexto da pandemia de Covid-19, como forma de garantir a ausência de riscos, de qualquer ordem, para os participantes da pesquisa, em especial àqueles menores de idade. Além disso, compuseram etapas importantes para a qualificação da pesquisa em si. Foram construídos três instrumentos voltados à apresentar a pesquisa, esclarecer direitos e coletar a anuência dos participantes: Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE) para participantes adolescentes (apêndice A); Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para seus responsáveis legais (apêndice B); TCLE para participantes maiores de idade (apêndice C).

Tendo comigo a autorização da FASC e a aprovação do CEP, busquei contato com os nove CREAS de Porto Alegre. A primeira tentativa se deu por telefone, mas logo percebi que a grande maioria dos telefones estavam desatualizados na página institucional da FASC. Encontrei melhor sorte ao contatá-los por e-mail. A inserção em campo, adiante, se deu de

forma bastante heterogênea, uma vez que cada unidade respondeu seguindo tempos e formatos diferentes⁵.

Em alguns casos, a adesão da unidade passou pela concordância da pessoa responsável pela coordenação do serviço. Em outros CREAS, foram agendadas reuniões virtuais para que eu apresentasse e esclarecesse dúvidas sobre a pesquisa para toda a equipe que trabalhava junto às medidas socioeducativas. De qualquer forma, uma vez que a unidade aderisse à pesquisa, um profissional era destacado para me acompanhar e combinar os detalhes de como proceder com o desenvolvimento do campo. A formação desses profissionais variou: foram três assistentes sociais, uma advogada, uma psicóloga e um educador social.

Foi necessário formular estratégias específicas para acessar os adolescentes e jovens em conjunto com os profissionais de cada unidade. Nesse ponto, resalto a importância da sensibilidade e disposição que as equipes, em geral, demonstraram para colaborar com a pesquisa. Em um primeiro momento, tentei propor desde o começo um caminho mais ou menos fechado para que as entrevistas ocorressem, porém logo percebi que essa postura era, no mínimo, contraproducente. Isso porque, além de cada equipe possuir dinâmicas próprias já enraizadas em seus fluxos de trabalho, também sofreram os impactos da pandemia que operacionalizou o acompanhamento de adolescentes e jovens de forma muito distinta entre uma unidade e outra.

Um exemplo interessante foi encontrado no CREAS Partenon, onde uma profissional utiliza sua formação e interesse particular em arte e história da arte como fio condutor para os atendimentos. As atividades propostas para os adolescentes giram em torno da pintora Tarsila do Amaral, partindo de pesquisas na internet sobre a biografia e principais obras da artista, culminando na entrega de uma produção autoral de uma pintura em tela. Esse caso exemplifica a pluralidade de modelos de acompanhamento, o que indica que a própria passagem e vivência dos adolescentes no atendimento socioeducativo é, além de muito diversificada, também atravessada pela subjetividade dos trabalhadores dos CREAS.

A participação dos profissionais no processo de intermediação entre pesquisador e interlocutor também não se deu de forma uniforme. Alguns simplesmente repassaram os contatos dos adolescentes e jovens que julgaram ter interesse em participar da pesquisa. Outros introduziram a proposta em atendimentos sem a minha participação, momento em que

⁵ Por exemplo, em três unidades o primeiro contato foi obstaculizado pela indisponibilidade do profissional responsável pelo acompanhamento técnico das medidas em razão de realocação em outro órgão, férias ou afastamento por suspeita por Covid-19.

indagavam sobre sua vontade de ser entrevistado. Também houve situações em que eu era apresentado previamente para o adolescente em uma videochamada convocada pelo técnico responsável. Nesses últimos casos, além de representarem a maior adesão à pesquisa, tive a oportunidade de observar a interação entre profissional e interlocutor. Notei que, em que pese exista um vínculo importante estabelecido entre esses atores, cujas maiores demonstrações apareceram nas falas da profissional, identifiquei a presença de termos como “senhora” e “dona” na fala dos adolescentes e jovens, denotando um distanciamento possivelmente vinculado à noção de respeito e de reconhecimento de hierarquia. Essa observação será aprofundada posteriormente no debate sobre a análise dos dados de pesquisa.

Além de trâmites burocráticos, pontuo aqui outra consideração de ordem ético-metodológica. Procurei adotar em todo o desenvolvimento da pesquisa de campo uma postura que conjuga duas preocupações de igual relevância: por um lado, o respeito com a pessoa que participa da pesquisa, expresso no cuidado por não torná-la meramente um objeto de investigação e tampouco silenciá-la em suas vivências; de outro, manter um afastamento saudável que confira confiabilidade científica ao estudo, de modo a não tomar como imediatamente válidas as informações prestadas pelos indivíduos consultados.

Antes de começar as entrevistas, considerei a possibilidade dos interlocutores deixarem de relatar algum ponto de sua trajetória pessoal, particularmente quanto às experiências relacionadas ao cometimento de atos infracionais. Isso poderia ocorrer por diversos motivos, como a falta de vínculo comigo, a timidez, a sensibilidade dos tópicos abordados, mas em especial por acreditarem que eu possuiria alguma vinculação com as unidades. No entanto, não foi o que observei durante a execução da pesquisa de campo. É possível que alguns relatos possam ter sido suavizados em alguns aspectos e, em outros, engrandecidos para causar um efeito impressionante e reforçar a ideia da “vida bandida”. Por outro lado, percebi que muitos interlocutores *queriam* relatar suas histórias. Acredito que o fato de eu também ser um homem cis, estar em uma idade mais aproximada e procurar adotar uma linguagem mais semelhante a utilizada por eles, foram fatores que contribuíram para que se sentissem mais confortáveis para as entrevistas. Fato é que todos os interlocutores se mostraram muito dispostos a participar da pesquisa, inclusive expressando isso reiteradamente, como no caso de Thiago, que além de afirmar que “se for pra te ajudar, pode contar comigo”, também pediu, ao final da entrevista, que eu fizesse mais perguntas.

Aqui, cabe destacar que tive a preocupação de adotar uma postura que reforçasse minha desvinculação com os CREAS e o acompanhamento de medidas como um todo. Isso porque o contato com os interlocutores só foi possível a partir dos profissionais das equipes técnicas que os atendiam e os avaliavam. É possível que este fato tenha influenciado em algum nível a escolha dos interlocutores sobre participar ou não da pesquisa, acreditando que a não colaboração poderia ter reflexos negativos em sua avaliação, sendo mais interessante reforçar uma imagem “boa” através da disposição para as atividades propostas.

Para isso, desde o primeiro momento e em todas as oportunidades com que tive contato com os interlocutores, procurei demarcar minha diferenciação com os profissionais dos CREAS e ressaltar a minha pesquisa como uma iniciativa externa e voluntária. Por isso, me apresentava como estudante da UFRGS e buscava explicar brevemente o que era o curso de mestrado que eu fazia e do que se tratava minha dissertação. Também nesse sentido, em todas as oportunidades que tive contato com os interlocutores previamente ao momento da entrevista, principalmente quando na presença de algum intermediário, me ausentei de fazer perguntas e comentários que tivessem relação direta com o tema estudado, como forma de evitar confusões entre a atividade de pesquisa e o cumprimento de medida.

Pontuei expressamente que as informações prestadas por eles eram sigilosas e não seriam compartilhadas com os trabalhadores dos CREAS, esclarecendo que não haveria nenhum tipo de prejuízo (nem vantagem) para o cumprimento de sua medida, mesmo que não desejassem participar da atividade. Vale mencionar que nenhum técnico sequer fez menção de participar das entrevistas, tampouco demonstrou interesse em saber ou discutir o que foi conversado nelas. Desse modo, deixei claro que sempre que seus relatos fossem mencionados aqui, eu tomaria o cuidado para que suas identidades estivessem preservadas, seja substituindo seus nomes verdadeiros por fictícios, seja ocultando detalhes específicos que pudessem indicar quem eles são.

Tornar o momento da entrevista menos exaustivo e denso para os adolescentes foi um desafio importante, considerando seu impacto direto na qualidade do dado coletado. Nesse sentido, busquei estabelecer algum tipo de contato prévio com o interlocutor sempre que possível, seja por meio da troca de mensagens, ligação telefônica ou mesmo chamadas de vídeo, em geral pelo WhatsApp, para me apresentar e introduzir a pesquisa. Além disso, em todas as ocasiões reservei um período no começo da entrevista para uma conversa mais informal, passando por temas descontraídos que serviam para “quebrar o gelo” e contornar a

resistência inicial propiciada pelo desafio que é falar sobre si, suas próprias práticas e significações.

Considerando que à época da pesquisa de campo não havia sequer perspectiva do início da vacinação contra Covid-19, priorizei sempre que possível o recurso da videochamada para realizar as entrevistas em profundidade, em detrimento de encontros presenciais. Nesses casos, as chamadas foram feitas por celular, considerando que os interlocutores não possuíam acesso a computador, através do aplicativo *WhatsApp*. Nas duas ocasiões em que isso aconteceu, os participantes utilizaram celulares emprestados ou da mãe ou da namorada. Além disso, como era de se esperar, as conexões de internet apresentaram instabilidades, inclusive da minha parte.

Entretanto, existiram casos em que os interlocutores não tinham acesso à celular *smartphone*, à internet ou então a um espaço privativo em seu domicílio para realizar a atividade de forma sigilosa. Diante dessas barreiras intransponíveis, optei por entrevistá-los presencialmente no momento em que precisassem se dirigir à unidade para realizar o desligamento da medida socioeducativa, que obrigatoriamente se dava no CREAS de referência. Nesses casos, busquei maximizar os cuidados para reduzir os riscos frente ao novo coronavírus, como o uso de máscaras modelo PFF2/N95, higienização constante com álcool em gel, além de realizar a entrevista em ambientes o mais arejado possível e que possibilitavam um distanciamento razoável entre o interlocutor e eu.

Os participantes da pesquisa anuíram com a pesquisa e assinaram o TALE ou TCLE, conforme cada caso. No caso dos responsáveis legais dos adolescentes, contei novamente com o intermédio das equipes dos CREAS, uma vez que em geral já conheciam os familiares dos adolescentes e em algumas situações realizavam visitas domiciliares periódicas. Mesmo assim, ao início de cada entrevista eu fazia a leitura destes documentos, explicando detidamente cada ponto e respondendo eventuais dúvidas. Nesse momento eu solicitava a permissão do participante para gravar o áudio de nossa chamada, sem o vídeo.

Em seguida, eu fazia algumas perguntas simples sobre seu perfil que incluíam os seguintes tópicos: idade, cor/raça, escolaridade, bairro de moradia, trabalho, filhos, relacionamento amoroso e ato infracional (os resultados estão sistematizados no Quadro 2, no capítulo dois). Na sequência, lançava algumas perguntas introdutórias para “quebrar o gelo”, como mencionado, questionando o que o interlocutor gostava de fazer no seu tempo livre, se

gostava de músicas, filmes, esportes, etc. Só então que eu iniciava as questões diretamente relativas ao tema pesquisado, ressaltando que não havia resposta certa ou errada.

Outro aspecto com o qual precisei ponderar frequentemente foi a postura ética a ser adotada no transcorrer das entrevistas. Um interlocutor em específico, Max, foi o principal responsável por isso. Em primeiro lugar porque fui surpreendido quando ele passou a me devolver as perguntas que eu fazia, como no exemplo abaixo:

Osmar: Qual cor ou raça tu te declara?

Max: Sei lá, preto... Porque me chamam de negão. Todo mundo desde pequeno me chamam assim. Todo mundo chama de nego lá em casa, daí me considero como preto... E tu?

Osmar: Eu?! Branco... (Entrevista com Max, 16 anos, maio de 2021).

Em segundo lugar, por causa dos diversos relatos sobre situações de grande exposição e envolvimento com a violência, como quando ele contou em detalhes da vez em que matou uma pessoa. Nesses casos, busquei responder com “sim”, “entendi” ou então ficar em silêncio, evitando qualquer julgamento moral.

Aqui, me alio ao exposto por Barros (2020), no sentido de que ao mesmo tempo em que procurei não emitir juízo de valor sobre as situações narradas pelos interlocutores, também não aderi a um comportamento “robótico”, me permitindo ser afetado pelos seus relatos, o que inclusive gerou mais confiança por parte deles e conferiu maior naturalidade à entrevista. Um exemplo disso foi quando Kevin, que estava vestindo uma camiseta do time gaúcho SC Internacional, me surpreendeu afirmando que não gostava e nem entendia de futebol:

Osmar: Cara, uma coisa que eu ia te perguntar... Tô vendo que tu é colorado, tu curte futebol então?

Kevin: Não.

Osmar: Não?!

Kevin: Meu, eu nem sei a moral do futebol, não sei nem quanto tempo dura um jogo. No caso, como eu trabalho nessa lancheria, e lá é um ponto de venda de drogas, chegou um playboy que queria 100 reais nela, e tava com a notinha. E eu “ba uma camisa de time, furiosa... Meu, te dou 70”. Daí ele não quis, daí ele foi embora, voltou e pediu 50. Eu só tinha 25, daí meu tio emprestou 20 e eu dei 40 pra ele.

[risadas]

Osmar: Bateu o olho e tu quis essa camisa?

Kevin: É, chegou ali de barbada, eu vi que ia vim bem baratinho... Ah, daí eu peguei. Nem queria... (Entrevista com Kevin, 19 anos, julho de 2021).

As entrevistas tiveram duração média de uma hora. Quando presenciais, eram realizadas nas próprias salas de atendimento dos CREAS, sempre de forma privada com apenas o interlocutor e eu. Sobre isso, uma questão interessante é que, ao contrário do que

normalmente é discutido em pesquisas realizadas com adolescentes vinculados ao meio fechado, a “questão da segurança” não foi uma preocupação por parte dos trabalhadores dos CREAS, tampouco da minha.

No quadro abaixo está esquematizado uma síntese das atividades realizadas durante a pesquisa de campo.

Quadro 1 – Resumo das atividades realizadas

Atividade	Data	Formato	Duração	CREAS
Entrevista 1	29/03/21	Videochamada por WhatsApp	1h10min com intervalo	Partenon
Entrevista 2	19/04/21	Presencial	50min	Partenon
Entrevista 3	04/05/21	Presencial	1h	Leste
Entrevista 4	10/05/21	Videochamada por WhatsApp	1h	Restinga-Extremo Sul
Entrevista 5	25/05/21	Presencial	45min	Leste
Entrevista 6	12/07/21	Presencial	50min	Partenon
Entrevista 7	12/07/21	Presencial	40min	Partenon

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, propus aos trabalhadores de cada CREAS, desde o primeiro contato, que após a coleta e análise dos dados, fosse reservado um momento específico para apresentação e discussão, como forma de proporcionar a devolução dos resultados obtidos. Essa proposição, na verdade, me pegou de certa forma de surpresa, já que eu não havia idealizado uma proposta nesse sentido. As equipes técnicas, no entanto, demonstraram estar bastante abertas para formular conjuntamente propostas voltadas à devolução dos resultados. Nesse sentido, combinei com os trabalhadores que realizaria a apresentação e discussão dos resultados em uma reunião de equipe em um momento posterior à conclusão e defesa da dissertação. Já a respeito de iniciativas voltadas aos adolescentes, colaboradores diretos da pesquisa, foi proposto a realização de rodas de conversa, menos formais e mais acessíveis, quando a pandemia de Covid-19 assim permitir.

1.4. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Foram realizadas tantas entrevistas quanto foi possível em meio às adversidades proporcionadas pela pandemia do novo coronavírus, já exaustivamente narradas aqui. Ainda que em número relativamente reduzido, considerei que o material coletado era suficiente, tanto enquanto critério de validação, quanto para alcançar a saturação teórica – quando as informações obtidas se tornam redundantes ou repetidas (TEIXEIRA et al., 2016).

Apenas os momentos específicos de entrevista possuíram gravação de áudio, mediante o emprego de um aplicativo de celular próprio para essa finalidade e após a concordância expressa de cada participante. Considerando a distância razoável que mantivemos entre nós e o uso de máscaras, ambos em atenção aos protocolos sanitários, muitas falas ficaram incompreensíveis no registro de áudio. Por sorte, observei isso logo nas primeiras entrevistas e pude formular algumas estratégias para identificar e transpor esse problema. Além de procurar sempre evitar a fala intercalada com meu interlocutor, quando eu percebia que determinado relato poderia ficar inaudível na gravação, pedia para que ele repetisse, ou então eu mesmo repetia em voz alta, perguntando logo em seguida se eu havia entendido corretamente.

Além disso, as atividades foram acompanhadas pela escrita de um diário de campo, principalmente durante as oportunidades em que visitei as unidades dos CREAS e após as conversas informais com os trabalhadores. Não anotei nada no decorrer das entrevistas, por considerar que parar para anotar poderia causar estranheza e romper com a fluidez da conversa. Assim, em geral, essas anotações ocorreram durante meu caminho de volta para casa, quando as informações ainda estavam frescas na memória. Essa ferramenta me possibilitou anotar diversas observações, em particular aquelas referente às relações estabelecidas entre meus interlocutores e os trabalhadores do CREAS, inclusive como forma de constatar as assimetrias existentes nesses espaços, buscando minimizar seus efeitos sobre os dados produzidos.

De igual maneira, muitas dessas inquietações foram responsáveis pela reformulação dos roteiros entre uma entrevista e outra, já que eu conseguia identificar que tipo de pergunta estava funcionando ou não. Um exemplo disso foi que as questões mais abstratas não tiveram muito desenvolvimento nas falas dos adolescentes. A pergunta “o que família significa pra ti?” era respondida com palavras-chave genéricas do tipo “união, laços, base”, ou ainda,

quando eu perguntava “como é a tua família”, as respostas tendiam a ser “é normal”. Para contornar isso, passei a elaborar minhas questões de forma mais concreta, como “com quem tu mora atualmente?” para logo em seguida perguntar “e tu te dá [bem] com eles?”, buscando compreender como era a relação familiar do interlocutor.

Na medida em que as entrevistas ocorriam, procedi com a transcrição dos respectivos registros de áudio através da plataforma *oTranscribe*⁶. Assim, considerando a ferramenta online e gratuita disponível, bem como a quantidade de material coletado, optei por transcrever todas as entrevistas de forma integral para posterior análise.

Como forma de preservar a identidade dos interlocutores, optei por substituir seus nomes verdadeiros por fictícios. Para a escolha dos pseudônimos, levei em consideração que o hábito de lazer que preponderou em seus relatos foi escutar música (em face de outros passatempos como assistir séries e filmes, praticar esportes, usar redes sociais, etc.). Na verdade, o interesse pela música foi uma manifestação unânime entre os interlocutores, merecendo destaque a fala de Hariel, que contou que mais do que ouvir, também compõe músicas:

Hariel: (...) E também eu tenho um sonho de ser cantor e compositor.
 Osmar: Sério? Tu escreve letras de música?
 Hariel: Sim.
 Osmar: Que tipo de música?
 Hariel: Funk e trap.
 Osmar: Quantas mais ou menos tu já escreveu?
 Hariel: Eu terminei uma só, mas não publiquei nada ainda. Só os meus amigos que ouvem, que conhecem bastante das minhas músicas.
 Osmar: Tu chegou a gravar também?
 Hariel: É, mais ou menos. No aplicativo do telefone, eu fiz na hora. Eu peguei um beat e gravei o áudio. E os guris, a maioria dos meus amigos conhecem minhas letras de cor.
 Osmar: Tu tem no youtube?
 Hariel: Não, não fiz nada ainda. Eu quero também, aos poucos pretendo fazer (Hariel, 17 anos, março de 2021).

Assim, considerando a música enquanto um elemento constitutivo da identidade juvenil, assim como uma forma relevante de expressão cultural da juventude pela qual os jovens se posicionam perante si mesmo e a sociedade (DAYRELL, 2002), optei por empregar os nomes de musicistas que cada um informou que gostava e costumava ouvir. Cabe mencionar o caso de Francisco, que demonstrou interesse em ser citado pelo seu nome verdadeiro.

⁶ Disponível em: <https://otranscribe.com/>.

Francisco: Só uma coisa, aquele negócio... Aquela parte de quando tu for usar, que tu não vai usar o nome das pessoas, que tu não ia dar nome das pessoas que tu fez a entrevista. Mas se tu quiser citar meu nome, tá de boa, tá? Eu não me importo com nada, tá?

Osmar: Tu quer ser citado com o teu nome?

Francisco: Se for citar meu nome, não te preocupa com isso... Eu tô de boa. Já passei por tanta entrevista... (Francisco, 19 anos, maio de 2021).

Apesar da sua manifestação e da sua maioridade, entendo que o sigilo por questão ética ainda se impõe, inclusive como forma de manter a isonomia entre os interlocutores, razão pela qual ele também recebeu um pseudônimo.

Com a pesquisa de campo encerrada, as transcrições dos áudios foram importadas para um projeto específico criado para esta dissertação dentro do software *NVivo*, cuja licença é disponibilizada pela UFRGS. Por ele foi possível proceder com a codificação e categorização dos dados empíricos, uma vez que o programa permite a análise dos entrecruzamentos de categorias descritivas ou dimensões analíticas (os “nós”) advindas da indexação de fragmentos do material empírico (TEIXEIRA et al., 2016).

O processo de codificação do material empírico, traduzido nesta etapa enquanto um punhado de documentos de texto (transcrições dos áudios das entrevistas), constituiu em si uma “pré-análise”, ao passo em que a releitura do material permitia desde já a formulação de conexões e o seu agrupamento em categorias e dimensões que serão debatidas nas seções destinadas à análise.

Diante disso, considerando que o material empírico não se restringe a percepção dos atores envolvidos, mas também é composto por práticas e relações, muitas vezes sobre temas delicados, utilizarei nesta dissertação o modelo de análise de conteúdo, que privilegia a análise do comportamento humano através da investigação aprofundada do dito e do não dito, do explícito e do implícito (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008).

2. RESPONSABILIZAÇÃO E SOCIOEDUCAÇÃO

Neste capítulo, meu objetivo é contextualizar a responsabilização penal de adolescentes e a execução do atendimento socioeducativo, partindo de um panorama macro brasileiro para chegar até o cenário local da cidade de Porto Alegre. Para isso, em primeiro lugar, exponho brevemente algumas noções introdutórias – a respeito de atos infracionais e medidas socioeducativas – para subsidiar o debate que pretendo propor.

Em seguida, apresento um resgate histórico sobre a responsabilização penal juvenil no Brasil, considerando o desenvolvimento e o entrelaçamento dos grandes marcos legais com as principais concepções adotadas nesse âmbito. Minha intenção aqui é discutir o que permanece e o que foi superado com a adoção da Doutrina de Proteção Integral em face da Doutrina da Situação Irregular.

Na sequência, minha proposta é abordar quantitativamente a aplicação e execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade e de meio aberto no Brasil, utilizando como base os levantamentos institucionais produzidos nessa temática. A seção seguinte apresenta a organização institucional do atendimento socioeducativo em meio aberto, com especial enfoque para a estruturação municipalizada.

Concluo este capítulo apresentando os perfis e as trajetórias dos meus interlocutores, buscando dar concretude para a discussão sobre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

2.1. PISTAS E NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

A criminalidade juvenil emergiu como um problema social na virada do século XIX para o século XX, em razão das transformações da vida social brasileira produzidas pela modernidade tardia. Desde o início, esse fenômeno social foi considerado também enquanto um problema no âmbito jurídico, tornando-se uma fonte de preocupação e foco de intervenções estatais (PAULA, 2014).

No Brasil, os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ou seja, não cometem crimes e são isentos de pena. Crianças e adolescentes são concebidos como “pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral” (VOLPI, 2015,

p. 16). Apesar disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a responsabilização penal juvenil começa efetivamente a partir dos 12 anos completos, quando a pessoa passa a ser considerada adolescente. Juridicamente, no entanto, o adolescente não comete crime, mas ato infracional. Nesse sentido, o ECA define taxativamente que ato infracional é a conduta descrita em lei como crime ou contravenção penal (BRASIL, 1990).

Uma vez juridicamente configurada a prática de ato infracional, a autoridade judicial determina o cumprimento de uma medida socioeducativa. A distinção entre pena e medida socioeducativa é – ou deveria ser – extensa, cabendo aqui referir apenas que esta última possui natureza preponderantemente pedagógica, em detrimento do caráter punitivo/retributivo da pena atribuída à pessoa adulta⁷. A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento coloca aos responsáveis pela operacionalização das medidas o dever de garantir direitos e oportunizar a inserção do adolescente na vida social, a partir de um conjunto de ações articuladas que propiciem educação formal, profissionalização, cultura, saúde, lazer e demais direitos fundamentais (VOLPI, 2015).

De acordo com o ECA, são seis os tipos de medidas socioeducativas: (i) advertência; (ii) obrigação de reparar o dano; (iii) prestação de serviços à comunidade; (iv) liberdade assistida; (v) semiliberdade e; (vi) internação. Nessa decisão, a autoridade judicial deve considerar o contexto pessoal do adolescente e sua capacidade para cumprir a medida, assim como a gravidade da infração (BRASIL, 1990).

A *advertência* e a *obrigação de reparar o dano* são medidas levadas a cabo pelo próprio Poder Judiciário. A primeira diz respeito a uma admoestação verbal imediata realizada pela/o magistrada/o, sendo levada a termo e assinada pelas partes, incluindo adolescente e responsáveis legais. Já a reparação do dano refere-se a restituição de bem, ressarcimento de dano ou compensação de prejuízo à vítima, sendo cabível em casos com reflexos patrimoniais, desde que viável para o adolescente.

A prestação de serviços à comunidade (PSC) e a liberdade assistida (LA) também são medidas de meio aberto, porém sua gestão e operacionalização ocorre no âmbito municipal, por meio da estrutura e articulação da rede socioassistencial. Assim, destaco desde já que no

⁷ Vale destacar a crítica dirigida ao suposto caráter pedagógico das medidas de privação de liberdade, em especial da internação, tendo em vista que mais se aproximam da pena de prisão do que de um sistema efetivamente educativo (FACHINETTO, 2008). Nesse sentido, não raras vezes as próprias unidades de internação, além de possuírem estruturas arquitetônicas semelhantes aos estabelecimentos prisionais, também há casos em que são vinculadas às Secretarias Estaduais de Segurança Pública, tornando o assunto da adolescência, dos atos infracionais e das medidas de meio fechado enquanto questões de ordem criminal.

decorrer desta dissertação irei me referir às medidas socioeducativas em meio aberto considerando tão somente as modalidades de PSC e de LA, uma vez que são essas que efetivamente demandam o acompanhamento do adolescente por parte das políticas públicas no país, em especial da assistência social municipal.

A *prestação de serviços à comunidade* consiste na realização de atividades gratuitas em órgãos públicos ou organizações não governamentais (ONGs), por período não excedente a seis meses, com carga horária máxima de oito horas semanais e sem prejuízo à frequência escolar ou jornada de trabalho.

A *liberdade assistida* é composta pelo acompanhamento individualizado e periódico do adolescente, visando garantir a proteção social, a manutenção de vínculos familiares e comunitários, a frequência escolar, a inserção no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes e formativos, entre outros aspectos da vida social (VOLPI, 2015). O acompanhamento de LA é realizado prioritariamente nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) – se inexistentes, em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou outro equipamento público local (BRASIL, 2009). Os adolescentes entrevistados nesta dissertação estavam cumprindo essa modalidade de medida.

As duas últimas, semiliberdade e internação, correspondem às medidas de privação de liberdade ou de meio fechado. São medidas mais gravosas pois afastam o adolescente do seu convívio familiar e comunitário. Aqui, ao contrário do que acontece com a PSC e a LA, a gestão e a execução se dá no nível estadual ou distrital. A *semiliberdade* não priva o adolescente completamente do seu direito de liberdade, sendo indispensável a articulação com serviços e programas sociais e formativos no âmbito externo à unidade.

Por fim, a *internação* é a medida socioeducativa mais severa e com maior visibilidade social – ainda que não seja a mais numerosa, como se abordará adiante. A privação de liberdade aqui é realizada em unidades específicas, ainda que sempre seja possibilitada a realização de atividades externas⁸. Ela está diretamente sujeita aos princípios da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Em 2012, a Lei nº 12.594 instituiu oficialmente o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), buscando regulamentar e trazer parâmetros mínimos legais para a

⁸ Embora exista a contenção física em estabelecimentos socioeducativos, “a restrição de liberdade deve significar apenas limitação do exercício pleno do direito de ir e vir e não de outros direitos constitucionais, condição para sua inclusão na perspectiva cidadã” (VOLPI, 2015, p. 35).

execução do atendimento socioeducativo em todo o Brasil. Em que pese tanto o meio aberto quanto o meio fechado façam parte do SINASE, ainda representam realidades muito diversas entre si. Um dos motivos para isso ocorrer é que não são geridos e executados conjuntamente, ainda que existam estratégias locais, via de regra pontuais, fomentando a sua articulação.

Atualmente, a gestão no âmbito federal das medidas em meio fechado é vinculada à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Por outro lado, a gestão do meio aberto está vinculada à Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério da Cidadania, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A divergência se repete no âmbito local, onde a gestão da privação de liberdade é realizada na esfera estadual (no caso do RS, pela Fundação de Atendimento Socioeducativo), enquanto do meio aberto é municipalizada (no caso de Porto Alegre, pela Fundação de Assistência Social e Cidadania).

2.2. ENTRE O MENOR E O ADOLESCENTE: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

O tratamento da responsabilidade penal juvenil na América Latina, segundo Emilio García Méndez (2000), têm transitado por três grandes etapas. A primeira é marcada pelo *caráter penal indiferenciado*, no qual se destinava aos menores de idade um tratamento praticamente igual ao voltado para os adultos. Já a segunda etapa possui preponderantemente um *caráter tutelar*, caracterizada pela legitimação jurídica da intervenção estatal de forma discricionária para crianças e adolescentes no que se denominava por “situação irregular”. A terceira e última está vinculada a um caráter de *responsabilidade penal dos adolescentes*, reconhecendo as crianças e os adolescentes na condição de sujeitos de direitos perante o Estado e a sociedade (COSTA, 2013).

O argumento central desta seção gira em torno do trabalho de Liana de Paula (2015), partindo da premissa de que o histórico da socioeducação é permeado por um emaranhado de estratégias de controle e intervenção estatal destinadas às crianças e aos adolescentes *pobres*. Aqui, os dois Códigos de Menores, de 1929 e 1979, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, serviram de guia para as reflexões e para o resgate histórico proposto, uma vez que representaram importantes marcos legais, bem como a adoção de doutrinas com profundo impacto no tratamento destinado aos adolescentes selecionados pela justiça criminal juvenil.

Com isso, no entanto, não se pretende traçar uma “linha do tempo” clássica, marcada por etapas estritamente delimitadas que são sucedidas de forma linear em uma direção “evolutiva”. Embora possua relevância didática em certas ocasiões, essa abordagem tradicional negligencia a constante tensão entre esses momentos históricos. Nesse sentido, como será abordado a seguir, é possível afirmar que a transição da doutrina da situação de indiferença para a doutrina da proteção integral ocorreu de forma incompleta, atravessada por avanços e obstáculos em sua implementação.

A constituição dos primeiros discursos e práticas sobre a adolescência no Brasil emergiu durante o período da Primeira República, entre o final do século XIX e o início do século XX, em uma época em que as mudanças oriundas dos processos de modernização das formas de organizar a vida social – especialmente no que se refere aos fenômenos da industrialização e da urbanização – acarretaram em novos modos de compreender e encarar as questões sociais. A presença de crianças e adolescentes pobres em situação de rua nas cidades, assim como a eventual prática de algum ato ilícito, alcançaram a condição de problema social demandante de intervenção do Estado (PAULA, 2011; 2015).

Assim, a preocupação das autoridades públicas voltou-se às crianças e adolescentes “de rua”, aquelas que escapavam da precoce inserção no mundo do trabalho. As ruas da cidade eram consideradas essencialmente como espaços de “perigo moral”, onde poderiam ser encontrados diversos tipos imorais, envoltos por uma quase mística, como o bêbado, a prostituta, o vagabundo, o gatuno e o libertino. A convivência de crianças e adolescentes pobres com essas figuras de um lado e a ausência de referências da moralidade do trabalhador de outro, foram os elementos constitutivos da noção de abandono moral que, acreditava-se, conduziria invariavelmente à criminalidade (PAULA, 2015; MACHADO, 2006).

A presença de crianças e adolescentes nas ruas da cidade passou a ser considerada como fonte de desordem, acarretando por sua vez no surgimento das primeiras instituições públicas de recolhimento e correção (PAULA, 2014). É nesse contexto que se dá a promulgação do primeiro Código de Menores⁹, em 1927, sintetizando a transformação da infância e adolescência pobre em uma questão social e consolidando a “questão do menor”. Marcos César Alvarez (1989) argumenta que esse Código não deve ser encarado apenas a partir do aspecto formal, como mais uma lei. Pelo contrário:

⁹ Também conhecido como Código de Mello Mattos, primeiro Juiz de Menores do Brasil e principal responsável pela redação da lei, unindo sua experiência como criminalista, filantropo e magistrado (ALVAREZ, 1989).

Trata-se, do nosso ponto de vista, de uma iniciativa de certas camadas médias (advogados, médicos, educadores e filantropos em geral), que acabaram criando um dispositivo institucional que lhes garantia um espaço de atuação e que, ao mesmo tempo, garantia novas formas de controle social ao Estado (ALVAREZ, 1989, p. 58).

Assim, a emergência desse primeiro Código de Menores implicou a consolidação de um novo projeto para a infância e adolescência marcado pela institucionalização, definindo de forma expressa o “menor” enquanto uma categoria jurídica e institucional (ALVAREZ, 1989). A concepção do público alvo passava por um processo de conversão, no qual deixava de ser composto apenas por crianças e adolescentes pobres e não-trabalhadoras, sendo antes compreendidos enquanto objetos da tutela estatal, onde o recolhimento e a internação foram eleitas como as estratégias de tratamento por excelência sob a justificativa de prevenir a futura criminalidade (PAULA, 2015).

Nesse momento, a expressão “menor” passou a designar crianças e adolescentes específicos dentro do cenário juvenil brasileiro: aqueles e aquelas oriundas de famílias pobres (FACHINETTO, 2008). Desse modo, há uma íntima relação entre a ideia de “menoridade” e a condição de pobreza. Posteriormente, outros termos passaram a ser mobilizados pela opinião pública, como “bandidos”, “trombadinhas”, “menores infratores”, “delinquentes”, etc., a partir do que Mário Volpi (2015) atribui como fruto de uma criatividade preconceituosa que distorce a caracterização de adolescentes que praticaram atos infracionais para longe daquilo que eles realmente são: adolescentes.

De acordo com Liana de Paula (2011; 2015), diversos processos sociais tomaram forma entre as décadas de 1930 a 1960, como o aumento da população infanto-juvenil, a intensificação da urbanização e o acirramento dos níveis de desigualdade e pobreza nos grandes centros urbanos do país, tudo isso convergindo com o crescimento das instituições de assistência e reforma. Já durante o período da ditadura militar brasileira (1964 a 1985), houve a ampliação da intervenção do Estado nos diversos setores da política social e o consequente reforço da tutela estatal centrada na população pobre, motivada por discursos de incapacidade e impotência.

Dentro de uma concepção funcionalista de sociedade, a pobreza era lida enquanto uma disfunção ou um descompasso do projeto de desenvolvimento e modernização defendido pelo estado militarizado, acarretando na necessidade de se formular uma nova estrutura de

intervenção, como a criação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM)¹⁰. A partir disso decorreu uma releitura da “questão do menor”, de modo a acentuar o “processo de marginalização social, o qual salientava o enfraquecimento de vínculos sociais familiares e comunitários como causa dos desvios de conduta de crianças e adolescentes pobres” (PAULA, 2015, p. 33).

Esse cenário permitiu a consolidação da *doutrina da situação irregular*, principalmente através da promulgação do segundo Código de Menores, em 1979. A doutrina baseava-se no trinômio pobreza-desvio-delinquência, atribuindo à pobreza a relação entre o abandono material e moral com o envolvimento precoce com a violência. Conforme Liana de Paula (2015, p. 33), a “situação irregular fundamentava a ação do poder judiciário no sentido de destituir o pátrio-poder sobre os filhos dos pobres e de promover a internação em instituições de assistência e reforma”.

A “situação irregular”, portanto, abarcava indistintamente tanto as práticas de infrações – ou os “desvios de conduta” –, quanto situações de violações de direitos fundamentais, como em casos de maus-tratos e abandono (VIER, 2017). Assim, o Código de Menores de 1979 representou uma resposta conservadora, encabeçada principalmente por magistrados, que reforçava a internação como a estratégia central para lidar com o aumento do número de crianças e adolescentes pobres moradores das periferias dos grandes centros urbanos, bem como com o crescimento na quantidade de adolescentes envolvidos com atos ilícitos (PAULA, 2015).

Segundo a pesquisadora Ana Cláudia Cifali (2019), no período de vigência do Código de Menores de 1927, as representações sociais sobre a relação entre juventude e criminalidade se davam predominantemente na seara moral, sendo a moralização preventiva a forma que guiava o agir estatal. Já no período marcado pela ditadura militar, com o Código de Menores de 1979, essas representações sociais tinham por base explicações psicológicas e psiquiátricas – em uma abordagem supostamente científica –, de modo que a ressocialização era a forma oficialmente indicada para a intervenção do Estado.

¹⁰ A reformulação da intervenção estatal proposta pela PNBEM acarretava na ampliação da “presença do poder executivo em todos os níveis da política de atendimento, por meio da criação de uma fundação nacional responsável pela elaboração da política de atendimento e de várias fundações estaduais responsáveis por executá-la” (PAULA, 2011, p. 43). Essas fundações eram, respectivamente, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

Com o avanço do processo de redemocratização do país, o acesso e a garantia de direitos alcançou a centralidade no debate público e nas proposições políticas, alcançando também a temática da infância e adolescência. Diante disso, os adventos da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), representaram um importante giro no tratamento jurídico dispensado às crianças e adolescentes, uma vez que se distanciaram da perspectiva tutelar de ambos os Códigos de Menores que os precederam e buscaram consolidar uma concepção fundamentada no reconhecimento da condição de sujeitos de direitos. É aí que tem início a perspectiva da *doutrina de proteção integral* (PAULA, 2015).

A partir daí passou-se a considerar a condição peculiar das pessoas pertencentes a esse grupo etário, de modo a reconhecê-las enquanto pessoas em desenvolvimento – ao invés de “incapazes” – que necessitam de especial proteção e garantia de seus direitos por parte do Estado, da sociedade e da família, para que possam crescer de forma plena e desenvolver suas potencialidades. Desse modo, a proteção integral pode ser resumida, de acordo com Ana Paula Motta Costa (2013, p. 46), enquanto a “responsabilização dos adultos pelo cuidado e garantia de condições para que crianças e adolescentes possam exercer sua cidadania, com dignidade”. Nesse sentido, o rompimento discursivo com a categoria “menor” possibilitou o surgimento de novas chaves de leitura sobre as articulações de adolescentes/jovens com a “violência urbana”, assim como uma ressignificação do tema da pobreza através da perspectiva da garantia ou da violação de direitos (PAULA, 2015).

O ECA, assim como a posterior Lei nº 12.594/12, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), trouxeram uma série de princípios norteadores da caracterização, aplicação e execução das medidas socioeducativas, por exemplo: (i) aplicação operada em consonância com as características da infração e circunstâncias sociofamiliar; (ii) dualidade da natureza, sendo ao mesmo tempo uma medida coercitiva, uma vez que punitiva, mas que possui aspectos educativos a partir da proteção integral; (iii) incentivo e reflexão para a superação das condições de exclusão e reforço da participação na vida social; (iv) envolvimento familiar e comunitário obrigatórios, ainda que nos casos de privação de liberdade; (v) princípio da incompletude institucional, que considera essencial a articulação com outros serviços da rede socioassistencial; (vi) formação permanente dos profissionais responsáveis pelos programas de socioeducação; (vii) comprometimento com a não discriminação e estigmatização dos adolescentes, entre outros (VOLPI, 2015).

Por outro lado, Cifali (2019) argumenta que o modelo de intervenção proposto pelo ECA rompe de forma parcial com os paradigmas que permearam os modelos anteriores. Segundo a autora, em que pese os avanços importantes do Estatuto, há a continuidade de elementos presentes nos Códigos de Menores, como a indeterminação do tempo de duração da intervenção socioeducativa e a manutenção da discricionariedade judicial, especialmente no âmbito da execução das medidas socioeducativas. Isso ocorre porque o ECA é resultado das disputas entre posições defendidas por “menoristas” e “garantistas”, de modo a comportar dispositivos oriundos de ambas as perspectivas.

Além disso, é possível notar, ao menos no plano discursivo, que o processo de redemocratização e as redefinições de tratamento jurídico dispensado aos adolescentes selecionados pelo sistema de justiça criminal juvenil convergem em uma nova política de assistência social e novas diretrizes de atendimento socioeducativo voltadas a promover a transformação da realidade da população que vive em condição de pobreza, por intermédio do investimento em inclusão social e acesso a direitos sociais. No entanto, a manutenção do público alvo reitera a premissa de que os destinatários da socioeducação, e conseqüentemente os autores de atos infracionais, são os adolescentes pobres. Desse modo, muito embora existam mudanças no discurso e nas práticas, a correlação entre pobreza e violência juvenil permanece como a principal chave explicativa (PAULA, 2015). Nesse sentido:

Partindo-se da definição, do início do século 20, de pobreza como não-trabalho, passando-se à sua definição como causa da desestruturação familiar e da marginalização social de crianças e adolescentes, nos anos 1960 e 1970, a pobreza é hoje cada vez mais definida também como lugar da ausência de direitos. Nesse sentido, a pobreza é ressignificada e reinterpretada, mas permanece como chave explicativa do envolvimento de adolescentes com atos ilícitos, entendendo-o dessa vez como resultado de direitos sociais violados (PAULA, 2015, p. 41).

No mesmo sentido, Mário Volpi (2015) argumenta que o cometimento de ato infracional proporciona ao adolescente selecionado pelo sistema de justiça criminal juvenil uma desqualificação da condição de adolescente. Cai por terra, de acordo com o autor, a ideia de pessoa em desenvolvimento titular de direitos que é destinatária da proteção integral. A aproximação entre segurança e cidadania é um caminho turvo no senso comum em razão da dificuldade de se enxergar um cidadão no adolescente virtualmente envolvido com atos infracionais.

2.3. PANORAMA QUANTITATIVO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

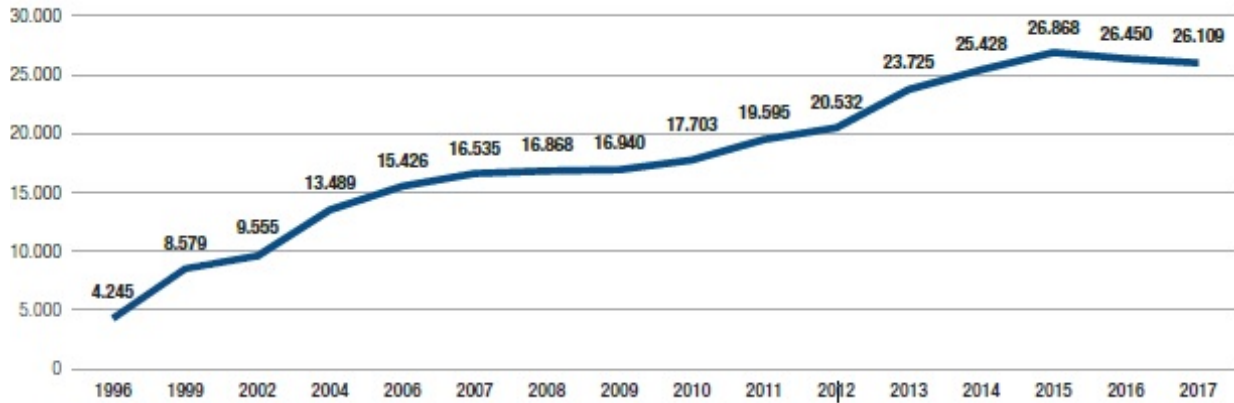
O objetivo desta seção é dimensionar o Sistema Socioeducativo brasileiro a partir da apresentação dos principais levantamentos quantitativos sobre o cometimento de atos infracionais, cumprimento de medidas socioeducativas e perfil dos adolescentes. Como será exposto a seguir, boa parte das produções na temática do atendimento socioeducativo está focada nas informações acerca das medidas de privação de liberdade (internação e semiliberdade)¹¹. A socioeducação em meio aberto ainda é um terreno pouco explorado, seja em pesquisas acadêmicas ou em diagnósticos institucionais para embasar a formulação de políticas públicas voltadas a esse setor. Portanto, a leitura da contextualização aqui proposta deve considerar que a construção longitudinal de um banco de dados em larga escala ainda se encontra em um estágio inicial.

O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, publicação periódica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, possui especial destaque no campo da segurança pública devido a capacidade de sistematizar uma ampla variedade de estatísticas criminais. O levantamento é referência para muitos documentos nessa temática, entre os quais destaco o *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil*, que, diante a dificuldade de acesso aos dados estatísticos sobre a execução da política de atendimento socioeducativo no país, utiliza os dados apresentados pelos Anuários, especificamente sobre os anos 2011 e 2012 (BRASIL, 2015).

Entretanto, existem limitações importantes no que diz respeito às informações disponibilizadas acerca do Sistema Socioeducativo, pois, embora não exista menção expressa, os dados referem-se exclusivamente às medidas de privação de liberdade. Nesse sentido, a 14ª edição do Anuário (FBSP, 2020), apresenta a série histórica nacional que compreende o período de 1996 a 2017, informando que o número de adolescentes em cumprimento de medida chegou a 26.109 no ano de 2017, conforme o gráfico abaixo:

¹¹ Embora fuja do escopo desta pesquisa e desta seção, merece reconhecimento o Relatório Nacional sobre a Situação das Unidades Socioeducativas de Privação de Liberdade no Brasil, publicado em 2017 pela Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei (RENADE). Além de sistematizar importantes contribuições sobre as unidades de internação através da percepção dos atores envolvidos na execução do atendimento socioeducativo, traz também visibilidade às falas e visões de adolescentes e de seus familiares, principalmente a respeito da efetivação e da violação de seus direitos (RENADE, 2017).

Gráfico 1 – Evolução do número de adolescentes em privação de liberdade no Brasil, 1996-2017



Fonte: FBSP (2020, p. 312).

Analisando a série histórica disposta neste gráfico, dois aspectos chamam a atenção. De um lado, por quase duas décadas o número de adolescentes em privação de liberdade permaneceu crescente e em um ritmo bastante expressivo. No acúmulo da série histórica, de 1996 até 2017, a variação no número de adolescentes em privação de liberdade chegou a 515,1%. Por outro lado, em 2016 houve a primeira redução nessa tendência de crescimento, representando uma variação negativa de 1,2% em relação ao calculado no ano anterior (quando registrou 28.868 adolescentes privados de liberdade). Em 2017 houve a manutenção dessa leve tendência descendente. O mesmo decréscimo, contudo, não foi verificado no Estado do Rio Grande do Sul, cujo número de adolescentes no meio fechado subiu de 1.348 em 2016, para 1.369 em 2017, uma variação de 2,9% (FBSP, 2020).

Já sobre o cometimento de atos infracionais (FBSP, 2018), houve o crescimento de 22.077, em 2011, para 27.799 em 2016, em números absolutos. Aqui, merece destaque o ocorrido com a categoria roubo no período analisado, uma vez que além de possuir um aumento expressivo em números absolutos, também passou a representar uma parcela cada vez maior do total de atos infracionais: de 8.415 (38,1%), em 2011, para 12.960 (46,6%) em 2016. Junto com o tráfico de drogas (22,5%) e o homicídio (9,8%), essas três modalidades correspondem a 78,9% do total de atos infracionais apurados (ou 82,7%, se considerados os roubos e homicídios na modalidade tentada¹²), assemelhando-se às tendências encontradas no sistema prisional adulto. Cabe mencionar que, em 2016, os 2.730 homicídios praticados por adolescentes no país representaram apenas 4,8% do total de 55.900 homicídios dolosos

¹² Quando o crime – ou ato infracional –, após iniciada a execução, não é consumado em razão de circunstância alheia à vontade do agente, conforme artigo 14, inciso II do Código Penal (BRASIL, 1940).

praticados no país nesse mesmo ano, demonstrando que os principais responsáveis pelos atos mais violentos não são os adolescentes.

Ainda sobre o meio fechado, cabe destacar o *Levantamento Anual do SINASE*, construído a partir da compilação de informações advindas diretamente dos gestores de estabelecimentos socioeducativos de internação e semiliberdade. A última edição do levantamento (BRASIL, 2019), com dados referentes ao ano de 2017¹³, estimou o número 26.019 adolescentes distribuídos entre as 484 unidades de privação de liberdade do país, voltando a expressar uma curva crescente no número adolescentes em cumprimento de medidas em meio fechado.

Em que pese a inegável importância enquanto recurso para a contextualização quantitativa do meio fechado, principalmente em virtude de sua publicação periódica, abrangência nacional e o amplo repertório de dados disponibilizados, as informações sobre o meio aberto seguem com pouco ou nenhum espaço em levantamentos oficiais. No histórico do Levantamento Anual do SINASE, o tema foi abordado pela primeira vez somente na edição publicada em 2019, e mesmo assim fazendo referência às informações sistematizadas pelo Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Nesse ponto, destaca-se a seguinte série histórica com a evolução do número de adolescentes com medidas em meio aberto no Brasil:

Tabela 1 – Evolução do número de adolescentes cumprindo MSE em meio aberto no Brasil

Adolescentes cumprindo MSE em meio aberto						
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Número de adolescentes	65.249	67.963	67.356	68.843	67.759	117.207

Fonte: Elaboração própria com dados de BRASIL (2019).

O salto expressivo na contabilização de adolescentes, praticamente o dobro de 2016 para 2017, é causado por uma importante mudança metodológica digna de nota. Os levantamentos anteriores consideravam somente os adolescentes que cumpriam medidas nos CREAS, tendo em vista o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

¹³ Os dados sobre o Sistema Socioeducativo apresentados na pesquisa referida utilizaram como base a data de 30 de novembro de 2017, ou seja, a coleta de dados corresponde a uma fotografia de um dia determinado. Assim, não se deve confundir o exposto com a quantidade média mensal ou anual, tampouco com o número total de adolescentes que passaram pelo Sistema Socioeducativo naquele ano.

(BRASIL, 2009), no sentido de serem as unidades responsáveis pela execução do serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de LA e PSC. No entanto, mostrou-se necessário levar em conta a realidade heterogênea no atendimento socioeducativo em meio aberto, considerando que a implementação dos CREAS ainda não está consolidada em todos os municípios brasileiros, assim como o fato da Lei do SINASE estabelecer genericamente que cabe aos municípios a execução das medidas em meio aberto¹⁴, sem definir órgãos ou serviços específicos para tanto. Diante disso, a partir de 2017 o levantamento passou a abranger todos os municípios do Brasil, buscando contemplar as diversas estratégias desenvolvidas para a execução do acompanhamento socioeducativo. Essa alteração metodológica proporcionou à pesquisa um caráter censitário, considerando que contou com 5.042 municípios participantes, correspondendo a uma taxa de retorno de 97%.

Assim, a principal ferramenta para a contextualização do meio aberto é o *Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único da Assistência Social*, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (atual Ministério da Cidadania) e publicado em 2018. Segundo o levantamento (BRASIL, 2018), o número total de adolescentes cumprindo medidas em meio aberto é de 117.207. Quando comparado com a quantidade de adolescentes em privação de liberdade, 26.109, é possível concluir que do total de adolescentes vinculados ao Sistema Socioeducativo brasileiro (143.316), 82% estão cumprindo MSE em meio aberto, conforme pode ser observado na tabela adaptada abaixo:

Tabela 2 – Quantidade de adolescentes no Sistema Socioeducativo no Brasil

Adolescentes no Sistema Socioeducativo	
Meio fechado	26.109
Internação	17.811
Semiliberdade	2.160
Internação provisória	4.832
Outras modalidades*	1.306
Meio aberto	117.207
Liberdade assistida	84.755**
Prestação de serviço à comunidade	69.930**
Total	143.316

¹⁴ “Art. 5º Compete aos Municípios: [...] III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;” (BRASIL, 2012).

Fonte: Elaboração própria com dados de BRASIL (2018; 2019).

* A categoria é composta por internação sanção (306), atendimento inicial (937) e medida protetiva (63).

** A soma dos valores individuais dessas categorias resultam em um número maior que o total de adolescentes em meio aberto (117.207) pelo fato de que um mesmo adolescente pode estar cumprindo simultaneamente as medidas de LA e PSC.

De acordo com o relatório, existem 84.755 medidas de liberdade assistida sendo cumpridas e 69.930 medidas de prestação de serviço à comunidade no Brasil. Por outro lado, as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte apresentam maior incidência de PSC em detrimento de LA. Esse comportamento pode variar em função de uma multiplicidade de fatores, como o “entendimento do sistema de justiça sobre a aplicação das medidas em meio aberto, a prevalência de atos infracionais mais ou menos graves, a concentração urbana, o recurso às substituições de internações por liberdade assistida, entre outras” (BRASIL, 2018, p. 13). Nesse sentido, há uma importante tendência apontando que quanto maior o centro urbano, maior é a prevalência de medidas de LA em relação às medidas de PSC. De modo geral, as capitais e regiões metropolitanas concentram os maiores números de adolescentes cumprindo medidas em meio aberto, em especial nas regiões Sul e Sudeste (BRASIL, 2018).

Além disso, há também uma grande concentração por parte do local de atendimento, uma vez que 74% do total de adolescentes são atendidos em menos de 7% das unidades socioeducativas. Há quatro tipos principais de unidades prestando o serviço de acompanhamento de medidas em meio aberto no país, sendo o CREAS a forma mais recorrente, atendendo mais de 80 mil adolescentes. Em mais de 2 mil municípios, geralmente onde não existe CREAS, os adolescentes são atendidos no CRAS da cidade ou diretamente nos órgãos gestores municipais. Por fim, ainda há uma parcela atendida em Organizações da Sociedade Civil diversas, sobretudo a medida de prestação de serviço à comunidade¹⁵. No RS, o predomínio do CREAS é mantido, sendo responsável pelo acompanhamento de 84% dos adolescentes do estado (BRASIL, 2018).

No que diz respeito ao perfil dos adolescentes no meio aberto, o levantamento (BRASIL, 2018) apresenta que a maioria dos jovens (54.763 adolescentes) está no período do “final” da adolescência, entre os 16 e os 17 anos. O gênero masculino é predominante: são

¹⁵ Principalmente entidades assistenciais de cunho filantrópico. Houve um crescimento importante nessas formas de organização a partir da década de 1990, quando uma série de reformas estatais ampliaram os financiamentos para prestação de serviços públicos para o denominado “terceiro setor”. Esse tipo de convênio atua como uma tática gerencial que permite maior celeridade e menores custos para a expansão da prestação de serviços, ao mesmo tempo em que as organizações da sociedade civil puderam ampliar suas estruturas, remunerar suas equipes e expandir seus atendimentos (PAULA, 2015).

104.143 adolescentes homens e 13.104 adolescentes mulheres. Em que pese a disparidade numérica, adolescentes homens e mulheres estão cumprindo PSC e LA em razão da prática dos mesmos atos infracionais: tráfico, roubo e furto, respectivamente.

No meio aberto os atos infracionais envolvendo drogas e contra o patrimônio possuem clara preponderância. O tráfico de drogas é apontado como o ato infracional com maior número de ocorrências (24.908), seguido pelo roubo (19.089), furto (13.197) e uso de drogas (7.394). Enquanto o furto é mais presente em municípios de pequeno porte, o roubo está menos interiorizado, incidindo principalmente em capitais e regiões metropolitanas. Já o homicídio, ao contrário do encontrado nas estatísticas sobre a internação e a semiliberdade, possui 1.009 ocorrências (representando menos de 1% das ocorrências), revelando que os atos infracionais contra a vida têm baixa incidência na socioeducação em meio aberto (BRASIL, 2018).

Mesmo reunindo o maior número de informações sobre o Sistema Socioeducativo em meio aberto atualmente, o levantamento carece de dados sobre importantes marcadores sociais, como sexualidade e raça. Sobre a dimensão racial, o relatório aponta que seria possível inferir que o mesmo perfil de adolescentes presente na internação e na semiliberdade (onde 60% dos adolescentes são pretos ou pardos) possa ser observado também no meio aberto, considerando o recurso da substituição de medidas privativas de liberdade para outra menos gravosa, como LA ou PSC (BRASIL, 2018). Embora seja uma hipótese viável, levando em conta a seletividade do sistema de justiça juvenil, não deve ser descartada a possibilidade de existir um critério racial operando também na seleção de adolescentes beneficiados pela substituição, mantendo os adolescentes pretos e pardos na privação de liberdade enquanto adolescentes brancos passam para o meio aberto.

Já os dados referentes ao Estado do Rio Grande do Sul estimam o número de 5.481 adolescentes no meio aberto, dos quais 22% estão concentrados na capital Porto Alegre, ou seja, cerca de 1.205 adolescentes (BRASIL, 2018).

Os levantamentos apresentados aqui permitem concluir que o número de adolescentes vinculados ao Sistema Socioeducativo está em constante crescimento. Tanto no meio fechado quanto no aberto, a expansão das medidas socioeducativas parece ser a regra, apesar do recuo pontual no número de adolescentes privados em liberdade em 2016. A análise desses dados indica que a socioeducação em meio aberto pode não representar uma alternativa à privação

de liberdade, mas sim um recurso à expansão do controle e criminalização juvenil, embora sejam necessários estudos aprofundados e específicos para verificar essa hipótese.

Por outro lado, cabe frisar também alguns adventos-chave que podem ter impactado o Sistema Socioeducativo, mas cujos efeitos detalhados ainda se desconhece ante a falta de monitoramento e sistematização de informações em nível nacional. O primeiro deles é, logicamente, a pandemia de Covid-19, que demandou das autoridades públicas a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção comunitária pelo novo coronavírus. Nesse sentido, foi publicada a Recomendação Conjunta n. 1 de 2020, de autoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e dos Ministérios da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que recomendou a suspensão dos atendimentos presenciais e do comparecimento dos adolescentes aos locais designados para a prestação dos serviços.

Igualmente, deve ser citado o acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), publicado em decorrência do Habeas Corpus n. 143.988/ES, o qual determinou que as unidades de internação não ultrapassem a capacidade projetada de internação prevista para cada unidade. Na decisão, o STF propôs também critérios e parâmetros a serem observados pelos magistrados nas unidades de internação que operam com a taxa de ocupação dos adolescentes superior a essa capacidade projetada.

Como resposta, o CNJ elaborou a Resolução CNJ n. 367/2021, que estabeleceu as diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas nos Sistemas Estaduais de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário, e a Recomendação n. 98/2021, responsável por recomendar aos tribunais e autoridades judiciais a adoção de diretrizes e procedimentos para realização de audiências concentradas para reavaliar as medidas de internação e semiliberdade.

Portanto, é possível que o número de medidas socioeducativas, principalmente no que se refere às de privação de liberdade, tenha decrescido após o ano de 2020, em razão dessa série de medidas que visam combater a superlotação das unidades de atendimento e prevenir o contágio do novo coronavírus.

2.4. A EXECUÇÃO DE MEDIDAS EM MEIO ABERTO

Quando se fala em socioeducação, ou mesmo no tema dos atos infracionais de modo geral, é comum perceber uma prevalência da relação com as unidades de privação de liberdade. Ou melhor, com as unidades de internação, pois mesmo a semiliberdade é relegada a segundo plano. Inegavelmente, os regimes de internação possuem relevância por significarem uma intervenção mais gravosa na vida dos adolescentes e demandarem um grande aparato e estrutura física típica de instituições totais. A relação comumente realizada com o sistema prisional adulto também é um fator que contribui para a sua naturalização no imaginário social.

Desse modo, o meio aberto ora é invisibilizado, ora é mobilizado por setores da população ao argumentarem que “com menor não dá nada”. De qualquer forma, essa baixa visibilidade no debate público encontra seu reflexo no reduzido número de trabalhos acadêmicos pesquisando esse tipo de atendimento socioeducativo, e vice-versa. Eleger a socioeducação em meio aberto como foco de estudo coloca outras questões em jogo e, principalmente, novos desafios. Há diferenças substanciais entre o meio fechado e o aberto. Por isso, o objetivo aqui é evidenciar em qual lugar se realizou o campo e em qual contexto institucional e socioeconômico ele se insere.

Com o foco da pesquisa estabelecido nas trajetórias plurais de envolvimento com o crime de jovens e tendo definido os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto como interlocutores, as questões que se colocam agora são onde e como acessá-los. Portanto, optei por realizar a pesquisa de campo nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) na cidade de Porto Alegre, considerando a posição central¹⁶ que estas unidades possuem no atendimento socioeducativo em meio aberto, conforme atribuído pela Tipificação dos Serviços da Assistência Social (BRASIL, 2009).

Em Porto Alegre, os CREAS são unidades vinculadas à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão gestor da política de assistência social, conforme o Decreto

¹⁶ Embora a grande maioria dos adolescentes do Sistema Socioeducativo em meio aberto esteja vinculado aos CREAS, estas unidades não possuem exclusividade na prestação deste tipo de serviço (BRASIL, 2018). Os fatores que contribuem para esse cenário dizem respeito à implementação em estágio incompleto dos CREAS em todo o território nacional, bem como o estabelecido no artigo 5º, inciso III da Lei do SINASE (BRASIL, 2012), que atribui genericamente aos municípios a execução de programas de atendimento para medidas em meio aberto.

nº 17.256/11 que implantou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município. De acordo com o seu site institucional, o órgão é “responsável pela oferta de serviços, programas e benefícios que promovam a inclusão de cidadãos, famílias e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social” (FASC, 2020). Essa oferta de serviços socioassistenciais é balizada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), seguindo a estruturação da rede de proteção social.

Desse modo, os CREAS não são meramente um espaço físico visitado por adolescentes de vez em quando, tampouco são unidades isoladas da trama de políticas públicas que atravessam os diversos âmbitos federativos. Por isso, entendo que é importante traçar um breve panorama sobre a organização da rede de proteção social, dividida entre proteção básica e social. Para tanto, utilizo na breve apresentação a seguir, as informações sistematizadas pela PNAS (BRASIL, 2004), sem adotar necessariamente este discurso oficial enquanto “verdade”, mas sim buscando uma melhor compreensão do todo do qual os CREAS fazem parte por meio da identificação do seu *lócus institucional*.

Em linhas gerais, a proteção básica tem por objetivo a prevenção de situações de risco social, destinado “à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos (...)” (BRASIL, 2004, p. 33). Aqui, a unidade executora por excelência é o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), desenvolvendo diversos serviços dentre os quais merecem destaques os programas territorializados de acolhimento, convivência e socialização com enfoque na entidade familiar, como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), bem como atuando na garantia do acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), visando romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social.

Na proteção social especializada, por sua vez, o acompanhamento é voltado para indivíduos e famílias em situações onde já foi concretizada alguma violação de direitos, como em razão de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso abusivo de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Em contraste com a proteção básica, os serviços da proteção especial atuam a partir do acompanhamento individualizado e da monitoração sistemática, requerendo uma maior estruturação técnico-operacional das unidades executoras. Além disso,

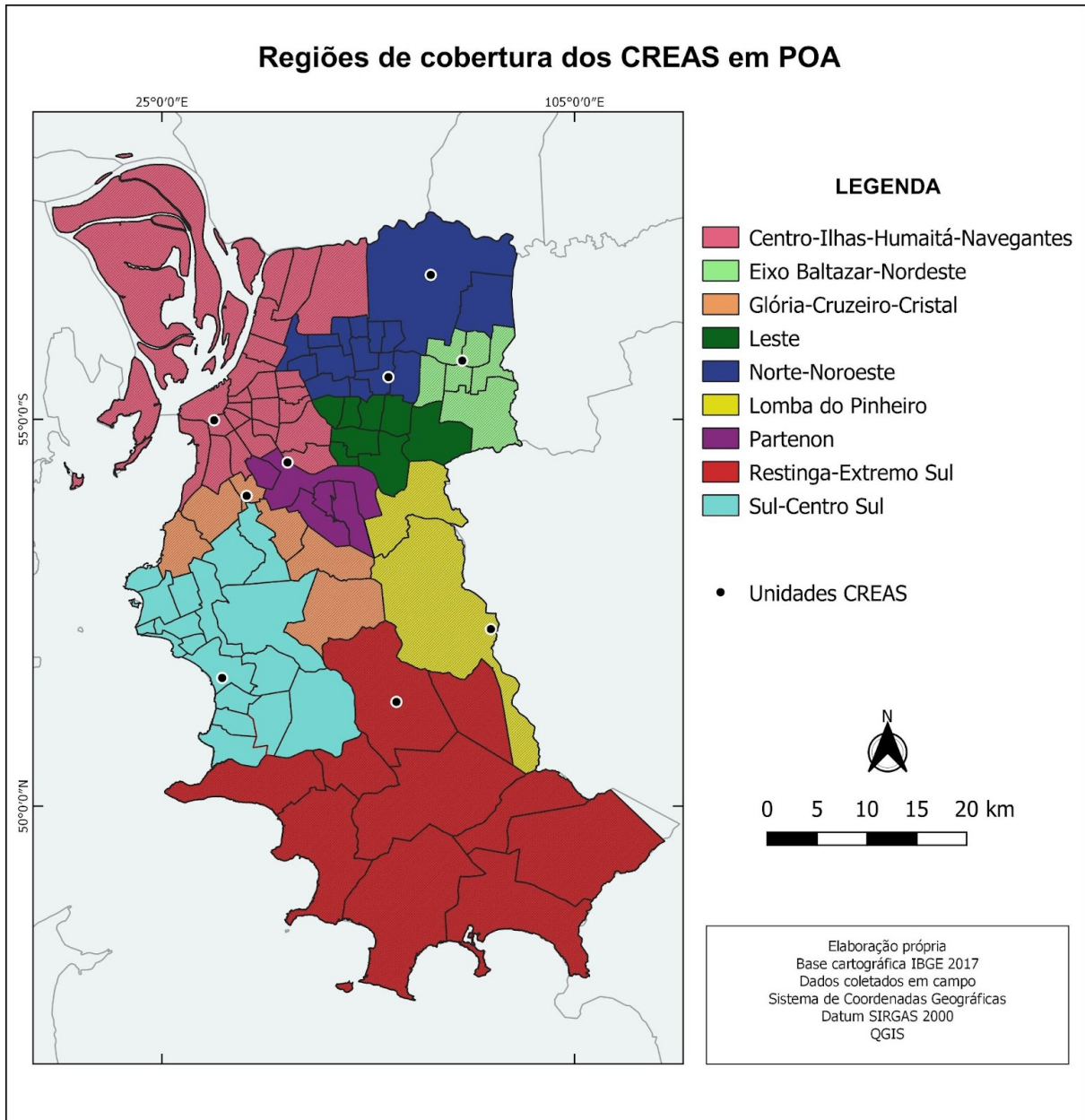
outra distinção importante presente nesta modalidade é a subdivisão em média e alta complexidade.

Na média complexidade, os atendimentos são destinados às famílias e indivíduos com direitos violados, mas que ainda preservam vínculos familiares e comunitários. Em Porto Alegre, além dos CREAS, situam-se aqui também os Centro Dia do Idoso e os Centros Pop, para atendimento específico de idosos e da população em situação de rua, respectivamente. Já na alta complexidade, os atendimentos são focados em famílias e indivíduos com direitos violados cujos vínculos familiares e comunitários foram rompidos. Os serviços giram em torno do acolhimento institucional, visando assegurar proteção integral através da garantia de direitos como moradia, trabalho, alimentação, vestuário e segurança, para indivíduos que se encontram em situação de tamanha ameaça que a retirada do seu núcleo familiar e/ou comunitário se faz necessária.

Portanto, as unidades dos CREAS estão inscritas na rede de proteção social especial de média complexidade e vinculados ao órgão gestor da política de assistência social no âmbito municipal, a FASC. Um dos serviços prestados nos CREAS é o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de PSC e LA através do Programa Municipal de Execução de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Porto Alegre (PEMSE).

Atualmente, existem nove CREAS em Porto Alegre, regionalizados a partir da delimitação da área de atendimento de cada unidade e organizadas de modo a viabilizar a cobertura dos 94 bairros da cidade. Desse modo, também são nove as regiões: Restinga-Extremo Sul; Leste; Sul-Centro Sul; Norte-Noroeste; Glória-Cruzeiro-Cristal; Lomba Do Pinheiro; Partenon; Eixo Baltazar-Nordeste e; Centro-Ilhas-Humaitá-Navegantes (FASC, 2020). Essa divisão territorial é bastante particular e não se confunde com outros zoneamentos da cidade, como as dezessete Regiões do Orçamento Participativo que são adotadas amplamente em diferentes âmbitos do município. As regiões podem ser melhor visualizadas no mapa a seguir.

Mapa 1 – Regiões de cobertura dos CREAS em POA



Fonte: Elaboração própria.

* Ressalta-se que a unidade que atende à região Leste está sediada no bairro Vila Ipiranga e, portanto, em território externo à sua área de cobertura, fazendo com que a região Norte-Noroeste possua dois CREAS.

A realização da pesquisa empírica em todas as unidades se mostrou inviável por diversos fatores, em especial a pandemia do novo coronavírus. Dentre as nove regiões de cobertura, meus interlocutores advêm de três: Leste, Partenon e Restinga-Extremo Sul.

2.5. PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS INTERLOCUTORES

Em primeiro lugar, é preciso destacar a importância de se considerar a pluralidade de indivíduos, grupos, desejos, projetos de vida, identidades e estilos que compõem a categoria juventude. Como se verá a seguir, isso está refletido na multiplicidade de trajetórias dos jovens que participaram da minha pesquisa. Além disso, essa diversidade, como aponta José Machado Pais (1994), afasta qualquer aparente unidade em sua conceituação. Isso porque diferentes juventudes – e diferentes perspectivas pelas quais tais juventudes são lidas – estão intimamente ligadas a distintas teorias.

Assim, falar em juventude é falar em uma categoria permeada por diferenças, ambiguidades, instabilidades e contradições. Tentar demarcar, desde o princípio, um conceito composto de modo heterogêneo para se referir às e aos jovens é tarefa fundamental para que se consiga efetivamente enfrentar toda a sua complexidade. Isso porque a juventude é uma categoria tão estranha a delineamentos normativos que em muitos aspectos torna qualquer tentativa de fixação de limites ao seu conteúdo um esforço artificial e inócuo. Não é por acaso que autoras e autores contemporâneos têm utilizado a expressão *juventudes*, no plural, precisamente para demarcar essa composição diversificada (ABRAMO; LEÓN; FREITAS, 2005; ABRAMOVAY; CASTRO, 2006).

Dessa forma, as trajetórias dos jovens serão interpretadas através da lente da heterogeneidade e do reconhecimento da necessidade de situá-las no tempo e no espaço, bem como diante dos atravessamentos de marcadores sociais, como raça, gênero, sexualidade e classe, sem tomá-las como unidades ahistóricas. Levando em conta essas dimensões, é possível concluir que os jovens aqui retratados estão inseridos em contextos mais ou menos semelhantes, mas seguindo trajetórias muitas vezes distintas, acarretando tanto em um envolvimento com o crime de forma não homogênea, como também identidades, modelos e práticas de masculinidades bastante diversos.

Independente da abordagem escolhida para tentar traçar uma definição de juventude, de uma forma ou de outra, todas se relacionam com a dimensão de transição do ciclo vital entre o período da infância e a maturidade. Assim, em geral, há uma certa correspondência com a faixa etária, ainda que com ela não se confunda. Nesse caminho estão Helena Wendel Abramo, Oscar Dávila León e Maria Virgínia de Freitas (2005), que privilegiam a noção de fase do ciclo vital:

Do mesmo modo, a noção de geração remete à idéia de similaridade de experiências e questões dos indivíduos que nasceram num mesmo momento histórico, e que vivem os processos das diferentes fases do ciclo de vida sob os mesmos condicionantes das conjunturas históricas. É esta singularidade que pode também fazer com que a juventude se torne visível e produza interferências como uma categoria social. Assim, mesmo não sendo suficiente, ou mesmo central, para todas essas abordagens, a noção de fase do ciclo vital pode ser um bom começo para a discussão (ABRAMO; LEÓN; FREITAS, 2005, p. 6).

De acordo com as autoras, esse período se inicia com as transformações físicas proporcionadas pela puberdade (de maturação das funções fisiológicas vinculadas à capacidade reprodutiva), conjuntamente com as mudanças intelectuais e emocionais e se encerra, em tese, quando há a “inserção no mundo adulto”. Abramo, León e Freitas (2005) apresentam cinco dimensões que geralmente são consideradas para precisar a ideia de “inserção no mundo adulto” e o conseqüente término da juventude: (i) conclusão dos estudos; (ii) sustento com o próprio trabalho; (iii) sair da casa dos pais, estabelecer-se em uma moradia pela qual torna-se responsável ou corresponsável; (iv) casar e; (v) ter filhos. Ao mesmo tempo, essas cinco condicionantes traduziriam modernamente a condição de adulto apto a produzir e reproduzir a vida e a sociedade.

Há, no entanto, diversos problemas nessa concepção, atrelados a uma noção generalizante que ignora as múltiplas realidades brasileiras e que homogeniza os processos e contextos sociais, assim como trajetórias individuais que traçam formas outras de estabelecer sua emancipação. A não-linearidade deste processo é um elemento caracterizante da transição para a fase adulta (ABRAMO; LEÓN; FREITAS, 2005). Nesse sentido, Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro (2006) reforçam a ideia de transitoriedade entre a infância e a idade adulta, adicionando que as transformações nos âmbitos biológico, psicológico, social e cultural variam conforme os marcadores sociais inscritos na vida de cada jovem, em cada lugar e em cada época.

Por tal razão, mesmo parâmetros mais fechados, como os marcadores legais de estipulação etária, vem acompanhando a tendência dos estudos atuais da área que estão debatendo acerca dos processos de transição para a vida adulta, argumentando que as etapas convencionais (criança, adolescente e adulto) muitas vezes se embaralham entre si. Assim, a multiplicidade de condições em que vivem os jovens brasileiros expõe que a extensão da categoria juventude deve ser prolongada até idades mais tardias (PIMENTA, 2014b).

Em que pese não se possa dizer que exista um consenso amplamente aceito para a conceituação da categoria de juventude, há uma positiva recepção acadêmica em torno da ideia de pessoa em desenvolvimento, mobilizando a criança ou adolescente enquanto um sujeito de direitos, bem como elegendo-a como a destinatária final de proteção integral (VOLPI, 2015).

Desse modo, entendo que a análise das trajetórias dos interlocutores passa, necessariamente, por romper com a linearidade do modelo em que a existência pessoal é interpretada através da sua fragmentação em categorias etárias subseqüentes, como infância, juventude e adultez (PIMENTA, 2017). Pelo contrário, esses períodos tornam-se compreensíveis na medida em que são considerados a partir das vivências específicas de cada sujeito.

Tendo feito essas considerações sobre a multiplicidade e não-linearidade características das trajetórias juvenis, é hora de apresentar os primeiros resultados da pesquisa de campo. No quadro a seguir estão sistematizadas as informações advindas das perguntas iniciais voltadas para o levantamento do perfil dos participantes das entrevistas:

Quadro 2 – Perfil dos interlocutores

Interlocutor	Idade	Cor/raça*	Escolaridade**	Estuda	Trabalho	Relação afetiva	Filhos	Ato Infracional
Hariel	17	Pardo	6º ano EF	Não	Não	Não	Não	Tráfico de Drogas
Thiago	19	Negro	5º ano EF	Não	Não	Sim	Não	Roubo e Receptação
Luan	17	Negro	5º ano EF	Sim	Não	Não	Não	Tentativa de Estupro
Francisco	19	Preto	1º ano EM	Não	Não	Sim	Não	Desacato
Max	16	Negro	7º ano EF	Sim	Sim	Sim	Não	Sequestro
João Pedro	14	Branco	8º ano EF	Não	Sim	Sim	Não	Roubo
Kevin	19	Branco	8º ano EF	Não	Sim	Sim	Sim	Dano ao Patrimônio

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo.

* Para o preenchimento da coluna “Cor/raça”, considerei a autodeclaração dos entrevistados.

** As abreviações se referem a “ensino fundamental” e “ensino médio”.

Cabem algumas considerações sobre o perfil dos participantes. A primeira é que a maioria dos interlocutores eram adolescentes (de 12 e 18 anos incompletos), sendo que foram

ouvidos três jovens adultos, todos com 19 anos. Ressalta-se que, conforme o ECA, embora apenas adolescentes possam cometer atos infracionais, as medidas socioeducativas podem ser cumpridas até que o indivíduo complete 21 anos de idade (BRASIL, 1990). Nesse sentido, a média de idade entre os interlocutores é relativamente alta, considerando que mesmo os adolescentes, em geral, se encontravam na fase final dessa faixa etária. Por essa razão, muitos dos jovens entrevistados não estavam mais com envolvimento ativo com o crime, o que se relaciona com a tendência identificada por Thiago: “(...) tu não vai ver um da tua idade ou um mais velho, sabe? Tu vai ver sempre gurizada, é sempre gurizada. Ali é só gurizada, guri de catorze anos”.

No quesito raça/cor, o conjunto de interlocutores foi composto majoritariamente por negros¹⁷, considerando o sistema classificatório empregado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que compreende que a população negra é composta por pretos e pardos.

Quanto à escolaridade dos entrevistados, chama a atenção que todos apresentam uma defasagem entre a expectativa de escolaridade para a idade que possuem e aquela em que se encontram. Pela expectativa ideal, a grande maioria já deveria ter concluído o ensino médio. Nesse sentido, apenas João Pedro, o mais novo entre os interlocutores, não se enquadrava no que se denomina por *distorção idade-série*, quando o educando possui mais de dois anos de atraso escolar. Contudo, vale destacar que ele deixou de frequentar a escola esse ano em razão da substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto provocado pela pandemia de Covid-19:

Osmar: E a escola, tu parou por causa do trabalho?

João Pedro: Não, tava fazendo online. Mas ah, muito ruim fazer online. Eu já não aprendi nada na sexta e na sétima. No oitavo já não... (João Pedro, 14 anos, julho de 2021).

No quadro a seguir está apresentada a relação entre escolaridade ideal para a idade real dos entrevistados, bem como a idade ideal para as suas escolaridades reais, cujo resultado é traduzido na *distorção idade-série* em anos.

¹⁷ Embora não seja possível fazer uma relação direta, em função da ausência de representatividade estatística do presente estudo, cabe ressaltar que na cidade de Porto Alegre as pessoas negras representam 20,2% da população geral (IBGE, 2010).

Quadro 3 – Escolaridade dos interlocutores e proporção da distorção idade-série

Interlocutor	Escolaridade real	Idade real	Escolaridade ideal para idade real	Idade ideal para escolaridade real	Distorção idade-série em anos
Hariel	6º ano EF	17	EM concluído	11	6
Thiago	5º ano EF	19	EM concluído	10	9
Luan	5º ano EF	17	EM concluído	10	7
Francisco	1º ano EM	19	EM concluído	15	4
Max	7º ano EF	16	2º ano EM	12	4
João Pedro	8º ano EF	14	9º ano EF	13	Não há
Kevin	8º ano EF	19	EM concluído	13	6

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo.

O abandono escolar caracteriza a realidade da maioria dos participantes, com exceção de Luan, que estava cursando o ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e de Max, que frequentava o oitavo ano no ensino regular. Os conceitos de abandono e evasão escolar não possuem definições precisas e ainda são bastante discutidos no âmbito acadêmico e político. As interpretações são diversas, mas em geral o que se entende por abandono é a situação em que o educando desliga-se da escola, mas retorna no ano seguinte. Já a evasão acontece quando o educando sai da escola e não volta mais para o sistema escolar. Ambos os termos têm amplo trânsito no sistema educacional e não raras vezes são utilizados como se fossem sinônimos. Pesquisadoras e pesquisadores contemporâneos têm preferido evitar a expressão evasão escolar por entenderem que ela carrega consigo uma carga individualizante, responsabilizando o educando pelo seu afastamento sem considerá-lo enquanto um processo complexo e multicausal (FILHO; ARAÚJO, 2017).

Nesse sentido, é possível identificar no relato dos interlocutores a mobilização de argumentos – por vezes explícitos, mas em geral implícitos – que indicam uma escolha puramente individual permeando os motivos para a interrupção de seus estudos.

Osmar: Por que tu parou de estudar?

Hariel: Na época, sei lá, eu nunca fui muito de me dedicar aos estudos. Aí teve uma época que eu comecei a fazer coisa errada... Aí eu comecei a realmente parar de estudar... (Hariel, 17 anos, março de 2021).

Osmar: E por que tu parou?

Thiago: Sei lá, eu parei, eu acho, achava, não lembro... Eu tinha tudo pra dar certo assim, sabe? O colégio que eu tava era só ter mais cabeça pra... Que nem eu te falei,

fui crescendo na rua... Daí eu parei de frequentar o colégio, sabe? É que eu estudava mais de manhã. Ba ninguém gosta de acordar de manhã, daí em inverno ainda ba... E minha mãe é daquelas que se levanta e se tu não se levanta... [gesto de batida] Mas daí, ba, quando ela ficava muito braba assim, eu ia. Daí eu não faltava nenhum dia, fazia as coisas certinho assim. Depois que eu aprendi a ler assim no colégio, ba não tem, eu ficava lá todo dia, o primeiro aluno a chegar era eu... Ba, colégio é legal, tem muitas pessoas desvalorizam... (Thiago, 19 anos, abril de 2021).

Nas falas de Hariel e Thiago fica claro que ambos tomam para si a responsabilização pelo abandono escolar (“era só ter mais cabeça...”). Além disso, menções como “comecei a fazer coisa errada” e “fui crescendo na rua” se conectam com a trajetória pessoal de ambos os interlocutores de substituição do ambiente escolar frente ao envolvimento com o crime, como será abordado em seção posterior. Por outro lado, alguns jovens trazem razões relacionadas ao âmbito familiar, como é o caso de Francisco, que apenas quis mencionar problemas pessoais que acarretaram no rompimento de laços na família e, por consequência, na interrupção dos estudos. Outro exemplo da mobilização de fatores familiares é Luan, que antes de se matricular no EJA teve que parar de estudar para auxiliar nos cuidados das irmãs em sua casa:

Osmar: Tá estudando agora?

Luan: Eu tô no EJA... É que como minha mãe engravidou eu tive que parar de estudar pra ajudar em casa a cuidar das duas [irmãs]. Aí tá assim. Aí no primeiro ano eu tava quase... É que no caso, eu até tenho vergonha de falar, mas eu tenho dificuldade de aprendizado. Eu tava quase aprendendo a ler, daí eu parei de ir... só que esse ano eu continuei. Aí agora tô aprendendo devagarinho e tal.

Osmar: Tu já parou de estudar então?

Luan: Parei de estudar... Parei quando a minha mãe engravidou.

Osmar: Aí pra cuidar das tuas irmãs?

Luan: É. Aí só tinha eu... Aí tinha que cuidar (Luan, 17 anos, maio de 2021).

Aqui, também cabe mencionar a razão exposta por Kevin:

Osmar: E por qual motivo tu parou?

Kevin: Ba eu aprontava afu naquele colégio! Como eu era repetente, rodava bastante, acho que eles pegaram e falaram que o colégio não podia me ter mais ali, entendeu? Aí eu tinha que procurar outra vaga e não sei o que... Mas sendo que se tu parar pra pensar isso não existe, entendeu? Daí foi, foi, foi... Não fui mais, e eles também não me ligaram (Kevin, 19 anos, julho de 2021).

Em princípio, as falas abordam, de um lado, a necessidade de Luan participar dos cuidados de seus familiares e, de outro, o fato de Kevin “aprontar” muito na escola e ter reprovado de ano algumas vezes – o que possivelmente o enquadrava na famigerada categoria de “garoto problema” no ambiente escolar. Porém, o que fica subjacente a ambos os relatos é que a escola aparece como um agente ativo e não apenas uma entidade “neutra” dentro da qual o processo de abandono escolar se desenvolve. Isso aparece expressamente na fala de

Francisco, ao afirmar que a escola não é um lugar acolhedor e que tem a capacidade de transmitir comportamentos e valores negativos.

Outro ponto relevante é sobre a ocupação laboral. Três estavam trabalhando à época da entrevista, sendo que apenas Max tinha uma relação de trabalho formal, na modalidade de jovem aprendiz em uma loja. Os outros dois trabalhavam ambos como motoboys: João Pedro, com 14 anos, entregando gás de cozinha em uma distribuidora em frente à sua casa, e Kevin entregando comida na lancheria da sua família. Apesar disso, todos já tiveram alguma experiência de trabalho. Poucos relatos indicaram uma ocupação formal no passado, como os casos de Kevin, que já foi jovem aprendiz nos supermercados Zaffari e na rede de *fast food* McDonald's, e Francisco, que estagiou no banco gaúcho Banrisul. Por outro lado, o histórico de trabalho dos interlocutores é marcado em grande parte pela informalidade e por serviços pontuais (os “bicos”) realizados em comércios dentro do próprio bairro. Aqui, a lista de atividades é extensa e incluem experiências como vendedor de água e cerveja, ajudante de pedreiro, lavador de carros, fretista, entregador, empacotador e até mesmo trabalhar fantasiado de Patati e Patatá em frente a uma fruteira.

Além disso, é preciso levar em consideração os atravessamentos provocados pela pandemia do novo coronavírus nos diversos âmbitos da vida dos sujeitos entrevistados. Exemplos disso são Francisco, que perdeu o trabalho, e Thiago, que teve a renda familiar diretamente afetada pelos efeitos sociais e econômicos que estão imbricados na crise sanitária que se instalou no país e no mundo. Na fala do jovem:

Osmar: Tu tá trabalhando agora?

Thiago: Não tô, no caso eu cuido da minha irmã ali, sabe? Quando minha mãe sai pra trabalhar. Ela trabalha como cuidadora, limpeza assim, o que aparecer pra ela, ela faz.

(...)

Osmar: E na pandemia, como tá sendo pra ti?

Thiago: Olha, pra nós lá tá sendo bem difícil, né? Até por causa de serviço assim, minha mãe não tá conseguindo fazer muito... Tá difícil um pouco. Mas tem que seguir em frente, né? Levantar a cabeça e seguir em frente... (Thiago, 19 anos, abril de 2021).

Em que pese exista uma tímida menção sobre retornar à educação formal nos relatos de Hariel e Thiago, seus projetos de futuro estão muito mais atrelados a desejos relacionados a perspectivas de trabalho. Hariel é um ótimo exemplo disso. O adolescente possui múltiplos desejos e sonhos. Em primeiro lugar, sua meta para um futuro próximo é “ter uma barbearia até o final do ano” e para isso ele fez um curso de barbearia custado pela sua mãe (em um

momento em que ele “tava muito fechado, sem sonho, meio desacreditado...” e tem por costume ver vídeos sobre o tema no YouTube. Além disso, como já exposto, Hariel escreve letras de música do gênero *funk* e *trap*, sonhando em algum dia ser cantor e compositor. Por fim, o sonho mais presente na sua fala é o de se alistar e servir às forças armadas.

Osmar: Me conta um pouco mais do teu sonho...

Hariel: Não sei... Eu queria sempre fazer alguma área que fosse pra fazer a diferença, que eu conseguisse fazer a diferença. Eu gosto, eu acho que vou me acostumar com a adrenalina lá de dentro.

Osmar: Mas é bem pesado, né?

Hariel: Aham, mas é bom!

(...)

Osmar: Essa ideia de servir é uma ideia que tu tem há muito tempo ou é algo recente?

Hariel: Sim, desde quando era criança.

Osmar: Tu conhece alguém do exército?

Hariel: Não, não conheci ninguém... Eu gostava de filme de guerra, gostava de guerra. Daí achava que se tivesse uma guerra dessa... Mas agora não quero mais guerra, só quero trabalhar no quartel (Hariel, 17 anos, março de 2021).

No mesmo sentido, João Pedro também está fora da rede formal de ensino, mas fazendo curso de mecânica de motocicletas. No seu caso, o interesse pela formação vai muito além da perspectiva para atuação profissional. Chama a atenção que o adolescente de 14 anos já possua um considerável histórico de proximidade com essa temática. João Pedro demonstra um grande envolvimento emocional com motos, cujo vínculo se origina muito cedo na sua infância, desde os 6 anos de idade e atrelada a figuras familiares:

Osmar: Tu pretende trabalhar com mecânica?

João Pedro: Pretendo!

Osmar: Só pra moto, ou com carro também?

João Pedro: Tipo assim, eu nasci criado no meio das motos. Não tem como não gostar. Eu nasci... Aprendi a andar de moto quando tinha 6 ou 7 anos. Meu irmão que me ensinou. E nisso já tava montando e desmontando moto. Direto, todo dia, ficava todo dia. Chegava do colégio pra ficar grudado montando e desmontando. Daí com 12 anos eu tava fazendo corrida de moto no mato. Vai pro mato e se acha, se suja. É bom ficar sujo.

Osmar: Sim, tu não tem medo da sujeira, né?

João Pedro: Eu não. Ba, não tenho. Se sujar de barro é a melhor coisa que tem. Barulho da moto também, barulhão, não tem. O vento no corpo. Te movimenta. É legal! (João Pedro, 14 anos, julho de 2021).

Ainda para fins de levantamento de perfil, questionei aos entrevistados se eles estavam namorando ou tendo algum outro tipo de relacionamento nesse sentido, bem como se tinham filhos. Apenas dois adolescentes estão solteiros, Hariel e Luan, sendo que este último havia recém terminado um namoro. Francisco e Kevin são casados e residem com seus respectivos cônjuges. Cabe destacar que Francisco foi o único jovem gay entrevistado. Do grupo de

entrevistados, Kevin era o único que tinha um filho, à época com cerca de um mês de idade. Nesse sentido, Kevin destoava dos demais entrevistados pela centralidade que seu relacionamento afetivo e seu papel como pai possuíam na sua vida. Um exemplo disso é a forma como encara o uso da moto em contraste com o relato acima de João Pedro:

Osmar: É o que tu mais gosta ao andar de moto? O que te atrai?

Kevin: É que é meu emprego também, aí eu fico entregando... Aí além disso é ficar com meu filho agora. Não tenho mais o que fazer, já virou um costume daí... (Kevin, 19 anos, julho de 2021).

Enquanto João Pedro relaciona-se com a moto de uma forma esportiva e emocional, privilegiando atributos relacionados com a velocidade, a adrenalina, e o sentimento de aventura, etc., Kevin confere ao veículo um uso mais instrumental, no qual sua importância reside em viabilizar o trabalho e, portanto, na capacidade de gerar renda e sustentar a esposa e filho. Nesse sentido, Kevin é o interlocutor cuja trajetória mais se vincula com as dimensões convencionais elencadas por Abramo, León e Freitas (2005) sobre a “inserção no mundo adulto” e consequente término da juventude. Excetuando-se a conclusão dos estudos – que por sua vez foram interrompidos –, Kevin se sustenta com o próprio trabalho, saiu da casa dos pais, passando a residir em uma moradia na qual é corresponsável, se casou e teve um filho. Por outra perspectiva, cabe destacar que em suas falas está presente a ideia do *homem provedor* da família. Inclusive, como será aprofundado em seção posterior, muitas percepções do jovem quanto ao “mundo do crime” podem ser remetidas à ética do homem “trabalhador”, em contraste com a figura do “bandido”, agora abandonada (ZALUAR, 1994).

Por fim, os atos infracionais pelos quais os interlocutores estavam cumprindo medida tiveram grande variação. O conjunto de atos infracionais análogos aos crimes patrimoniais foram os que tiveram maior incidência – roubo, receptação e dano ao patrimônio –, assemelhando-se às tendências nacionais sobre o cometimento infracional (FBSP, 2018). Ainda assim, houve casos de tráfico de drogas, tentativa de estupro, sequestro e desacato. Esses atos são aqueles pelos quais os interlocutores foram responsabilizados por meio do Sistema de Justiça Juvenil, o que não significa que não estiveram envolvidos com outras atividades ilícitas e virtualmente responsabilizáveis.

Os debates contemporâneos que tratam da articulação entre juventude e violência, especialmente centrados nos países da América-latina, vêm mobilizando a perspectiva de que a violência sofrida e praticada por jovens encontra ligação com a presença das condições de

vulnerabilidade social¹⁸ (PIMENTA, 2014b). Assim, as juventudes passam a ser entendidas como os segmentos mais suscetíveis a riscos, enfrentando os obstáculos de acesso e permanência nas instituições formais de ensino, assim como de participar estavelmente no mercado de trabalho. A representação social das juventudes, construída em cima da ideia de transgressão e busca por identificação em pares e espaços, reproduz e potencializa o ciclo vicioso de vulnerabilidade e desigualdade social. Isso significa dizer que a ausência de recursos materiais e simbólicos, no campo da saúde, lazer, cultura, educação e trabalho, contribui para o agravamento da situação em que se encontram, tendo em vista a desproteção social e a exposição a toda sorte de violências, sem que haja nenhuma perspectiva de inclusão e mobilidade social (OLIVEIRA; SILVA, 2015).

Apesar desta teoria não apontar a violência como uma consequência direta da pobreza, indica que a existência de fatores de vulnerabilidade social está intimamente vinculada à emergência de conflitos por meio de atos violentos. Há fundamentalmente dois problemas nessa abordagem. O primeiro é o fato de que a tese não permite analisar a violência perpetrada por jovens que estão fora dessas condições de vulnerabilidade social. O segundo problema, ou limite, é que considera a relação entre juventude e violência através de um enfoque implicitamente vitimizador (PIMENTA, 2014b).

Nesse ponto, a teoria parece encontrar seu limite em dar conta da totalidade complexa que é a realidade, uma vez que restringe o e a jovem à condição de sujeito passivo de sua vida, quando em muitas ocasiões é ele ou ela a protagonista, uma agente ativo que constrói ou direciona a sua trajetória, considerando os diversos âmbitos de sociabilidade em que se insere, como família, amigos, colegas de escola e trabalho, vizinhança, etc. (PIMENTA, 2014b). Assim, a violência juvenil pode ser compreendida também como uma “tentativa de demarcação e expressão da existência de todos aqueles que se sentem banidos e exilados, seja das vantagens econômicas, seja dos valores de uma ordem social segmentada e excludente” (DIÓGENES, 1998, p. 241).

Antes de encerrar esta seção, entendo que eu não poderia deixar de abordar as formas como a pandemia de Covid-19 atravessou os contextos nos quais os adolescentes

¹⁸ Para Miriam Abramovay, a noção de vulnerabilidade social pode ser compreendida como “o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (ABRAMOVAY, 2002, p. 13).

entrevistados estão inseridos. A pandemia circundou muitos assuntos, mesmo quando o assunto proposto não estava diretamente relacionado a ela. Por isso, cabe expor alguns relatos trazidos pelos interlocutores. Em primeiro lugar, não houve casos de infecção com o novo coronavírus entre os jovens com quem conversei. Alguns deles afirmaram expressamente que consideram que estão se cuidando e tomando medidas adequadas para a prevenção do contágio, como Hariel e Luan:

Osmar: Tu acha que tu tá te cuidando?

Hariel: Acho que eu me cuido na rua, uso máscara quando saio. Mas não saio muito também, parei de sair. Antes eu saía mais, eu tava 24 horas na rua (Hariel, 17 anos, março de 2021).

Osmar: Como tá sendo pra ti a pandemia?

Luan: eu ando ali pela rua, eu ando sempre de máscara. Quando eu joga bola eu tiro a máscara pra respirar direito, porque se não eu sinto falta de ar. Ai na pandemia “ah meu vamo beber”, daí eu “não, brigado, tenho mãe, duas irmãs...” No caso a minha mãe não é de risco, mas ela pode pegar também, né? (Luan, 17 anos, maio de 2021).

O interessante desse ponto é considerar que ele vai na contramão do ideal cultural a respeito da dimensão do autocuidado masculino. Segundo Connell (2016), a construção da masculinidade na adolescência passa pela aproximação com modelos adultos, de modo que a busca precoce por esse status, assim como pelo prestígio e privilégio masculino, são mediadas por práticas cujos efeitos podem ser consideradas prejudiciais sobre os seus próprios corpos – como o fumo, a direção imprudente, a prática de violência física e o sexo desprotegido.

Mesmo quando a preocupação com a pandemia não está expressa em suas falas, o que fica evidente é que a pandemia impôs novas configurações em diversos âmbitos nas vidas dos entrevistados. Os exemplos mais reiterados são o distanciamento familiar, como apontou Francisco, o enfraquecimento ou desaparecimento de determinados laços de amizade, como relatado por Luan e Max, ou mesmo a mudança de hábitos de lazer, na medida em que muitos deixaram de sair de casa:

Osmar: Antes da pandemia, quando era possível sair, o que tu curtia fazer?

Hariel: Ba eu gosto de sair pra festa... (...) Eu saía bastante pra festa, hoje em dia é só saudades. Era antes da pandemia. Teve o carnaval antes da pandemia que eu fui. Na cidade baixa (Hariel, 17 anos, março de 2021).

Osmar: Tu sente saudades de algo?

Luan: Eu sinto de sair de noite... Pro gasômetro, é tranquilo e tal (Luan, 17 anos, maio de 2021).

Osmar: Tem algum lugar que tu sente falta de ir?

Max: Sinto falta, tipo, das rotinas de antes, conversar, não tem aqueles amigos. E vários se foram já, morreram. E agora não tenho amigos. Me sinto mais sozinho, sei lá, fico mais sozinho a noite em casa, sabe? (Max, 16 anos, maio de 2021).

Assim, a relativa adesão à quarentena e ao distanciamento social causou impactos significativos nas dinâmicas de seus relacionamentos afetivos. Igualmente, o próprio cumprimento da medida socioeducativa foi afetado, como relatam Luan, Thiago e Kevin, especialmente.

Osmar: Desde quando tu cumpre medida?

Luan: Desde 2019... (...) Daí o juiz interpretou assim, ele falou “seis semanas”. Daí eu fui cumprindo.

Osmar: Seis semanas que começaram em 2019?

Luan: Aí por causa da pandemia... Agora tô quase acabando” (Luan, 17 anos, maio de 2021).

Nesses casos, o cumprimento da medida havia se iniciado, mas por um período considerável permaneceu suspensa em razão das restrições aos atendimentos presenciais. Em algumas situações, as equipes dos CREAS conseguiram realizar atendimentos remotos por meio de ligações telefônicas e chamadas de vídeo via WhatsApp. Fato é que em razão da pandemia, o Sistema de Justiça Juvenil prolongou a intervenção estatal voltada aos adolescentes, mantendo-os em uma situação de “pendência” com o Sistema Socioeducativo, de forma que os adolescentes permaneceram por tempo indeterminado à “disposição” da intervenção estatal.

3. O ENVOLVIMENTO COM O “MUNDO DO CRIME”

Meu objetivo com este capítulo é discutir as produções acerca do “mundo do crime”, a partir da perspectiva dos sujeitos diretamente envolvidos com a “violência urbana”, buscando compreender as lógicas próprias de organização dessas dinâmicas sociais que não estejam restritas exclusivamente a uma referência estatal. Para compreender a realidade social do “mundo do crime”, apresento algumas das principais contribuições de uma série de autores expoentes do campo da sociologia do crime e da violência, abordando conceitos como sociabilidade violenta (MACHADO-DA-SILVA, 2004; 2008; 2010), acumulação social da violência e sujeição criminal, assim como a constituição da categoria do “bandido” (MISSE, 1999; 2010; 2019). Ainda dentro desse assunto, minha proposta é explorar o debate que gira em torno dos processos de construção ética, moral e política do “mundo do crime”, por meio da noção de “proceder” entre os “envolvidos no crime” (MARQUES, 2009; 2010; 2016).

As duas seções seguintes tematizam a adesão de adolescentes e jovens homens ao “mundo do crime”. Em primeiro lugar, recorro a trabalhos etnográficos pioneiros no campo da produção teórica sobre violência no Brasil, abordando desde a constituição da cisão entre as identidades de “bandidos” e “trabalhadores”, chegando na elaboração das categorias de “etos guerreiro” (ZALUAR, 1994; 2004) e “sujeito-homem” (LYRA, 2013). O segundo momento será reservado para a exposição e discussão das diferentes trajetórias infracionais dos meus interlocutores, especificamente quanto aos diferentes graus de envolvimento com o “mundo do crime”, que por sua vez acarretam em distintos significados e representações que cada um confere às dinâmicas do crime.

3.1. O “BANDIDO” E O “MUNDO DO CRIME”

A composição do campo de estudos que trata sobre a temática da violência e conflitos sociais na Sociologia brasileira passou por mudanças significativas nas últimas décadas. De acordo com Jania Aquino e Daniel Hirata (2017), durante os anos de 1970 e 1980, o debate acadêmico sobre o tema concentrou-se na mobilização da noção de “violência urbana”¹⁹

¹⁹ A ideia de “violência urbana” foi discutida extensamente pelo sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva (1999; 2004; 2010). O autor reconhece o caráter factual da expressão, na medida em que ela é o centro de uma gramática que produz e articula uma compreensão prático-moral de parte considerável do conflito social presente

enquanto categoria de análise e no uso de séries estatísticas como os principais dados norteadores das pesquisas da área. No entanto, com a consolidação do tráfico de drogas no país a partir da década de 1990, a compreensão das questões sociais relacionadas à violência urbana demandaram um melhor entendimento a respeito dos atores e processos sociais que constituem esse mercado ilegal (BARROS, 2020).

Assim, o final do século XX foi marcado pelo aprofundamento de uma postura crítica frente às abordagens homogeneizadoras que sob o rótulo de “violência” abrangiam uma quantidade bastante diversa de fenômenos cuja ligação entre si em muitos casos soava, no mínimo, artificial (AQUINO; HIRATA, 2017). Theophilos Rifiotis (1997) se insere nessa crítica, argumentando pela necessidade de aproximação etnográfica com os sujeitos diretamente envolvidos nas situações de violência, pois seria através dessa perspectiva, uma “abordagem, digamos, mais vivencial, mais próxima das experiências concretas, que podemos começar a pensar na pluralidade da violência e sua significação” (RIFIOTIS, 1997, p. 5-6).

A partir daí emergem pesquisas interessadas na compreensão das lógicas próprias de organização das dinâmicas sociais que não estejam restritas exclusivamente à uma referência da institucionalidade estatal, de modo a compreender o crime como uma categoria não normativa. Com o avanço dos anos 2000, há um crescimento substancial na quantidade de pesquisas sobre o crime, dispositivos de controle social, suas dinâmicas e seus agentes, em geral partindo de antropólogos interessados nessas temáticas ou de sociólogos “empenhados em elucidar ou mesmo tematizar a perspectiva dos seus interlocutores de campo” (AQUINO; HIRATA, 2017, p. 110). Porém, cabe destacar a advertência de Aquino e Hirata (2017) a respeito da composição heterogênea desse movimento acadêmico:

Certamente, o crescimento de trabalhos que têm o método etnográfico como guia e a positivação do crime como categoria analítica não decorre da formação de um grupo coeso, e com fortes ligações teóricas, metodológicas e analíticas, ao contrário, resulta de um amplo e inventivo universo de propostas que se chocam, encontram-se e modificam-se simultaneamente (AQUINO; HIRATA, 2017, p. 110).

Segundo Barros (2020), existem diversas formas empregadas pelos autores do campo para nomear esse espaço de relações e de sociabilidades em que a atuação do tráfico de drogas se encontra com a “violência urbana”. Contudo, a expressão mais usual é “mundo do crime”,

na vida cotidiana nas grandes cidades brasileiras. Porém, sua hipótese é que a linguagem da violência urbana se destina a um ordenamento social específico – que coexiste com a ordem legal-institucional –, reconhecendo a existência de um padrão de sociabilidade igualmente específica: a sociabilidade violenta.

sendo utilizada tanto na linguagem corrente do dia a dia quanto no meio científico²⁰. Para conceituar essa noção, recorro à pesquisa de doutorado do antropólogo Gabriel Feltran (2008), que explorou as *tensões nas fronteiras* entre o que identificou como o “mundo social” e o “mundo do crime” em São Paulo.

De um lado, a totalidade das relações sociais que conformam e estão presentes nas dinâmicas das periferias. De outro, as experiências criminosas ou ilícitas específicas, relativamente regulares, que proporcionam aos indivíduos vivências compartilhadas entre si. Em outras palavras, o “mundo do crime” pode ser entendido como “o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (FELTRAN, 2008, p. 31). Desse modo, a noção exprime uma série de significados desde a perspectiva das pessoas moradoras das periferias urbanas, sem se confundir de forma indistinta com qualquer ambiente ilegal, ilícito ou criminal.

Além disso, é possível perceber que o “mundo do crime” está inserido no interior do “mundo social”, por sua vez muito mais abrangente. A existência de uma ordem normativa específica no “mundo do crime”, não impõe fronteiras intransponíveis. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que há códigos de condutas que se distinguem ou até mesmo guardam uma relação de oposição com o restante do “mundo social”, há outros compartilhados e negociados com o restante do “mundo social” (FELTRAN, 2008).

Cabe mencionar outros entendimentos sobre a ideia de “mundo do crime”. Carolina Christoph Grillo (2013), por exemplo, parte da definição de “crime” como uma “forma de vida”, enquanto Karina Biondi (2014), como um “movimento”. De qualquer forma, como argumenta Barros (2020, p. 24), “o ponto em comum é a compreensão de que em nenhum desses casos o ‘crime’ está designando ações passíveis de serem enquadradas em tipos penais”.

Como chave explicativa para a relevante expansão do “mundo do crime” no país, Michel Misse (2019) propõe a compreensão do processo de *acumulação social da violência*, cujo argumento central “é que a política dos Estados latino-americanos para controlar a violência realimenta a própria violência. São, em geral, respostas anacrônicas e disfuncionais,

²⁰ Em sua tese de doutorado, publicada no final da década de 1990, Misse identificou que a expressão já era “de uso corrente, inclusive entre criminosos, para designar o segmento da realidade social onde específicas vivências, experiências sociais e representações constituem uma esfera relativamente autônoma frente à sociedade global, e que é assim denominada” (MISSE, 1999, p. 71-2).

incapazes de perceber as diferenças constitutivas dos problemas que pretendem enfrentar” (MISSE, 2019, p. 5). Primeiramente, Misse (2019) chama a atenção para uma série de mudanças no cenário brasileiro durante as últimas quatro décadas, como o crescimento exponencial da taxa de homicídios (passando de 12 por cem mil habitantes em 1980 para 30 por cem mil em 2017) e da população carcerária (indo de 60 mil em 1980 para cerca de 800 mil em 2019), além da transformação no padrão da criminalidade urbana (progressão dos crimes violentos em relação aos crimes não-violentos). Contudo, para o autor, a principal transição

(...) se deu na passagem do criminoso individual ou que agia em pequenos grupos para a constituição de redes criminais de grande porte, substituindo organizações tradicionais de tipo familístico, como ocorria há décadas no “jogo do bicho”, por redes horizontais de gangues chamadas “facções”, nascidas dentro do sistema penitenciário, surgidas inicialmente como agências de proteção dentro das prisões e, depois, como articulação, sob um mesmo comando, de redes de pequenas empresas do tráfico de drogas e outros crimes (MISSE, 2019, p. 1).

Assim, a acumulação social da violência é um modelo histórico-social para explicar essas mudanças por meio de três fatores principais que se retroalimentam no transcorrer do tempo e pela expansão espacial: (i) acumulação social das desvantagens; (ii) expansão de estratégias aquisitivas em redes baseadas na informalidade e em mercados ilegais e (iii) sujeição criminal. A acumulação social das desvantagens, em síntese, se refere a um processo complexo que depende de um conjunto de condições, como a intensa urbanização aliada à baixa capacidade de absorção da população migrante pelos serviços básicos (educação, saúde, moradia, trabalho, etc.). Além disso, também está relacionada com a inserção das populações nas dinâmicas da sociedade de consumo mediada por uma forte desigualdade de renda. Desse modo, a mesma população que ingressa nos apelos da sociedade de consumo, também têm seu acesso negado às estratégias legais e institucionais de aquisição e consumo (MISSE, 1999; 2019).

O segundo fator trata da expansão das estratégias aquisitivas em redes baseadas na informalidade e nos mercados ilegais, principalmente por parte de jovens pobres moradores da periferia urbana. Muito embora essas estratégias correspondam à alternativa encontrada por esses sujeitos para criar redes de proteção e contornar o processo de acumulação social de desvantagens, acabam por torná-los ainda mais vulneráveis aos efeitos da sujeição criminal, inclusive sendo reproduzida e ampliada aos seus familiares, vizinhos e moradores dos mesmos bairros e comunidades (MISSE, 1999; 2019).

Já o conceito de *sujeição criminal*, segundo Misse (2019, p. 3), diz respeito a “um processo social que antecipa preventivamente a incriminação produzindo socialmente o que se supõe ser uma subjetividade propensa ao crime”. É por meio desse processo que identidades específicas são construídas e atribuídas ao que é representado como o “mundo do crime” (MISSE, 1999). Em outras palavras, o autor afirma que o conceito se refere tanto à crença compartilhada por diversos setores da sociedade de que o crime habita o sujeito – de modo a existir nele uma propensão criminal, de alta periculosidade e potencialmente irrecuperável –, quanto ao processo de subjetivação que constrói socialmente o sujeito criminal compatível com a mencionada crença. Diante disso, tais sujeitos estariam passíveis de políticas de extermínio, de conversão religiosa ou de ressocialização (MISSE, 1999; 2010; 2019).

A sujeição criminal se completa com a aproximação entre esse processo de subjetivação e o pertencimento do indivíduo a grupos sociais pobres e de minorias étnicas ou raciais. No Brasil, tais sujeitos são chamados de “bandidos” (embora os termos possam variar, como “marginal”, “vagabundo”, “malandro”, entre outros) e são atualmente relacionados ao tráfico de drogas e ao roubo com emprego de arma de fogo (MISSE, 1999; 2019). Nesse sentido, o argumento de Misse (2010, p. 17) é que o “bandido” corresponde ao “sujeito criminal produzido pela interpelação da política, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer ‘especial’, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados”. Nesse sentido:

Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto (MISSE, 2010, p. 21).

Essa representação social do “bandido” é composta por três dimensões que ficam evidentes no conceito de sujeição criminal. A primeira é a que seleciona um sujeito a partir da sua trajetória criminável, diferenciando-o dos demais atores sociais em função da expectativa de que em algum momento existirá a demanda de sua incriminação. A segunda dimensão é a que espera que o sujeito possua uma vivência social bastante específica, obtida principalmente através das relações com outros “bandidos” e pela experiência no cárcere. A última dimensão aborda a subjetividade do sujeito e as expectativas sociais a respeito de sua identidade, ora demandando ou tentando justificar suas práticas e escolhas individuais, ora concluindo pela impossibilidade dessa justificação em razão da sua singularidade (MISSE, 1999; 2010).

Por consequência, a ausência de alguma dessas dimensões exclui a situação de sujeição criminal, ainda que não necessariamente a sua incriminação. Isso porque as práticas criminais²¹ não produzem sempre a sujeição criminal. Ela depende da aproximação entre determinadas práticas criminais²² e certos “tipos sociais” de sujeitos demarcados socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida, de modo que suas ações “os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são ‘marginais’, ‘violentos’, ‘bandidos’” (MISSE, 2010, p. 18). Desse modo, Misse (1999; 2010) argumenta que a finalidade do conceito não é compreender e explicar a adesão individual a certos tipos de práticas criminais, mas contribuir para a compreensão do processo social complexo que constitui subjetividades, identidades e subculturas.

A incidência do processo de sujeição criminal implica na cisão entre “bandidos” e “não bandidos” – ainda que também autores de práticas criminais. A representação do bandido não é formada pela imputação de um ato criminado, mas sim por sua suposta subjetividade particular: o sujeito é encarado como “alguém que carregaria o ‘crime dentro de si’, alguém cuja regularidade comportamental seria baseada no crime” (FREIRE; TEIXEIRA, 2019, p. 129). Dessa forma, há uma distinção entre aquele que comete um crime e aquele inserido no “mundo do crime”, uma vez que a sujeição criminal “retira” o indivíduo do seu contexto social comum (“mundo social”) para transferi-lo a um lugar socialmente distinto (o “submundo”, a “boca”, a prisão, enfim, o “mundo do crime”). Assim, a “entrada no mundo do crime” significa a incorporação da sujeição criminal (MISSE, 2010).

Segundo Misse (2010), o desenvolvimento de subculturas que reúnem indivíduos marcados pela sujeição criminal pode ser considerado como uma forma de “ampliação” ou “generalização” desse processo: primeiro para os integrantes do grupo que vivencia diretamente a sujeição criminal e posteriormente para os indivíduos e grupos que estão inseridos em seu entorno ou que mantêm relações próximas com os que se encontram socialmente em “exclusão criminal”. Eventualmente, códigos e linguagens próprias são

²¹ De acordo com Misse (1999, p. 72-3), práticas criminais são “todas as práticas criminais, isto é, que têm chance objetiva, numa dada sociedade e dada uma determinada « definição da situação », de serem criminas e cujo agente sabe ter chance objetiva de ser submetido a um processo de incriminação”.

²² Especificamente aquelas responsáveis por alimentar o sentimento de insegurança na vida urbana cotidiana. Para Machado da Silva (2004), a “violência urbana” é uma representação social composta por práticas que são consideradas ameaças à integridade física e garantia patrimonial, duas condições básicas para o sentimento de segurança existencial que atravessa a vida rotineira. Segundo o autor, ela aponta para o crime comum, atribuindo a ele o “rompimento da ‘normalidade’ das rotinas cotidianas, isto é, de seu caráter cognitivo e axiologicamente não-problemático e moralmente lícito. Esta é a razão pela qual violência urbana não é simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral” (MACHADO-DA-SILVA, 2004, p. 57-8).

construídas em razão da relação de confiança, de reconhecimento mútuo e também em decorrência de um processo identitário. Geralmente, esses códigos e linguagens são socialmente identificados enquanto pertencentes ao “mundo do crime”, mesmo quando utilizados em outros contextos sociais²³.

Machado da Silva (2004) argumenta que a “violência urbana” que constitui e permeia o “mundo do crime” não se restringe à descrição de determinadas práticas legalmente definidas como crime. Na verdade, ela é uma construção simbólica que seleciona e realça certos aspectos das relações sociais responsáveis por construir sentidos e orientar as ações dos sujeitos. Isso quer dizer que essa representação social “aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, uma dimensão prático-normativa institucionalizada que deve ser considerada” (MACHADO-DA-SILVA, 2004, p. 58).

Aqui, é possível identificar uma das grandes contribuições do autor: a existência de um padrão de sociabilidade específico relacionado às representações da “violência urbana” e ao “mundo do crime”: a *sociabilidade violenta*. Segundo Machado da Silva (2010, p. 286), nessa sociabilidade, “a força física, com ou sem instrumentos e tecnologias que a potencializam, deixa de ser um meio de ação regulado por fins que se deseja atingir, para se transformar em um princípio de coordenação (um ‘regime de ação’) das práticas”. Trata-se de um recurso para a ação caracterizado por excluir *a priori* outras formas de resolução de conflitos. Nesse ponto, é importante considerar a distribuição desigual dos sujeitos nas diferentes posições inscritas na ordem social da “violência urbana”. Isso porque não existe uma expressão única desse padrão de sociabilidade, permitindo o surgimento de distintas posições e graus de inserção no “mundo do crime”, inclusive porque “não se nasce portador da sociabilidade violenta” (MACHADO-DA-SILVA, 2008, p. 43).

Machado da Silva e Misse formularam os conceitos de sociabilidade violenta e sujeição criminal, respectivamente, durante a década de 1990, em meio ao período de consolidação da temática da “violência urbana” nas ciências sociais do país. Em ambos os casos, a categoria “bandido” assume a posição de centralidade. Em síntese, Jussara Freire e

²³ Sobre a ampliação do emprego dos códigos e linguagens do “mundo do crime” para o “mundo social” mais abrangente, Misse (2010, p. 32-3) afirma que “(...) se, por um lado, tende a ser parcial, seletiva e quase sempre contextualizada (entre homens e rapazes, entre amigos ou em família), por outro, tem migrado mais rapidamente e com maior abrangência e frequência de uso, nas últimas décadas, para mais longe do entorno social da sujeição criminal, alcançando mesmo inúmeros segmentos da sociedade que anteriormente se fechavam mais a seu emprego. Signos antes contidos às representações que os próprios agentes faziam de suas práticas ‘desviantes’, ‘divergentes’ ou mesmo ‘crimináveis’, passaram a ser utilizados pelo homem comum com uma frequência inusitada se comparada a épocas anteriores, inclusive em filmes e músicas de grande alcance público”.

Cesar Pinheiro Teixeira (2019) afirmam que se trata de uma representação social que organiza boa parte da vida nas cidades, contando com um grande potencial de poluição moral, atingindo seletivamente pessoas e lugares distintos por meio de um vasto repertório de justificação de prisões, ações policiais violentas e produção de mortes. Porém, embora os autores abordem o mesmo objeto de análise (o tráfico de drogas varejista em áreas pobres do Rio de Janeiro), partem de enquadramentos e articulações conceituais diferentes.

De um lado, a sociabilidade violenta foca sua atenção em um exercício específico da violência física que, no limite, orienta os processos de criminalização da pobreza. De outro, a sujeição criminal enfatiza os processos de subjetivação produzidos em consonância com os processos de criminalização. A principal distinção teórica entre os autores se refere à representação social em torno da “violência urbana”. Aqui, Misse entende que ela é resultado da acumulação de práticas violentas em função da não incorporação dos valores sociais básicos da sociedade burguesa (família monogâmica, trabalho como valor moral e autocontrole das emoções)²⁴, enquanto para Machado da Silva se fundamenta na emergência de uma sociabilidade específica (violenta) entre sujeitos que atuam nos mercados de drogas, produzindo por sua vez alterações consistentes na vida urbana (FREIRE; TEIXEIRA, 2019).

Além disso, ainda segundo Freire e Teixeira (2019), também cabe destacar que Misse compreende o processo de subjetivação, especificamente de sujeição criminal, de forma indissociável às ações estatais de criminalização (curso de ação que pode ser enquadrado em tipos que classificam certas práticas como criminosas ou não) e incriminação (atribuição a um sujeito em particular), ao passo que Machado da Silva (2004) considera que a sociabilidade violenta se desenvolve de maneira relativamente independente, ainda que não indissociada.

3.1.1 “Tem que ter proceder”: ética e moral no crime

Dentro do campo de estudos que se dedica a compreender de forma mais ampla as práticas criminais e seus agentes (os “envolvidos no crime”), é possível destacar a produção recente sobre os processos de construção ética, moral e política no “mundo do crime”. Em que pese seja um tema ainda emergente no campo da sociologia da violência ou da antropologia do crime, existem alguns trabalhos que se destacam ao abordar os dispositivos morais que

²⁴ O autor denomina esse processo como *desnormalização*, entendendo-o como um efeito colateral dos processos de normalização e civilizador (FREIRE; TEIXEIRA, 2019).

permeiam a relação entre praticantes de ilegalismos, dentro e fora da prisão. Nessa área de estudos, merecem especial atenção as pesquisas cujos objetos giram em torno da noção de “proceder no crime” (AQUINO; HIRATA, 2017).

Primeiramente, cabe ressaltar que a ideia de “proceder” não se restringe às dinâmicas estabelecidas entre sujeitos “envolvidos no crime”. Em sua pesquisa sobre “pixadores em São Paulo”, por exemplo, Alexandre Barbosa Pereira (2005) identificou a presença de um “proceder dos pixadores” compartilhado entre jovens do movimento hip hop, integrantes de torcidas organizadas, baloeiros, skatistas, entre outros atores das *quebradas* da cidade. A partir de sua etnografia, o pesquisador oferece uma importante definição para essa noção:

(...) um conjunto muito particular de regras de comportamento comum a determinados grupos na cidade, que não só regula as relações entre indivíduos como também exprime o seu pertencimento. Essa ideia de *proceder* utilizada pelos pixadores também engloba outros dois elementos, já citados anteriormente: a humildade e a lealdade. Pois, como já foi visto, proceder com humildade e lealdade são fundamentais para o sucesso da relação entre os pixadores, já que estes dois elementos garantem o funcionamento da rede de reciprocidade e asseguram as alianças. Porém, a ideia de *proceder* é mais ampla e engloba outros elementos. Ela envolve um repertório próprio de modos de agir, de postura corporal, de fala, de gírias, de vestimenta e de outras referências comuns. Enfim, o *proceder* envolve um conhecimento específico, um capital simbólico peculiar a estes jovens e que inclusive extrapola os limites da pixação. O *proceder* remete a dois significados: o de procedência (de origem, de proveniência) e o de procedimento (de modo de portar-se, enfim, de comportamento). Pode-se afirmar que estes dois sentidos da palavra *proceder* estão presentes no uso feito pelos pixadores. Portanto, a ideia de proceder – ou simplesmente *procedê*, como muitos costumam dizer – refere-se a normas de procedimento permeadas por noções de procedência social (PEREIRA, 2005, p. 95).

Aqui, vale trazer as contribuições do antropólogo Adalton Marques (2009; 2010; 2016), a partir das suas pesquisas com presos e egressos de penitenciárias do Estado de São Paulo. Para o autor, “proceder” é algo “que orienta partes significativas de experiências cotidianas. Melhor dizendo, algumas junções singulares de regras e de instruções sobre condutas, em contínua transformação, verificadas em diferentes redes sociais” (MARQUES, 2009, p. 24).

Segundo Marques (2009; 2010), o termo “proceder” geralmente não é considerado como um verbo (denotando uma ação). Ele é empregado antes como um atributo do sujeito: o cara “tem proceder” ou “não tem proceder”. Nos achados etnográficos do autor, possuir ou não possuir o proceder passa pela consideração sobre (i) um “respeito” específico, como o modo de pedir licença para ficar em uma cela, de se despedir no dia da concessão de liberdade, de se portar nos dias de visita, a escolha de vestimentas, a forma de utilizar o

banheiro e fazer a higiene pessoal e da cela, etc.; (ii) uma “conduta” específica, na vida pregressa à prisão, nos esportes, em relação à religião, no cumprimento de acordos estabelecidos, entre outros; (iii) uma “atitude” específica, tanto para resoluções de conflitos quanto para negociações com a administração prisional. Portanto, um sujeito nessa condição – que alcança a complexa relação entre “respeito”, “conduta” e “atitude” – é tido como um “cara de proceder”, “sujeito homem”, etc.

Ainda segundo o estudo de Marques (2009; 2010), a noção de “proceder” envolve um conjunto de regras que ordenam as interações cotidianas entre os integrantes da população carcerária, orientando comportamentos e delineando situações e posições entre os presos²⁵. Aqueles que “têm o proceder” agem “pelo certo” e podem ser reconhecidos por qualidades tais como humildade, lealdade e irmandade, pelo comprometimento em cumprir com sua palavra e respeitar as mulheres de seus pares, por exemplo. As regras que envolvem o “proceder” variam historicamente, acarretando em diferentes conteúdos para o que é entendido enquanto “agir pelo certo”, sem contudo se afastar da ideia de um tipo de imperativo moral presente no interior das prisões e que abrangem relações fora delas.

Cabe ressaltar que a noção de “proceder” não se confunde com o código de comportamento, em sentido mais estrito, seguido no interior de coletivos criminais (“facções”, “gangues”, “embolamentos”, etc.)²⁶. De acordo com Marques (2009), “ter proceder” é anterior inclusive à constituição ou à adesão a esses coletivos. Em muitos casos, “o cara ter proceder” é justamente um importante critério empregado para decidir a trajetória no “mundo do crime”, dentro e fora da prisão, de um determinado sujeito.

No mesmo sentido, nem todos que cometem crimes são considerados agentes nesse universo social (“mundo do crime”) e tão pouco possuem obrigatoriamente o “proceder”. Ser “do crime” depende do reconhecimento entre pares – um policial que pratica crime ou alguém que comete estupro dificilmente seriam aceitos, por exemplo, porque “não têm proceder” e por isso “não estão pelo certo”. No entanto, mesmo uma pessoa que nunca se envolveu

²⁵ Nesse sentido também se encontra a pesquisa de José Ricardo Ramalho (2008), igualmente realizada em prisões de São Paulo. Na síntese do autor, as principais “regras de proceder” se referem à regulação: (i) da vida cotidiana no interior do “xadrez” (celas); (ii) das trocas e circulação de objetos entre os presos em geral; (iii) da solidariedade e ajuda mútua entre os presos; (iv) das atitudes “morais” dos presos em geral e; (v) da regra fundamental: não “caguetar” (delatar, trair).

²⁶ Seja qual for o termo empregado, a ideia central é que a categoria é constituída “por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam” (PAIVA, 2019, p. 170).

ativamente em uma atividade ilegal – o “trabalhador morador da quebrada” – pode ser considerado “*um cara que corre com o crime*”, uma vez que possua uma relação de proximidade, identificação e confiança com aqueles “envolvidos” (MARQUES, 2009; 2016). Conforme o autor:

Ele “não desmerece” os “ladrões” de sua “quebrada”, toma cerveja com eles no “barzinho” – pagando com seu próprio dinheiro, fruto de trabalho –, divide com eles o campo de futebol de várzea da “vila”, comemora com eles os mesmos aniversários, agüenta com eles “as geral dos polícia, sem caguetar quem tá no movimento”. Muitas vezes, esse “cara dá uma assistência pra mãe de um amigo que tá preso”, “visita seu camarada na cadeia” ou simplesmente lhe “manda um jumbo”. Eventualmente, esse “trabalhador” pode enfrentar um “ladrão” durante um “debate” e dele sair vitorioso, sendo considerado “um cara que corre pelo certo” (MARQUES, 2009, p. 94).

Portanto, a ideia de “proceder”, conforme argumenta Marques (2009; 2016) também pode ser encarada como um instrumento capaz de produzir e identificar conjuntos concretos de “aliados” e de “inimigos”.

3.2. CRIME, JUVENTUDE E MASCULINIDADE

Ainda no contexto de produção teórica sobre violência no Brasil, é indispensável mencionar o trabalho precursor da antropóloga Alba Zaluar (1994; 2004), a partir das suas etnografias realizadas nas favelas do Rio de Janeiro. O objetivo inicial da autora era estudar as formas de organização das classes populares da Cidade de Deus, tornando-se responsável por identificar a relação entre os processos de precarização do trabalho e a adesão à “vida bandida”.

Nesse ponto, um achado bastante interessante se refere à perspectiva dos jovens filhos de “trabalhadores pobres” em relação a seus pais, enxergando-os como “escravos que trabalham de ‘segunda a segunda’, e que portanto não tem mais lazer, ou ‘sacrificados’ cujas vidas não comportam mais o prazer” (ZALUAR, 1994, p. 93). Assim, esses jovens passam a desconsiderar o trabalho lícito em razão das rotinas excessivas e da precarização das condições de trabalho de modo geral, ao passo que, em contrapartida, assumem a identidade de “bandido”.

Segundo Zaluar (1994), nessa cisão entre “bandidos” e “trabalhadores” – apesar de existirem pontos de identificação e até mesmo de colaboração –, há um aspecto em que a

oposição é muito clara: quando se trata das questões que envolvem trabalho, ou melhor, a ética de trabalho. Sobre isso:

Para os trabalhadores, o bandido é a pessoa atraída pelo dinheiro fácil, que não quer trabalhar, que tem maus vícios quando comparado ao trabalhador que fala ou a alguém de sua família. Para o bandido, o trabalhador é um “otário” que trabalha cada vez mais para ganhar cada vez menos (ZALUAR, 1994, p. 145).

Por ética do trabalho, a autora não se refere ao atendimento da satisfação material e moral da atividade laboral em si. Na verdade, trata-se da ética que atravessa o homem provedor da família, que por sua vez permite que o “trabalhador” sinta-se e apareça em público como moralmente superior ao “bandido”. Em sentido oposto, é precisamente a impossibilidade de exercer essa função de maneira suficiente – em razão da jornada de trabalho excessiva ou da baixa remuneração, por exemplo – que fazem com que o trabalho perca esse sentido (ZALUAR, 1994).

Dessa maneira, Zaluar (1994) foi pioneira na formulação de análises que conjugassem as categorias de gênero e “violência urbana”, a exemplo da teorização acerca do “ethos masculino” que permeia as identidades do “trabalhador” e do “bandido”. Ambas as identidades, para a autora, fazem o emprego de estratégias para garantir a defesa da “dignidade masculina”. De um lado, os “trabalhadores” por meio da “superioridade moral do trabalho”, de outro, os “bandidos” através do emprego ou da ameaça do uso da força, muitas vezes mediante armas de fogo. Desse modo, ainda que ambas as identidades masculinas sejam concebidas em contraposição uma em relação à outra, ambas estão inscritas na concepção de homem provedor, seja por meio do exercício de trabalho lícito, seja pelas atividades ilícitas (PIMENTA, 2014a).

Em obra posterior, a autora complexifica sua teorização partindo da premissa de Norbert Elias, para quem a “penetração da violência nas subjetividades seria mais profunda nos Estados nacionais em que o monopólio legítimo da violência não estivesse assegurado e, portanto, onde as formações subjetivas não demonstrassem autocontrole” (ZALUAR, 2004, p. 380). Trata-se de uma cultura da violência decorrente da falta de socialização no processo civilizador, na qual os conflitos são permeados por sistemas de valores baseados em representações específicas do gênero masculino, de modo a sobrevalorizar a bravura e a ousadia (PIMENTA, 2014a).

Segundo Zaluar (2004), o resultado desse processo é o fortalecimento de subjetividades marcadas pelo “etos guerreiro” no interior das novas configurações e dinâmicas do tráfico de drogas. Para a autora, o “etos guerreiro” designa um estilo viril presente em localidades e coletivos específicos no país, cujas principais características são o uso instrumental e expressivo da violência:

Instrumental porque a violência é um recurso utilizado para obter ganhos, especialmente ganhos comerciais no tráfico de drogas, no contrabando de armas e em outras atividades ilegais praticadas no chamado “crime negócio”, que envolve várias redes de relações interpessoais. E expressivas porque, nas relações entre homens, as respostas a cada desafio vão criando um círculo vicioso, ou seja, a necessidade de intensificar as respostas a fim de afirmar a vitória de um homem sobre o outro, de um grupo de homens sobre outro grupo de homens (ZALUAR, 2004, p. 387).

Assim, segundo Zaluar (2004; 2009), trata-se de um padrão de masculinidade: a hipermasculinidade, que pode ser descrita como “dominadora”, “insubmissa” e “desafiadora”, que rejeita qualquer poder ou figura de autoridade. A essa ideia se relaciona também a categoria de “sujeito homem”²⁷, que por sua vez é mobilizada para justificar reações violentas diante de provocações de toda espécie.

Sobre esse ponto, cabe destacar a crítica de Barros (2020). Conforme argumenta a autora, por trás da noção de “etos guerreiro” reside a ideia de que as periferias das metrópoles brasileiras seriam espaços marcados pelo retrocesso de uma configuração social pré-civilizatória. Dessa forma, romper com o suposto autocontrole característico das sociedades modernas provocaria nos “bandidos” o sentimento de aversão às normas sociais, de autodeterminação e de poder irrestrito na medida em que exercem a dominação completa do outro por meio da violência letal. Contudo, Barros (2020, p. 171) afirma que seus achados de pesquisa relativizam essa perspectiva, “seja porque os embolamentos são estruturas sociais absolutamente integradas nos parâmetros da civilização moderna – na sua manifestação capitalista e patriarcal –, seja porque os envolvidos refletem de forma ambígua a respeito dos níveis de poder que possuem”.

²⁷ Segundo a autora, a expressão surgiu na década de 1970, no Rio de Janeiro, como uma provável derivação do termo “sujeito macho” ou “cabra macho”. Originalmente a expressão designava “homens ‘de palavra’, corajosos, que enfrentavam a morte para defender sua família, sua propriedade e sua reputação; hoje abrange um campo semântico que vai desde a disposição para defender a própria mulher, o time de futebol, o local de moradia ou a favela até a determinação de matar para ‘não levar desaforo’ nem ser humilhado publicamente por quaisquer ínfimos motivos” (ZALUAR, 2004, p. 388).

A categoria do “sujeito-homem” possui grande relevância na pesquisa empreendida por Diogo Lyra (2013) com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, cujo objetivo era compreender o “processo de adesão” ao tráfico de drogas através das perspectivas dos “garotos armados do morro”. Para Lyra (2013), a categoria “sujeito-homem” é formada pela ideia de respeito, independência e aceitação por parte do indivíduo que, apesar de ser jovem, desempenha papéis considerados de adultos na comunidade em que vive.

A formulação dessa noção passa pela apreensão das trajetórias de vida dos adolescentes e jovens a partir de três fases: (i) infância; (ii) individuação e; (iii) autonomia. Na primeira fase, a infância, o autor dá especial destaque para a atuação das instituições tradicionais (família e escola, por exemplo) na organização do dia a dia dos sujeitos. Na fase da individuação, há uma margem de liberdade para o jovem se relacionar diretamente com outras pessoas de sua faixa etária, externas ao seu núcleo familiar, de modo a construir sua primeira rede de relações sem adultos de sua trajetória. Aqui, o autor chama a atenção também para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, principalmente na modalidade informal, seja em virtude da demanda familiar por complemento de renda, seja por vontade ou necessidade individual (LYRA, 2013).

Na terceira e última etapa, há o desenvolvimento da autonomia do jovem, ou melhor, do agora “sujeito-homem”. Aqui, o autor observa uma prevalência do que denomina por “satisfação do agora”, ou seja, a necessidade simbólica de impor e reforçar o status de “homem adulto” perante outros jovens, uma vez que “é preciso que o menino sujeito-homem seja aprovado por seus colegas e patrão, seja querido, temido e respeitado por sua comunidade, e que seja, inclusive, lembrado como uma peça importante de sua engrenagem” (LYRA, 2013, p. 104).

Em consonância com Grillo (2013), que entende que a identidade do “envolvido com o crime”²⁸ é formada pelo entrelaçamento do ser, ter e fazer, Lyra (2013) argumenta que a autonomia do “sujeito-homem” tem papel fundamental no processo de adesão ao “mundo do crime”, como expõe o autor:

Muito embora a aquisição material transpareça como um fator determinante para a adesão nos cenários do interesse, certo é que ela transcende essa motivação

²⁸ A expressão é bem trabalhada na pesquisa de Barros (2020), na sua forma nativa de “envolvido”, sem complementação, como forma de identificar os indivíduos que atuam nas dinâmicas do crime e transpor outras categorias mais consolidadas no campo, como “vagabundo” e “bandido”.

simplória para realocá-la no contexto mais amplo da autonomia pessoal. Com isso, no lugar do “dinheiro fácil”, podemos perceber a adesão do jovem sob o prisma de uma oportunidade, real e factível, que se apresenta para o menino que quer tornar-se independente (LYRA, 2013, p. 113).

Portanto, a composição do “sujeito-homem”, na visão do autor, se relaciona com o processo de “maturidade precoce”, reflexiva e emocional. Em razão das vivências que atravessam as trajetórias que constituem esse processo, o “sujeito-homem” passa a trilhar um caminho de independência e realização, buscando ocupar um espaço alternativo à realidade em que está inserido. Nesse sentido, “ser reconhecido como um indivíduo tenaz, intrépido e, sobretudo, poderoso, habilita o menino a trocas sociais antes impensáveis e proporciona uma dose de satisfação pessoal inegável” (LYRA, 2013, p. 115).

3.3. TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS PONTUAIS E CONTÍNUAS

Nesta pesquisa, foi possível identificar que os meninos entrevistados possuíam diferentes graus de envolvimento com o “mundo do crime”, que não se traduziam obrigatoriamente no fato de estarem cumprindo medida socioeducativa por este ou aquele ato infracional. Esses diferentes níveis de envolvimento, por sua vez, acarretavam em distintos significados e representações que cada um conferia às dinâmicas do crime.

Aqui, para abordar os diferentes níveis de envolvimento com o crime, recorro às tipologias propostas pela socióloga Bruna Koerich (2018), responsáveis por auxiliar na sistematização das regularidades encontradas a respeito do cruzamento entre trajetória infracional e projetos de futuro, em sua pesquisa que também abordou adolescentes em cumprimento de medida no meio aberto. A autora identificou ser possível observar o nível de envolvimento infracional de seus interlocutores a partir, principalmente, da recorrência de atos ilícitos. Desse modo, as duas tipologias foram denominadas como *jovens com inserção pontual em práticas infracionais* e *jovens com inserção contínua em práticas infracionais*.

O primeiro tipo, a inserção pontual em práticas infracionais, é caracterizado por casos em que os jovens praticaram um ou poucos atos infracionais, de modo que a “prática infracional não aparece como um marcador relevante de formação da identidade social do jovem e sim como um fato ocorrido de forma isolada em sua trajetória” (KOERICH, 2018, p. 140). Em geral, segundo a autora, são prioritariamente os casos de furtos (quando não há violência ou grave ameaça) e tráfico de drogas em pequenas quantidades (o “aviãozinho” e

outras figuras semelhantes), mas eventualmente também os atos de lesão corporal (muitas vezes referindo-se a brigas no ambiente escolar) e alguns casos de violência sexual (frequentemente atrelados a situações “atenunantes”).

Já o segundo tipo, a inserção contínua em práticas infracionais, designa aqueles jovens que praticaram atos infracionais múltiplas vezes, comumente com mais de uma entrada (passagem) no Sistema Socioeducativo, em especial na privação de liberdade. Aqui, Koerich (2018) argumenta que a prática infracional revelou-se como um marcador fundamental na composição da identidade social dos jovens. Nesse tipo, os casos mais usuais são de roubo (principalmente de veículos), porte de armas de fogo e tráfico de drogas (frequentemente aqueles que trabalham diretamente nas “bocas de fumo”). Em sua pesquisa, a autora identificou que os jovens com essa trajetória infracional costumavam chamar a si mesmos de “bandidos” ou “vagabundos”.

A tipologia apresentada pela autora, bem como as expressões apresentadas, demonstram uma íntima relação com o trabalho de Michel Misse (1999; 2010; 2019), conforme abordado anteriormente. Fica evidente a aproximação com o conceito de sujeição criminal, que trata do “processo social que antecipa preventivamente a incriminação produzindo socialmente o que se supõe ser uma subjetividade propensa ao crime” (MISSE, 2019, p. 3). É esse processo de subjetivação que produz os chamados “bandidos”, “marginais”, “vagabundos”, “malandros”, entre outras figuras.

Para Misse (2010), as práticas criminais não produzem necessariamente a sujeição criminal, isto é, nem todo autor de crime é considerado como um “bandido”. Esse processo depende da vinculação entre determinadas práticas criminais (principalmente o tráfico de drogas e o roubo com emprego de arma de fogo) com tipos “sociais específicos”: sujeitos marcados socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. No mesmo sentido, Koerich (2018) observou que nem toda prática infracional determina uma inserção contínua em atos infracionais.

Diante disso, posso afirmar que os interlocutores entrevistados possuem trajetórias infracionais distintas e podem ser agrupados seguindo a tipologia proposta por Koerich (2018), por estar mais próxima do recorte e da realidade objeto desta pesquisa. Dentre os sete jovens participantes, três tiveram uma inserção pontual em práticas infracionais: Luan, Francisco e Kevin.

Luan cumpria medida em razão de uma tentativa de estupro. Ele conta que o caso foi um mal entendido que ocorreu dentro do seu contexto familiar. O jovem morava com a mãe, duas irmãs menores, sua tia e uma prima. A casa era pequena e, com exceção dos adultos (mãe e tia), todos dormiam no mesmo quarto. Ele narra que sempre cuidou das irmãs, inclusive tendo que parar de estudar no terceiro ano do ensino fundamental para se dedicar aos cuidados em casa. Um dia – quando mãe, tia e prima tinham saído para trabalhar –, estava no quarto e mandou sua irmã menor tirar a roupa para tomar banho, quando então foi visto por uma segunda tia, que morava na casa dos fundos. Daí passou pelo Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA) e foi encaminhado ao Sistema de Justiça Juvenil, de onde recebeu a medida de liberdade assistida.

O caso de Francisco também se inicia pelo contexto familiar. O jovem, muito antes de passar pelo Sistema Socioeducativo, era atendido junto com sua família no CREAS. Em um primeiro momento, Francisco viveu um contexto de violação de direitos, mas seus vínculos familiares ainda estavam mantidos. Com o acirramento da situação de vulnerabilidade social e o rompimento de seus vínculos com a família, o jovem foi inserido na rede de acolhimento institucional (abrigo) de Porto Alegre. O cometimento de ato infracional, então, se deu dentro do abrigo. Francisco narra que tudo aconteceu porque “se misturou com uma galerinha lá”. Ele conta que os adolescentes acolhidos possuem uma conta por meio da qual recebem dinheiro. A questão começou porque os adolescentes não têm acesso a metade desse dinheiro, que fica guardado na conta até eles serem desligados. Diante disso, foram exigir uma parte maior do seu próprio dinheiro, o que gerou um conflito entre os jovens e os funcionários da instituição:

Osmar: E o que aconteceu pra tu chegar até o serviço comunitário?

Francisco: É que na verdade foi assim... Eu me misturei com uma galerinha lá, que também tava acolhida. E na verdade a gente foi... A gente foi pedir dinheiro da nossa conta. Porque quando a gente tá no abrigo a gente tem uma conta né. Então nosso dinheiro é dividido em duas partes, uma fica na conta e a outra é dada pra nós. E a gente foi exigir mais dinheiro, porque a gente tem meio salário só e metade do dinheiro a gente não podia comprar nada praticamente. Então a gente foi pedir mais dinheiro. E os tios não quiseram dar, e aí tinha uma pessoa junta com nós e a pessoa começou a desbocar as tias. E aí todo mundo que tava junto começou a discutir com os educadores. Só que daí... Nessa história deu que eu estava junto, mas eu tava na sala da diretoria, conversando com a diretora nesse momento. E daí deu que tava todo mundo no pátio, veio todo mundo junto, a bandeira caiu em todo mundo.

Osmar: E a diretora não te defendeu?

Francisco: A diretora falou que eu tinha ofendido ela, tinha enchido ela de nome, sendo que eu nem falei, tava lá dentro da sala da diretora. E como elas são tudo cúmplice uma das outras...

Osmar: Então foi por ter insultado ou por ter pedido dinheiro?

Francisco: Na verdade eles disseram que foi porque nós tínhamos insultado todo o pessoal da diretoria e tínhamos apedrejado toda a diretoria, sendo que nem pedra rolou. Porque nem pedra tinha na rua, vontade deu né, mas não tinha pedra (Francisco, 19 anos, maio de 2021).

Depois do ocorrido, Francisco foi levado pela diretora para o DECA, onde passou pelo Sistema de Justiça Juvenil e, ao final do processo judicial, recebeu a medida de prestação de serviço comunitário, que começou a cumprir assim que foi desligado do acolhimento institucional. Pela leitura do relato do jovem, talvez permaneça a dúvida quanto ao ato infracional praticado, ao menos foi o que ocorreu comigo após a realização da entrevista. Em conversa informal com o técnico que o atende, a questão foi resolvida: desacato, provavelmente em face da diretora da unidade de acolhimento institucional.

Kevin cumpria medida pelo cometimento de dano ao patrimônio. Ele narra que dois anos antes havia comprado uma moto sem documento (“empilhada de multa e coisurada”) em um grupo de compra e venda local no Facebook. O ato infracional em questão se originou quando ele e seu tio, que regulam de idade, saíram de madrugada e, ao serem abordados pela Polícia Militar, fugiram e causaram danos não claramente especificados em sua fala. Nesse sentido, vale a pena trazer o seu relato:

Kevin: (...) E nisso nós tamo trabalhando e chega eu e meu tio em casa. E nisso a gente saiu três horas da manhã e eu “meu vamo da uma banda, lá no golden, vê se tinha um bagulho”. Era final de semana né. Quando vê meu tio “não vamo, não vamo, nós vamo conseguir perder essa moto”. E nós tava com dinheiro... Daí pegamos e fomos. Botei 30 pila [reais], na época a gasolina não era cara né, olha quanto tempo faz! Ba, encheu o tanque. E nós fomos, ba curtimos um monte. E nisso tá um gurizão vindo, meu amigo, com uma [moto] XRE300. E o gurizão empina. E o gurizão tá vindo empinando do meu lado aqui e eu tô normal. E meu tio tá gravando pra ele, na carona. Nós tamo tudo no ladinho um do lado do outro. Quando vê eu olho pra trás e tá o Corolla [viatura policial]! E nisso o gurizão tá com uma XRE300... Pegou e se foi. E eu também soltei né, só que eu fui pela Bento e ele subiu o morro. Eu fiz a fuga reta, eu viajei. Se eu fosse pelo morro... O Corolla ia até capotar. Por isso que eles levaram a moto e me levaram preso. Por causa disso aí, eu fiz eles quase bater.

Osmar: Teve perseguição, daí...

Kevin: Sim. Ba, saí da Tuca, fui até lá a frente do Carrefour, sabe? Fui indo, indo. Passei no sinal vermelho, eles também. Nos corredores dos ônibus...

Osmar: Daí como te pegaram?

Kevin: Porque eles começaram a dar tiro. E nisso é meu tio que tá na garupa né. Daí ele começou a me dar soco. “Meu para que eles vão me matar, para que os tiros vai pegar em mim!”. No caso parar a moto, né? Daí, liberaram meu tio porque ele não tava dirigindo e ficaram só comigo.

Osmar: A moto foi apreendida?

Kevin: Aham, prenderam a motinho novinha, quase chorei... Ba, só olhava pro lado, ba... Na esquina de casa ainda, que eu moro ali...

(...)

Kevin: Nós não tinha nada, nada, nada. Eles falaram “Ba meu por que que tu fugiu? Tu é louco! Quase matou nós, pia de merda!”. Não sei o que... “Nós ia até liberar, tu

não ia perder tua motinho, otário!”. E eu algemado com a cara no chão, triste... (Kevin, 19 anos, julho de 2021).

O primeiro ponto em comum entre essas três entrevistas que me chamou a atenção foi o fato de que os jovens não ficaram totalmente à vontade para compartilhar suas trajetórias, especificamente em relação ao ato infracional. Em outros assuntos a conversa fluiu naturalmente. Essa resistência me pareceu ser um primeiro indicativo de que o ato ilícito em questão de fato não representava uma dimensão relevante em suas vidas atualmente. Pelo contrário, significaram ocorridos que, ao lembrarem hoje em dia, despertam sentimentos como vergonha e até algum nível de sofrimento, como fica claro no exemplo a seguir:

Osmar: O que aconteceu pra tu chegar até aqui?

Luan: Ah eu não gosto de falar...

Osmar: Não precisa falar.

Luan: Ah, eu vou falar... (Luan, 17 anos, maio de 2021).

Tendo identificado isso em suas falas, optei por não me aprofundar nesses assuntos, evitando fazer mais perguntas que pudessem deixá-los desconfortáveis ao reviver essas memórias. Por essa razão, é possível que as narrativas descritas acima estejam permeadas por lacunas ou informações ambíguas.

Relacionado a isso, percebi que os três interlocutores careciam de maiores esclarecimentos quanto ao ato infracional praticado, a medida socioeducativa e especialmente acerca dos procedimentos desenvolvidos na seara jurídica. Isso é indicativo de um importante desconhecimento a respeito de seus direitos, o que por sua vez implica diretamente na qualidade da efetivação dos mesmos. Luan, por exemplo, confundia a medida de privação de liberdade de internação (FASE) com o acolhimento institucional (abrigo). Francisco, como demonstrado, tinha dificuldade de entendimento quanto ao ato infracional que lhe foi imputado, não sabendo informar se foi em razão dos insultos proferidos (desacato) ou do suposto apedrejamento (dano ao patrimônio). Aqui também está o caso de Kevin, que embora saiba por qual ato infracional ele foi responsabilizado, sua fala indica não compreender exatamente as circunstâncias que culminaram na aplicação da medida socioeducativa (“acho que deu dano ao patrimônio... Sei lá o que que deu. Por causa desse negócio aí, como é que é... risco à sociedade eu acho, não lembro”).

Com a exposição das narrativas desses meninos, fica claro que eles tiveram uma inserção pontual em práticas infracionais, ou, dito de outra forma, que não eram envolvidos com o crime. Nesses casos, o cometimento do ato ilícito, além de circunstancial e isolado na

biografia dos entrevistados, não compõe um marcador relevante na formação da identidade social do jovem (KOERICH, 2018). Na verdade, a ideia de ser “envolvido” no “mundo do crime” surge nas falas de Luan e Francisco até mesmo com tom de reprovação e distanciamento:

Osmar: O que tu acha do mundo do crime?

Luan: É uma coisa que era pra acabar, jamais existir crime... É uma coisa muito violenta. Tu pode tá aqui, num estalo, ba... Eu até tô meio triste (Luan, 17 anos, maio de 2021).

Osmar: Tu conhece pessoas envolvidas no crime?

Francisco: Ai conheci uma vez e me arrependi e aí nunca mais quero. Nem sinto vontade de conhecer (Francisco, 19 anos, maio de 2021).

Inclusive, quando questionei sobre o uso da expressão “cupinxa” – termo de uso corriqueiro para designar relações positivas de amizade, parceria ou lealdade, amplamente adotado pelos demais entrevistados –, Luan negou firmemente, dizendo que “cupinxa é pra quem é vagabundo... Eu não sou”, denotando a influência de estigmas e preconceitos que atravessam o imaginário social sobre as periferias e o crime.

Aqui, Kevin aparece como um contraponto interessante. Muito embora não tenha se envolvido de forma acentuada com o crime, por meio de uma trajetória infracional contínua, o jovem demonstra um amplo conhecimento sobre as dinâmicas do mundo do crime, em virtude do convívio com amigas envolvidas e por estar inserido no contexto territorial do tráfico de drogas (“Hoje em dia, no meu bairro lá, os amigos que eu conheço tão tudo traficando” e “Como eu convivo, eu sei o que que é o crime, eu vi o que que é o crime, sem precisar também...”). Isso se reflete nas percepções que Kevin tem sobre o mundo do crime, que divergem das posturas citadas acima:

Osmar: Pra ti, o que significa?

Kevin: É foda que... Sei lá... Hoje em dia quem é neguinho também e tem tatuagem, os caras não pegam pra trabalhar. É foda, hoje em dia o crime é a única saída pra uns. Que nem esse meu tio, quando ele era dali tinha dinheiro. Daí ele comia, tinha roupa, se sustentava. Tendeu? E tem gente que, no caso, tem gente que se sustenta traficando. (...) Tem muita pessoa que tem nojo, mas tem pessoas que se sustenta de tráfico. Só trafica, vende droga, sabe? Tu vê que o cara tá traficando, mas paga o aluguel, comida, cuida da esposa, tá ali na vida errada, mas tu vê que tá dando, tá progredindo, tá pagando aluguel (Kevin, 19 anos, julho de 2021).

As diferenças de percepções são bem nítidas. Ainda que Kevin não tenha se envolvido efetivamente com o crime, há uma clara relação de proximidade. Além disso, sua fala é permeada por preocupações orientadas de forma prática para a satisfação de necessidades e

demandas de ordem material, de modo que a atividade ilícita não é tida de forma automaticamente negativa. É possível concluir que o envolvimento com o mundo do crime é encarado como uma substituição do trabalho formal assalariado em razão do processo de precarização das relações de trabalho, em uma conexão semelhante à proposta de Zaluar (1994; 2004) sobre a adesão à “vida bandida”.

Além disso, outro ponto interessante é que, mesmo que Luan, Francisco e Kevin tenham seguido trajetórias infracionais pontuais, a vida dos três é marcada pela presença de violência policial. Como se verificará adiante, essa é uma constante nos relatos de todos os interlocutores. Nesses casos específicos, ser “menos envolvido” não significa necessariamente que sofreram menos com as violações de direitos praticadas por agentes policiais. No caso de Luan, além dos paredões truculentos por parte da Polícia Militar que sofreu em seu bairro – que são mobilizados em sua fala como algo praticamente naturalizado –, houve um ocorrido em que os mesmos policiais causaram uma fratura no braço de sua mãe, que saiu na rua em sua defesa e de seu primo. Da mesma forma, Francisco conta que, quando morava com sua família, teve sua residência invadida por policiais militares:

Francisco: Entrou uns dez, onze policiais dentro de casa. Só que tipo, os policiais entraram chutando as portas, arrombando tudo né. Não pedindo licença... Não mostraram mandado, nem nada. Daí eles foram e fizeram isso em sequência em mais umas cinco casas, depois e pararam.

Osmar: Machucaram alguém?

Francisco: Machucar, não. Mas um me deixou com dor aqui, tipo ele deu uma coronhada aqui assim, bem aqui assim (Francisco, 19 anos, maio de 2021).

É interessante que Francisco respondeu que não foi machucado, só “deixou com dor” em razão de uma coronhada que levou na cabeça. Como mencionado, em alguma medida há uma naturalização da violência policial nas falas dos jovens, muito provavelmente em razão da alta exposição a essa violência na vida cotidiana dos territórios em que estão inseridos. Essas dinâmicas independem da relação que a vítima da violência policial possui com o “mundo do crime”, estando mais relacionados com o local periférico que vivem, com a classe social em que se encontram e com a cor da pele que possuem.

Nesse sentido, o contexto gaúcho se insere na tendência encontrada em pesquisas nacionais que vêm abordando o processo de racialização das abordagens policiais. Em Porto Alegre especificamente, 24% de todas as vítimas de violência policial são pessoas negras (isso sem levar em conta cerca de 20% dos casos em que não se tinha informação quanto à cor/raça da vítima). O percentual pode não parecer expressivo a princípio, mas ao se

considerar a taxa da população negra em Porto Alegre (20,2%) e mesmo no Rio Grande do Sul (16,3%), a proporção de pessoas negras vítimas de violência policial se torna bem mais relevante (AZEVEDO; DUTRA; BELUSSO, 2018)²⁹.

Entretanto, cabe mencionar que o processo de naturalização da violência não se restringe à ação policial, abrangendo também a exposição à violência advinda de coletivos criminais, como fica claro no relato de Kevin:

Kevin: Tu não viu no balanço geral aquele cara que tocaram fogo ali no mato? Ba, meu tio, irmão do meu pai, tem uma tatuadora ali na frente. Nós tamo tudo comendo uma carne na laje do meu tio aqui, aí meu tio vê os amigos dele passando com os pneus. Quando vê ele fala brincando “ó, vão tocar fogo aí num”. Continuemo no churrasco... Quando vê passou um carro, deu uns estouro no cara, tocou o cara, começou a dale pau no cara, paulada, paulada. Tocar pedra no cara. Levaram o cara pro mato e tocaram fogo no cara no monte de pneu. Na nossa cara assim. Num dia lindo, todo mundo na praça, um monte de criança brincando (Kevin, 19 anos, julho de 2021).

Seguindo na classificação proposta por Koerich (2018), a maioria dos meus interlocutores correspondiam à inserção contínua em atos infracionais: Hariel, Thiago, Max e João Pedro. Enquanto Luan e Francisco se mostraram preocupados em apresentar o contexto da sua trajetória infracional buscando uma justificção para o ato cometido, as narrativas desse outro grupo de meninos tenderam a ser mais objetivas. Por exemplo, quando questionei Hariel sobre o que havia acontecido para ele chegar até o CREAS, ele responde diretamente “Tráfico, eu inventei de traficar”.

Tal qual Francisco, Hariel também passou por um período de acolhimento institucional. Foi quando evadiu do abrigo e se aproximou de uma antiga colega do colégio que seu envolvimento com o crime se iniciou. Na ocasião, a menina ofereceu a sua casa para moradia, já que o jovem estava precisando de um lugar para ficar. O vínculo de amizade se estreitou ao passo que começaram a se chamar de primo e prima. Foi aí que Hariel começou a traficar junto da amiga, que havia se tornado gerente de uma “boca” no bairro, até que a polícia fez uma “batida” em sua casa, local onde guardava toda a droga.

No caso de Thiago, foram múltiplos os atos infracionais cometidos no decorrer de sua trajetória. Ao total, contabiliza cinco passagens pelo Sistema de Justiça Juvenil. A primeira delas foi por ter tomado banho em uma caixa d’água próximo de onde residia, em um dia de muito calor e que havia faltado água. O jovem conta que fez isso com um grupo de amigos,

²⁹ Em sentido semelhante, vale mencionar que entre as vítimas de homicídios em Porto Alegre, no ano de 2014, 35,5% também correspondia à população negra (MELCHIONNA; BECKER, 2015).

mas que uma vizinha “caguetou” (denunciou). Posteriormente, teve uma passagem por tráfico e depois três situações de roubo e receptação de veículos.

Embora seja possível identificar alguns elementos já a partir dos interlocutores com inserção pontual em atos infracionais, daqui em diante, com a exposição de trajetórias contínuas, se torna mais evidente a manifestação de um processo de criminalização em curso. Chama a atenção que o primeiro contato de Thiago com o sistema socioeducativo foi originado em razão de ter tomado banho em uma caixa d’água com um grupo de amigos em um dia de calor excessivo do verão portoalegrense. O conceito de sujeição criminal (MISSE, 1999; 2010) pode ser acionado para nos ajudar a compreender por que tais jovens são criminalizados, mesmo em situações aparentemente atípicas ou despidas de violência. Esses sujeitos estão inseridos em um processo que produz identidades específicas construídas e atribuídas ao que se compreende socialmente como “mundo do crime”. O processo de subjetivação aliado ao pertencimento desses jovens a grupos sociais pobres e de minorias étnicas ou raciais produz o “bandido”, de modo que o que é criminalizado não é o ato em si (tomar banho em caixa d’água), mas antes o sujeito (Thiago, jovem pobre e negro), que carrega em si o crime e a periculosidade.

Já quanto a João Pedro, o adolescente esteve envolvido com o roubo (mediante violência ou grave ameaça) a pedestre. Ele narra que começou a assaltar em um momento de sua vida em que “tudo estava dando errado”, considerando-se sem outra alternativa. Conforme narra, seu envolvimento com o “mundo do crime” aconteceu muito “pela cabeça dos outros”. Situação muito semelhante foi narrada por Thiago, afirmando que entrou para o crime em razão da influência de seus vínculos de amizade. Nas palavras desse jovem:

Osmar: Como tu chegou até aqui?

Thiago: Ba já era pra estar com a medida cumprida, sabe? Toda a medida cumprida... É que... Vou te falar de novo que nem te falei aquela hora: cabecinha fraca, fui muito na dos amigos, sabe? Aí, no caso, quando eu fui preso pela primeira vez já era pra eu ter enxergado assim, sabe, ter parado. Mas eu era mais criança, não pensava muito. Era de menor, sabe? Aí eu ia lá e fazia de novo. “Ba não vai dar nada, não vai dar nada”. E na moral é que, ba, eu vi que deu. Eu já fiquei um pouco guardado já. Daí já deu pra refletir e pensar mais, sabe? (Thiago, 19 anos, abril de 2021).

Correndo em paralelo com os processos de criminalização, também parece estar em jogo o processo de constituição de “sujeito homem” (LYRA, 2013), ao passo em que o desenvolvimento de sua autonomia está intimamente ligada à necessidade, ainda que

simbólica, de impor e reforçar o status de homem adulto perante seus pares, com o intuito de ser aprovado, temido ou respeitado, enfim, de alguma forma reconhecido.

Entre os entrevistados, Max notavelmente é o que teve o envolvimento mais agravado com o crime. Seus primeiros atos infracionais foram relacionados ao tráfico quando ainda era criança e vendia drogas na frente do colégio: estudava pela manhã e traficava à tarde (“Eles deixavam, os professores. Até os filhos deles, todos faziam isso, os filhos deles também”). Ele conta que se interessou pelo tráfico porque era amigo de outros jovens que eram envolvidos com o crime em seu bairro. Sua trajetória infracional foi mediada pela participação ativa no coletivo criminal local chamado “Bala na Cara” (ou somente “os balas”). O seu envolvimento, como o de muitos jovens, foi acirrado no contexto que se instaurou em Porto Alegre de guerra entre as facções rivais Bala na Cara e Antibalas (BARROS, 2020; CIPRIANI, 2019). O adolescente narra que fazia tudo o que era solicitado: “eu matei por eles, eu já roubei por eles, eu já sequestrei por eles. Eu já fiz muita coisa por eles, entendeu?”. O ato infracional pelo qual estava cumprindo medida foi um sequestro ocorrido nesse contexto da guerra entre facções:

Osmar: Como foi a vez que tu caiu? Tu disse que foi por sequestro, né?

Max: Sequestro e cárcere privado... E porte [de arma]. No caso, eles eram lá dos alemão [coletivo criminal rival], dos contra. A gente foi pra pegar e pra matar, aí botamos eles no carro e fomos... Nós chegamos a matar. A gente tava descendo e pegamos outra mulher que também era deles. E a mulher fez escândalo, e aí a polícia veio. A gente pegou e colocou ela no carro, e o guri chegou a matar, por isso que pegou homicídio, porque a polícia viu ele matando. Mas eles nunca souberam das outras duas mortes... (Max, 16 anos, maio de 2021).

Ao longo de sua fala, Max relatou diversos casos em que praticou atos violentos, inclusive na sua forma letal. Aqui, a ideia de “etos guerreiro”, de Zaluar (2004) pode ser mobilizada para compreender as especificidades desse estilo viril que faz da violência um uso instrumental e expressivo. Instrumental, porque é empregada como um recurso para a prática de determinados crimes, permitindo a obtenção de ganhos materiais. De outro lado, expressivo, pois permeia simbolicamente as relações entre homens com o objetivo de afirmar a vitória moral de um sobre outro, ou de grupos sobre outros – e, no presente caso, de uma facção sobre outra. Além disso, é preciso considerar novamente a relevância entre pares e a satisfação pessoal que ser reconhecido enquanto um “sujeito-homem” produz. Em outras palavras, as demonstrações de tenacidade e poder são responsáveis por proporcionar ao jovem certas relações sociais que sem tal postura seria impensável acessar (LYRA, 2013).

Após a apresentação dos quatro relatos de como os entrevistados se envolveram em práticas infracionais, é possível concluir que algumas convergências estão presentes. A primeira delas é que todos os interlocutores narraram múltiplas práticas infracionais ao longo de sua história de vida, de modo que o envolvimento com atos infracionais não é um fato isolado em suas biografias. Cabe ressaltar o caso de Hariel: embora sua trajetória infracional tenha se resumido à prática de tráfico de drogas, portanto somente uma espécie de ato infracional, é preciso levar em conta que essa atividade foi executada reiteradamente ao longo do período em que morou junto de sua amiga, na “boca”.

Além disso, todos os jovens tiveram passagem prévia na privação de liberdade, especialmente na modalidade de internação. Alguns deles, como Thiago e Max, foram internados duas vezes na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). Não por acaso, os dois adolescentes foram os que relataram o maior número de práticas infracionais, o que parece indicar que a privação de liberdade opera como uma engrenagem fundamental no processo de reprodução das condições que supostamente busca remediar.

Assim, pela análise das narrativas de Hariel, Thiago, Max e João Pedro, é possível extrair que esses meninos tiveram uma inserção contínua em práticas infracionais, ou, em outras palavras, que eram envolvidos com o “mundo do crime”. O cometimento de atos ilícitos se mostrou um elemento significativo para a constituição da identidade social dos jovens, nos termos de Koerich (2018). Mas além disso, é possível perceber que o processo de sujeição criminal está mais evidente nas vidas de jovens com inserção infracional contínua. Isso porque tais trajetórias de envolvimento com o crime – aliadas aos “tipos sociais” demarcados socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida – os diferencia de outros autores de atos infracionais que não são lidos como “marginais”, “violentos” ou “bandidos”, o que os sujeita a políticas de aprisionamento ou mesmo de extermínio (MISSE, 1999; 2010; 2019).

O quadro a seguir sistematiza as informações colhidas e analisadas a respeito do grau de envolvimento de cada interlocutor, permitindo a comparação de suas trajetórias infracionais:

Quadro 4 – Trajetórias infracionais dos interlocutores

Interlocutor	Ato Infracional pelo qual cumpre MSE	Prática de outros atos infracionais	Passagem pela internação (FASE)	Tipo de inserção infracional
Hariel	Tráfico de Drogas	Não	Sim	Inserção Contínua
Thiago	Roubo e Receptação	Sim	Sim	Inserção Contínua
Luan	Tentativa de Estupro	Não	Não	Inserção Pontual
Francisco	Desacato	Não	Não	Inserção Pontual
Max	Sequestro	Sim	Sim	Inserção Contínua
João Pedro	Roubo	Sim	Sim	Inserção Contínua
Kevin	Dano ao Patrimônio	Não	Não	Inserção Pontual

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, seguindo as tipologias de Koerich (2018).

Por fim, independente do tipo de trajetória infracional que viveram, todos os interlocutores afirmaram que atualmente não possuem mais envolvimento com o crime. Os motivos são diversos. No caso da inserção pontual em atos infracionais, o distanciamento é mais lógico, uma vez que em nenhum momento houve a efetiva vinculação com atividades ilícitas. No caso da trajetória infracional contínua, em que pese os meninos ainda recebam convites de amigos para retornar, há alguns eventos que provocaram uma ruptura na relação que os jovens mantinham com o “mundo do crime”. Assim, suas trajetórias infracionais foram ressignificadas, o que permitiu a construção de novos projetos de futuro descolados da atividade ilícita, ainda que muitas das condições que o aproximaram do crime ainda estejam presentes na sua vida cotidiana.

Os casos de Thiago e Max se destacam nesse ponto em razão do grau de envolvimento que tiveram com atos infracionais e coletivos criminais. Para Thiago, o “ponto de virada” se mostrou relacionado com a grande exposição à violência, na forma de ameaça de morte. O jovem narra o episódio de quando foram buscá-lo em sua casa porque ele tinha roubado uma moto de alguém igualmente envolvido no crime. Nessa ocasião, ele foi colocado no bairro Bom Jesus (Bonja), no território da facção rival (Balas), sob o ultimato de devolver tudo até o fim do dia. Thiago devolveu a moto, mas continuou recebendo ameaças, porque “os caras eram leão”:

Thiago: Tipo, os bala na cara são leão, sabe?

Osmar: Mais violento?

Thiago: É, é a facção, sabe? Se tiver que matar eles matam mano, não importa se é criança, se é mulher... Igual eles vão lá e matam. Daí quando ele falou isso daí [que era leão], ele falou “ba, eu to louco de fome”. Pegou e falou bem assim. “Ba louco

de fome”, significa que tão pra matar, entendeu? Daí eu já enxerguei que eu tava demais e parei...

Osmar: O que te fez mudar?

Thiago: Vou te falar que todas as coisas que eu tinha te falado ali, eu fui vendo o que a minha mãe tava passando. Tipo, ba, qualquer mãe do mundo não merece passar por isso. Só de ir visitar nós já é uma humilhação, sabe? Mas mãe é mãe, né? É a única que fica do lado. A gente fala assim... Elas falam e a gente não entende, entendeu? Daí quando nós estamos já no erro, pagando pelo erro, a gente fala e elas não entende, entendeu? É que nem eu falei pra minha mãe, ba, só de mandar uma carta pra mim já me conforta. E ela “não, eu vou ir!”, e ia. Todas as quartas. Quarta e sábado a minha visita. Daí, ba, eu já pensava na rua, quando vê eu já ficava pensando, pensando e ficava quieto no meu canto. Aí quando tu tá trancado tu não pode pensar muito, tipo na rua, na família, que daí já desandava tudo. Começa a escorrer umas lágrimas... Mas isso daí... Foi só uma fase, né? Daí quando vê, passou, fui de novo. Daí ba, sei lá, foi demais. Daí parei, graças a deus... (Thiago, 19 anos, abril de 2021).

Nesse sentido, uma grande ruptura na vida de Max foi causada pelos impactos do período em que ficou em privação de liberdade na FASE:

Osmar: E pra ti o que significa família?

Max: Um amor. Antes eu não sabia valorizar, agora é totalmente diferente... Antes no natal, dois natais, de 2018 e 2017, eu não passei [com a minha família]... Eu tava perto deles, mas eu nem fui lá dar um abraço neles. Ficava na rua. Aí quando eu tava preso dentro da FASE, a família passou junto comigo. E o outro natal eu passei na rua, junto com a família.

Osmar: A tua família ia te visitar assim com frequência?

Max: Com frequência. Minha mãe era a única, sempre ia. Ninguém ia, quem vão, que ganha apoio mesmo, é os caras que tem familiar. Que ninguém ia, ninguém, ninguém. Já vi bruxo chorar lá dentro. Eu já chorei.

(...)

Max: Quando eu cai, ninguém, ninguém... Nem pra ligar, entendeu? Pra nada... Nem pra nada. Pra nada. Nem pra dar uma bala, um chiclete, nada, nada. Eu esperei cada brete, que é tipo, as coisas que eu fazia por eles e não ganhava nada. Eu não quero passar isso de novo, entendeu? Não quero tá debaixo de chuva traficando pra eles, não quero tá lá matando por eles... (Max, 16 anos, maio de 2021).

Além do contexto de exposição aos efeitos concretos da violência, outro elemento que está presente em ambos os relatos é a importância que cada jovem passou a dar para seus vínculos familiares, principalmente para a figura materna. Tanto Thiago (“Mas mãe é mãe, né? É a única que fica do lado”) quanto Max (“Minha mãe era a única, sempre ia”) destacaram que a relação com suas mães operaram como um importante fator diretamente relacionado com a dissuasão de trajetórias infracionais e o distanciamento de coletivos criminais e do “mundo do crime”.

4. ESSA HISTÓRIA DE SER HOMEM

Quando eu estava prá nascer
 De vez em quando eu ouvia
 Eu ouvia a mãe dizer
 Ai meu deus como eu queria
 Que essa cabra fosse home
 Cabra macho prá danar
 Ah! Mamãe aqui estou eu
 Mamãe aqui estou eu
 Sou homem com H
 E como sou

Ney Matogrosso

O objetivo deste capítulo é aprofundar o debate sobre a dimensão de gênero que atravessa as dinâmicas de sociabilidades dos adolescentes envolvidos com o “mundo do crime”, especialmente quanto ao processo de construção das suas identidades masculinas. Para isso, primeiramente realizarei um debate teórico sobre gênero e masculinidades para então chegar na apresentação dos dados e discussão dos resultados obtidos na pesquisa de campo.

Assim, meu primeiro esforço será de discutir o que se entende quando se fala em gênero e relações de gênero. Em outras palavras, busco a delimitação conceitual dessa ideia tão difundida na sociedade e na academia, por compreender que as masculinidades são construções sociais inseridas dentro das relações de gênero. A discussão aqui gira em torno de conceitos-chave para esse campo de estudos, como identidade, relações de poder, interseccionalidade, performatividade, estrutura social e corporificação social. Além de compor uma cartilha temática já tradicional nos estudos sobre gênero, ter essas noções claras desde o início auxiliará na discussão sobre essa história de ser homem e, por consequência, no momento das análises propriamente ditas dos dados extraídos na pesquisa de campo.

Em seguida, abordo a forma como a temática de homens e masculinidades foi inicialmente mobilizada através de movimentos e organizações da sociedade civil, passando a constituir um campo de estudo ora autônomo, ora inscrito dentro dos estudos sobre gênero. Assim, em primeiro lugar, argumentarei que os movimentos feministas tiveram um papel fundamental na inserção do tema da masculinidade no debate público e em pesquisas

acadêmicas. Em segundo, apresentarei um apanhado histórico dos principais autores e autoras, obras, perspectivas e tendências adotadas no campo de pesquisas dessa temática.

Na sequência, o debate teórico sobre homens e masculinidades partirá da premissa de que existe um ordenamento hierárquico entre as múltiplas formas de masculinidade em uma dada sociedade e época, de modo a construir noções hegemônicas e não-hegemônicas. Minha intenção, então, é propor um enfoque sobre as tensões e dinâmicas presentes entre esses modelos, privilegiando a abordagem relacional e intracategorial, ao invés de buscar diferenças entre homens e mulheres sob uma perspectiva essencialista, binária e rígida.

Por fim, a exposição dos resultados empíricos parte da reconstrução biográfica. Aqui, busco apresentar alguns pontos e dimensões referentes às identidades masculinas dos meus interlocutores, com o fim de discutir as suas representações de gênero e como elas são atravessadas pela inserção no “mundo do crime”. A discussão nessa última seção está sistematizada em torno das suas relações interpessoais no âmbito familiar, nos relacionamentos afetivos e nos círculos de amizade, passando tanto pelos aspectos de convergência e divergência entre as distintas histórias de vida e trajetórias infracionais, como também as continuidades e rupturas em cada uma.

4.1. O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO

Trabalhar com a categoria gênero não é tarefa fácil. Embora seja uma palavra incorporada ao cotidiano de muitos segmentos sociais, há ainda muita discussão acerca da sua conceituação, bem como de seus usos e limites. Além disso, no contexto brasileiro recente, muitas vezes o mero emprego do termo acarreta em reações calorosas, principalmente por parte de setores distantes do âmbito acadêmico. Nesse sentido, pesquisas recentes (ARAGUSUKU, 2018; SANTOS, 2018; SILVA, 2019) têm identificado o fortalecimento de uma mobilização política em torno da “ofensiva antigênero”³⁰. Portanto, cabe destacar, desde o início, que gênero é um campo de intenso debate, disputa e contestação.

³⁰ A ofensiva tomou forma no país no início da década de 2010 através do discurso da “ideologia de gênero”, surgindo em contraposição às transformações que ocorriam no campo de gênero e sexualidade, vinculadas ao avanço da inclusão e de políticas voltadas ao público LGBTQIA+ (ARAGUSUKU, 2018). Seu grande marco organizativo ocorreu nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação, em 2014, por meio da retirada do termo “gênero” dos planos nacionais, estaduais e municipais de educação, configurando-se um passo estratégico para o esvaziamento dos debates de gênero e sexualidade (SILVA, 2019).

Não há, segundo a historiadora Joan Scott (2012), um uso ordinário e consensualmente aceito para explicar o que é gênero³¹. A terminologia foi empregada inicialmente por movimentos feministas na segunda metade do século XX³², referindo-se à organização social da relação entre homens e mulheres. Na época, a utilização do termo gênero foi responsável fundamentalmente por trazer duas novas perspectivas. De um lado, a noção de gênero indica a adoção de um viés relacional para as definições normativas que recaiam sobre homens e mulheres, de forma que ambos são compreendidos e definidos reciprocamente (SCOTT, 1995).

Por outro lado, também enfatiza o caráter social das distinções entre homens e mulheres, indicando que tanto as origens de suas identidades subjetivas, quanto os papéis desempenhados na sociedade são construções exclusivamente culturais. Desse modo, gênero rejeita a ideia de determinismo biológico – implícito em expressões como “sexos” ou “diferença sexual”. Em outras palavras, afasta ideias que buscam na Biologia uma explicação comum para as diversas formas de subordinação feminina (SCOTT, 1995).

No célebre trabalho *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Scott (1995) argumenta que a história tradicional está centrada na descrição da história de homens brancos, relegando a segundo plano a participação de outros grupos sociais e étnicos no curso dos processos e transformações sociais. Nesse sentido, mesmo as iniciativas que buscaram ressaltar subverter essa lógica por meio da construção de uma “história das mulheres” acabaram por reforçar o protagonismo masculino, uma vez que tal diferenciação significaria que a participação das mulheres seria um “assunto à parte” da história tradicional, sendo encarada, portanto, como menos importante e política (SCOTT, 1995). Sobre essa questão:

Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em conseqüência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”). No que se refere à participação das mulheres na história, a

³¹ Os debates acerca da conceitualização de gênero, como bem apontado por Butler (2019), acarretam frequentemente na sensação de *problema*, especialmente quando sua indefinição é tomada como um obstáculo incontornável dos movimentos feministas. Considerando que problemas são inevitáveis, a autora argumenta que nosso trabalho é “descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los” (BUTLER, 2019, p. 7).

³² A história do conceito de gênero está intimamente ligada ao feminismo enquanto movimento social organizado, principalmente a partir da denominada “segunda onda”, em que o feminismo, “além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas” (LOURO, 1997, p. 15).

reação foi, na melhor das hipóteses, um interesse mínimo (“minha compreensão da Revolução Francesa não muda por saber que as mulheres dela participaram”) (SCOTT, 1995, p. 74).

Frente a isso, Scott (1995) aponta que as pesquisadoras feministas da época propunham que os estudos históricos não apenas buscassem novos temas de pesquisa abrangendo mulheres, mas que o próprio trabalho científico existente necessitava de um reexame crítico, de forma a permitir a transformação de premissas e paradigmas. Assim, gênero seria o mecanismo pelo qual seria possível formular uma nova forma de pensar a história, abarcando homens e mulheres – e as desigualdades entre eles – de forma relacional. Dessa forma, a noção de gênero torna-se uma ferramenta analítica tão relevante quanto classe e raça. Essas três categorias configuram os eixos em torno dos quais as desigualdades de poder se organizam socialmente (SCOTT, 1995).

Entretanto, cabe ressaltar a advertência de Scott sobre o uso de “gênero” enquanto sinônimo de “mulheres”, frequente na década de 1980 no contexto de busca pela legitimidade acadêmica para os estudos feministas. Nessas circunstâncias, “gênero” é reduzido a uma expressão que sugere erudição ao estar ajustada às terminologias próprias do campo das ciências sociais, porém dissociada do teor político (supostamente ruidoso) oriundo dos movimentos feministas. Nesses casos, o termo gênero oculta tanto os grupos sociais diretamente envolvidos, quanto a desigualdade de poder que atravessa esses grupos (SCOTT, 1995). Assim, a mera substituição da palavra “mulheres” por “gênero” não importa, necessariamente, no reconhecimento da organização desigual de poder entre homens e mulheres, como afirma Scott no trecho abaixo:

Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça (SCOTT, 1995, p. 75).

A definição de gênero para a autora passa por dois processos tão interconectados que não podem ser separados: de um lado, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, de outro, é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995). Nesse sentido, Scott afirma que para compreender e explicar questões referentes às diferenças atribuídas a homens e mulheres é preciso prestar “atenção aos sistemas de significado, quer dizer, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais

ou para construir o significado de experiência” (SCOTT, 1995, p. 82). Desse modo, gênero é entendido como a lente de percepção através da qual se explicam os significados de macho e fêmea, masculino e feminino (SCOTT, 2012).

A parte inicial do conceito de Scott (1995) refere-se aos seus efeitos de gênero nas relações sociais e institucionais, sendo composta por quatro elementos interrelacionados. O primeiro aspecto diz respeito aos símbolos culturalmente disponíveis que evocam determinadas representações simbólicas (p. ex., Eva e Maria como símbolos femininos na tradição cristã ocidental). Já o segundo elemento trata dos conceitos normativos – expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas – cujas interpretações reduzem e limitam o significado do masculino e do feminino a uma oposição binária fixa, rejeitando e contestando abertamente possibilidades alternativas. Tal posição normativa emerge como a única viável ao ser considerada enquanto um produto do consenso social, ignorando-se qualquer processo conflitivo. O terceiro aspecto apontado pela autora faz referência às instituições e à organização social por meio de uma análise política, de modo que gênero não se restrinja a uma visão somente das relações de parentesco, mas que inclua também o mercado de trabalho, o sistema educacional, a ordem política, etc. O quarto e último elemento trata da identidade subjetiva, destacando que homens e mulheres reais não cumprem obrigatoriamente os termos das prescrições sociais (SCOTT, 1995).

A teorização acerca de gênero é desenvolvida de fato em sua segunda proposição, compreendendo que “gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88). Aqui, é preciso considerar que Scott rejeita a noção tradicional de poder social oriundo da filosofia política moderna, que o caracteriza pela unificação, coerência e centralização. Pelo contrário, a autora alinha-se à concepção foucaultiana de que o poder não é um fenômeno maciço e homogêneo.

Para Foucault (1995; 1999), poder não é algo que se partilhe entre os que têm e os que não têm, não podendo ser possuído como se fosse um bem material. O autor foge da noção tradicional de poder oriundo da filosofia política moderna, compreendendo que o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce³³. Dessa forma, o poder funciona em rede,

³³ Nesse ponto, cabe destacar que Foucault não tem “nenhuma intenção de diminuir a importância e a eficácia do poder de Estado. Creio simplesmente que ao insistir demais em seu papel, e em seu papel exclusivo, corre-se o risco de não levar em consideração todos os mecanismos e efeitos do poder que não passam diretamente pelo aparato estatal, que com frequência o fortalecem, o redirecionam e proporcionam a sua maior eficácia” (FOUCAULT, 1979, p. 119-120, tradução minha).

circulando entre indivíduos por meio de uma cadeia de relações. Portanto, cada um está sempre em posição de ser submetido ao poder, ao mesmo passo em que também pode exercê-lo.

O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e ordenar probabilidades da ação. O poder pressupõe uma relação, ainda que assimétrica, entre “sujeitos livres”, isto é, indivíduos ou coletivos que têm diante de si um leque de condutas, reações e modos de comportamentos possíveis. Aqui, a capacidade de resistência é uma premissa incontornável, caso contrário não se estaria diante de uma relação de poder nos termos foucaultianos, mas sim de uma relação física de coação e de pura dominação – como a escravidão (FOUCAULT, 1995).

Assim, retomando a autora, as relações de poder podem ser entendidas enquanto constelações dispersas de relações desiguais, constituídas de forma discursiva em “campos de força” sociais. Essa perspectiva permite reconhecer que há espaço para a agência humana no interior dos processos e estruturas sociais, concebida a partir da tentativa do sujeito, ao menos em parte racional, de construir sua identidade, vida, conjunto de relações e sociedade (SCOTT, 1995).

Scott (1995) também se vale da abordagem bourdieusiana para afirmar que, através de um conjunto objetivo de referências, gênero estrutura a percepção e a organização, concreta e simbólica, de toda a vida social. Desse modo, ao passo em que estabelece distribuições desiguais de controle ou de acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, gênero torna-se diretamente implicado na própria concepção de poder.

Ainda, Scott argumenta que, por meio da apreensão das maneiras com que a noção de gênero legitima e constrói as relações sociais, é possível compreender as formas particulares pelas quais a política produz o gênero e o gênero produz a política. Em outras palavras, gênero “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 89).

As contribuições de Joan Scott apresentadas aqui foram paradigmáticas para a difusão do conceito de gênero nas ciências sociais, possibilitando o aprofundamento sobre suas potencialidades e seus limites. Seguindo nesse caminho, a filósofa Judith Butler trouxe novas contribuições emblemáticas para o campo a partir das teorias pós-estruturalistas, principalmente na obra *Problemas de Gênero*.

Primeiramente, destaco a existência de importantes aproximações entre Butler e Scott, como a influência das teorias foucaultianas em suas obras, que em muitos momentos é expressa, mas em outros aparece como uma referência implícita. A principal referência é que ambas as autoras partem da ideia de poder de Foucault (1979; 1999), uma vez que para Butler (2019, p. 8), o poder parece “ser mais do que uma permuta entre sujeitos ou uma relação de inversão constante entre um sujeito e um Outro; na verdade, o poder parecia operar na própria produção dessa estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero”.

A pergunta que cabe, então, é perguntar que configuração de poder constrói essa relação binária de “homens” e “mulheres”? Para tratar dessa questão e explicar o que chama de categoriais fundacionais – sexo, gênero e desejo – enquanto efeitos de uma composição específica de poder, Butler (2019) propõe a utilização da genealogia foucaultiana. Segundo a autora:

A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como *origem e causa* categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2019, p. 9-10).

Dessa maneira, a autora sugere que a investigação das questões de gênero não deve focalizar em uma suposta origem da categoria, mas aprofundar-se no processo contínuo de sua produção como efeitos de instituições, práticas e discursos múltiplos e difusos (BUTLER, 2019).

Outra contribuição relevante de Butler (2019) diz respeito à crítica de se adotar uma identidade essencializante da categoria mulher a partir da suposição de um sujeito universal no âmbito das teorias feministas. Em primeiro lugar, há pouca concordância quanto ao que compõe – ou deveria compor – a categoria mulher, de modo que esse próprio sujeito não é mais compreendido em termos estáveis e permanentes. Nesse sentido, Butler (2019, p. 21) afirma que “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”, argumentando que o termo não possui um conteúdo exaustivo.

Isso acontece porque a variação de contextos históricos impede a construção de gênero enquanto uma categoria coerente e consistente, de tal forma que é impossível separar as interseções políticas e culturais – raça, classe, etnia, sexualidade, entre outras – das identidades discursivamente constituídas. A presunção da existência de uma identidade

universal da mulher, cujo núcleo ontológico está presente em qualquer cultura e em qualquer tempo, acarreta igualmente na ideia de que também a opressão dessas mulheres possui uma forma homogênea, afetando todas as mulheres em iguais proporções (BUTLER, 2019; OYĚWÙMÍ, 2004; MOHANTY, 1984). Aqui, é possível encontrar pistas sobre a noção de interseccionalidade, que foi abordada, conceituada e aprofundada por diversas feministas negras, em especial a estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989; 1991; 2002).

Nesse ponto, o argumento central de Butler (2019) é que – por mais que as questões identitárias constituam elementos políticos de extrema importância para os movimentos feministas – qualquer marcação identitária acarreta na produção de efeitos excludentes sobre os sujeitos que supostamente agruparia. Assim, para a autora, o conceito de identidade pode ser compreendido enquanto um mecanismo que gera a estabilidade interna e viabiliza a inteligibilidade de seus sujeitos.

Nesse ponto, considero importante trazer as críticas e contribuições da socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2004). A autora busca interrogar as teorias de gênero e seus conceitos conexos com base nas experiências e epistemologias culturais africanas, tendo em vista que a modernidade³⁴ é marcada pela expansão europeia e pelo estabelecimento de uma hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo³⁵. Nesse contexto se inserem os conceitos oriundos da teoria feminista ocidental que, como argumenta Oyèwùmí, estão fundamentados em uma lógica de família nuclear patriarcal.

De acordo com Oyèwùmí (2004), a família nuclear é o espaço *generificado* por excelência, caracterizada por um lar unifamiliar estruturado ao redor da unidade conjugal composto por uma mulher subordinada e um marido patriarcal, além das filhas e dos filhos. Em um domicílio generificado com dois genitores, mas “chefiado” por uma figura masculina, o homem é concebido como o “ganhador de pão”, enquanto a mulher é associada ao lar, aos cuidados e à maternagem. Esse modelo generificado de família nuclear reduz a mulher à condição de esposa: mesmo antes de ser mãe, ela é compreendida enquanto esposa de um homem patriarcal, uma vez que a maternidade é definida a partir da relação sexual, e não

³⁴ Aqui, modernidade é entendida enquanto “o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, bem como o estabelecimento de estados-nação e o crescimento das disparidades regionais no sistema-mundo” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 1, tradução minha).

³⁵ Vale ressaltar a crítica de Connell (2012) quanto à existência de uma assimetria geopolítica na divisão social do trabalho intelectual. A autora argumenta que o Sul global (periferia) é a região na qual se coletam dados em grande escala, enquanto a formação metodológica e conceitual, o processamento de dados e o debate teórico acontecem preponderantemente nos países do Norte global (centro/metrópole).

como uma relação de descendência. Nessa perspectiva, a mulher, ou melhor, a esposa nunca está fora do domicílio. “Como um caracol, ela carrega a casa em torno de si mesma” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 4, tradução minha).

Assim, a família nuclear promove e reforça o gênero enquanto uma categoria natural e inevitável, ao mesmo passo em que inexistem categorias transversais desprovidas de gênero. Diante disso, a autora conclui que “as distinções de gênero são fundamentais para o estabelecimento e funcionamento deste tipo de família e a principal fonte de hierarquia e opressão dentro dela” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 4, tradução minha). Desse modo, gênero é a categoria fundamental da diferença nas famílias nucleares ocidentais.

O argumento central de Oyèwùmí (2004) é que essa configuração de família não é universal, sendo, pelo contrário, uma formatação particularmente euro-americana. A autora apresenta como exemplo a sociedade Iorubá, do sudoeste nigeriano, cuja organização familiar se dá através da antiguidade (idade) de seus membros ao invés de gênero³⁶. O modelo de família tradicional Iorubá não é generificado, justamente porque os centros de poder, assim como os papéis de parentesco, são difusos e não especificados pela lente rígida de gênero. O caso apresentado pela autora adverte quanto aos desafios atrelados “aos universalismos injustificados de discursos de gênero feministas” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 8, tradução minha).

A utilização de uma concepção de gênero que leve em consideração apenas a família nuclear, a partir do pensamento tradicional do feminismo branco ocidental, exclui outras variáveis como raça e classe, uma vez que as famílias geralmente não são organizadas de acordo com essas categorias (OYĚWÙMÍ, 2004). Aqui, cabe refletir com Crenshaw (1991) a respeito do problema das identidades políticas como categorias, tendo em vista que elas frequentemente ignoram as diferenças presentes dentro do próprio grupo social em questão a partir da homogeneização das identidades e das experiências de seus sujeitos.

Abordando o exemplo de mulheres de cor³⁷, Crenshaw (1991) expõe que os movimentos feministas e antirracistas contemporâneos falharam em muitas ocasiões ao não

³⁶ Um exemplo disso – demonstrando que a antiguidade é o critério de distinção presente desde a estruturação da linguagem – é que a palavra “egbon” refere-se ao/à irmão/irmã mais velho/a, enquanto “aburo” designa o/a irmão/irmã mais novo/a, independente da identificação de gênero da pessoa (OYĚWÙMÍ, 2004).

³⁷ Crenshaw utiliza o termo “women of color” para designar mulheres de pele escura de diferentes etnias. Ainda que muitas pesquisadoras e pesquisadores usem a expressão como sinônimo para “mulheres negras”, a autora confere significados diferentes para os termos, inclusive reconhecendo que as mulheres/pessoas de cor não constituem um grupo cultural específico, ao contrário do que ocorre com negros, asiáticos, latinos e outras minorias (CRENSHAW, 1991). Diante disso, optei por traduzir literalmente a expressão utilizada pela autora, embora caiba ressaltar que, no Brasil, a expressão muitas vezes é mobilizada de forma pejorativa e falaciosa, sugerindo que pessoas brancas não são racializadas.

considerar os problemas e vivências dessas mulheres como parte de um conjunto emaranhado de opressões, entendendo, ao invés disso, como se estivessem localizadas em espaços mutuamente excludentes. Dessa forma, por pertencerem a duas categorias simultaneamente (mulheres *e* de cor) dentro de movimentos que são constituídos para atenderem a uma categoria *ou* outra, as mulheres de cor acabam marginalizadas pelas duas instâncias (CRENSHAW, 1989; 1991; COLLINS; BILGE, 2016; hooks, 1982). Sobre esse ponto:

Quero sugerir ainda que esse enquadramento de eixo único apaga as mulheres negras na conceituação, identificação e remediação da discriminação racial e sexual, limitando a investigação às experiências de membros do grupo que de outra forma são privilegiados. Em outras palavras, em casos de discriminação racial, a discriminação tende a ser vista a partir de negros privilegiados por sexo – ou classe; em casos de discriminação sexual, o foco está em mulheres com privilégios de raça – e classe (CRENSHAW, 1989, p. 140, tradução minha).

A *interseccionalidade* formulada por Crenshaw (1991) possibilita o emprego da categoria gênero de forma associada a outros marcadores sociais, como raça, classe social e identidade sexual, de modo a revelar a existência de diferentes situações de opressão de acordo com essas categorias. Isso porque tais marcadores correspondem a “‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (CRENSHAW, 2002, p. 173). O conceito busca capturar as consequências estruturais e as dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos da subordinação – como racismo, patriarcado, opressão de classe, entre outros sistemas discriminatórios (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2018).

A autora explica a interseccionalidade através de um exemplo já célebre na literatura. Nessa ilustração, os eixos de subordinação – raça, etnia, classe, gênero – constituem-se como avenidas que pavimentam e estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Essas vias não são excludentes entre si, mas, pelo contrário, compõem sistemas que frequentemente estão sobrepostos e cruzados, formando a intersecção onde os eixos estão entrecruzados. Assim, mulheres racializadas muitas vezes estão localizadas em um ponto onde as opressões de raça, classe e gênero se encontram (CRENSHAW, 2002).

Tratando especificamente sobre o contexto brasileiro, Carla Akotirene (2018) alerta para o fato de que, em razão de critérios raciais e separatismos identitários, muitas vezes raça é considerada como uma categoria inferior diante de outras, como sexualidade, gênero ou classe, uma vez que “o branco LGBT, a mulher dita ocidental, a classe trabalhadora e o brasileiro mestiço, jamais declaram que são brancos no Brasil” (AKOTIRENE, 2018, p. 40).

A análise da branquitude, nesses casos, é invisibilizada, sugerindo a falsa uniformização de vulnerabilidades no que diz respeito à raça. Diante disso, Akotirene (2018) argumenta que as opressões são heterogêneas, porém conectadas de tal forma que não é possível hierarquizá-las. A interseccionalidade possibilita a articulação de clivagens identitárias. No lugar de “somar” marcadores sociais, é preciso analisar as múltiplas condições estruturais que atravessam os sujeitos.

Outro aspecto relevante da obra de Butler (2019) é a crítica quanto à distinção radical entre sexo e gênero. As primeiras concepções de gênero buscavam questionar a formulação de que a biologia constitui o destino inafastável dos sujeitos. Por isso, se gênero era entendido como o campo construído socialmente, o sexo por outro lado era considerado como uma dimensão natural, anatômica, cromossômica e hormonal. Desse modo, gênero é encarado como o espaço de interpretação múltipla de um sexo fixo e imutável.

O argumento de Butler é que gênero não deve ser restringido à inscrição cultural de significados a um sexo ontológico. O gênero precisa designar também o próprio aparato pelo qual se produzem os sexos. Isso porque o sexo não é um dado objetivo da natureza, tampouco “uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura” (BUTLER, 2019, p. 27), ou seja, seja como órgão ou enquanto prática, sexo não deve ser entendido como uma manifestação biológica exata ou uma pulsão natural do corpo (PRECIADO, 2014). Ele também é um meio discursivo/cultural através da qual a “natureza sexuada” ou o “sexo natural” são estabelecidos enquanto elementos “pré-discursivos”, isto é, anteriores à cultura (BUTLER, 2019). Diante disso, a autora conclui que:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2019, p. 27).

Além disso, colocar o sexo no domínio pré-discursivo é uma maneira eficaz de assegurar a estabilidade interna da estrutura binária dos sexos, que, por sua vez, está intimamente ligado ao paradigma da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2019). Por isso, segundo Guacira Lopes Louro (1997), problematizar a polaridade fixa estabelecida entre os sexos significa desconstruir ao mesmo tempo a oposição estabelecida entre eles e a própria unidade interna de cada um. De acordo com a autora:

Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um

desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (LOURO, 1997, p. 31-2).

Butler (2018) argumenta que o conceito de gênero não deve partir de um modelo estável e pré-discursivo de identidade. Pelo contrário, a identidade de gênero constitui-se de forma tênue no tempo por meio da repetição estilizada de atos, de modo que não há um “eu” generificado anterior a esses atos. Além disso, gênero não é algo “feito” sozinho, ele “está sempre se ‘fazendo’ com ou para o outro, mesmo que o outro seja apenas imaginário”³⁸ (BUTLER, 2004, p. 1, tradução minha). Os atos ritualizados não devem ser entendidos por uma perspectiva individual, mas sim como performances compartilhadas entre sujeitos, isto é, uma “ação coletiva” (BUTLER, 2018). Isso corresponde a um elemento essencial da teoria de gênero da autora: a performatividade.

Assim, gênero é compreendido enquanto uma atividade incessantemente performada. Aqui, o caráter incessante da performatividade de gênero significa que a repetição de atos ocorre durante toda a vida do sujeito, desde o momento do seu nascimento ou mesmo antes dele. Nesse sentido, Preciado (2014) aponta que mesmo expressões em princípio descritivas (“ela é uma menina” ou “ele é um menino”) pronunciadas nas etapas iniciais da vida humana, na verdade são invocações performativas, pois estão mais próximas de expressões contratuais proferidas em rituais sociais (como o “sim, eu aceito” em um casamento) do que de enunciados descritivos (“este corpo tem uma vagina” ou “este corpo tem um pênis”).

Declarações como “é uma menina” ou “é um menino” podem ser compreendidas como definições sobre um corpo, uma vez que inauguram e instalam um processo que, em tese, deve seguir uma direção predeterminada. Desencadeia-se, dessa forma, um processo de “fazer-se” enquanto um corpo feminino ou masculino a partir de características físicas as quais são atribuídas significações culturais. O ato de nomear e definir o corpo reforça a lógica de sexo enquanto imutável, a-histórico e binário, além de inscrito na sequência sexo-gênero-sexualidade, no qual sexo, supostamente, determina o gênero e induz a única forma possível de desejo (LOURO, 2020).

Gênero é um tipo de fazer que em grande medida ocorre sem o conhecimento ou a intenção das pessoas. Isso, por outro lado, não implica que seja uma atividade automática ou mecânica (BUTLER, 2006). Se a identidade de gênero é fundamentada na repetição estilizada

³⁸ No mesmo sentido, Connell afirma que “ser homem ou mulher, então, não é um estado predeterminado. É um *tornar-se*, uma condição ativamente em construção” (CONNELL, 2009, p. 5, tradução minha).

de atos no tempo, então é preciso considerar as possibilidades de se transformar o gênero justamente através das mais diversas formas alternativas de repetição, ruptura, improvisação ou mesmo de repetição subversiva do estilo desses atos (BUTLER, 2018). Sempre existem aqueles e aquelas que transgridem as normas e subvertem os arranjos. A imprevisibilidade, como afirma Guacira Lopes Louro (2020), é parte inerente do percurso.

Nesse mesmo sentido, Connell (2009) pontua que os caminhos traçados pelas pessoas dentro da estrutura de gênero são diversos e muitas vezes envoltos em tensões e ambiguidades. Em muitos casos, um padrão que parece tão nítido e rígido na superfície, em um exame aprofundado se torna complexo e incerto. Desse modo, ao mesmo tempo em que não se pode tomar a feminilidade ou a masculinidade como fixadas pela natureza, também não se deve considerá-las como simplesmente impostas externamente através de normas e pressões sociais. Os sujeitos se constroem como pessoas generificadas, ou melhor, “nós fazemos o nosso próprio gênero, mas não somos livres para fazê-lo como quisermos” (CONNELL, 2009, p. 74, tradução minha).

Para Butler (2018), os atos e os atributos de gênero – ou seja, as distintas maneiras possíveis pelas quais um corpo mostra e produz seu próprio significado cultural – são performativos. Como não há identidade preexistente, não faz sentido falar em ato de gênero verdadeiro ou falso, real ou distorcido – a própria postulação de uma identidade de gênero verdadeira se traduz como uma ficção reguladora. Nesse sentido:

Dizer que a realidade de gênero é criada por performances sociais contínuas significa que as próprias ideias de um sexo essencial, de uma masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou constantes, também são formadas como parte de uma estratégia por meio da qual o aspecto performativo do gênero é ocultado (BUTLER, 2018, p. 13).

Portanto, para a autora, gênero é um ato, um fazer. Gênero não se refere a algo que se é, mas a algo que se pratica o tempo todo. Nesse tópico, vale ressaltar a crítica de Paul B. Preciado à Butler, no sentido de que gênero não deve ser resumido à performatividade, compreendendo que “gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos” (PRECIADO, 2014, p. 29). Nessa linha se encontra Raewyn Connell, socióloga australiana.

Por um lado, a autora ressalta que o conceito pode ser definido de formas muito plurais: um papel, uma identidade, uma formação discursiva, uma classificação de corpos, etc (CONNELL, 2016). Por outro, Connell (2009) afirma que gênero se refere, sobretudo, às

relações sociais nas quais indivíduos e grupos atuam. Assim, considerando que relações sociais cujos padrões são duradouros e generalizados correspondem ao que a teoria social chama de estrutura, gênero deve ser entendido enquanto uma estrutura social. Como outras estruturas sociais, deve-se levar em conta a multidimensionalidade do seu conceito: não se trata apenas da questão da identidade, trabalho, poder ou sexualidade, mas todos esses aspectos de uma vez.

Connell (2005, p. 71, tradução minha) define que “gênero é um meio pelo qual a prática social é ordenada”. A composição dessa estrutura particular, segundo a autora, passa por quatro dimensões essenciais: (i) a *divisão sexual do trabalho*, que aborda a organização do trabalho doméstico e de cuidado, a divisão entre o trabalho pago e o não-pago e as segregações que atravessam o mercado de trabalho; (ii) a *divisão social do poder*, que diz respeito às atribuições de autoridade nos espaços públicos e privados mediante o controle da sexualidade e a violência, institucional ou não, contra mulheres; (iii) a *estrutura da catexia*, que tem a ver com padrões de desejo, erotismo e afetividade, que não decorrem diretamente das relações de trabalho e poder; (iv) a *dimensão simbólica*, que trata das interpretações e construções discursivas das práticas sociais de gênero, ou seja, das representações culturais de gênero (CONNELL, 1987; 2005).

No entanto, gênero corresponde a um tipo muito particular de estrutura social, tendo em vista que envolve uma relação muito específica com os corpos dos indivíduos (CONNELL, 2009). Sobre essa relação, Connell adverte:

Isso é reconhecido na definição de gênero do senso comum como uma expressão da diferença natural, a distinção corporal entre o masculino e o feminino. Nós certamente somos uma das espécies que se reproduzem sexualmente em vez de vegetativamente (embora a clonagem possa mudar isso em breve!). Alguns aspectos de nossa anatomia são especializados para esse propósito, e muitos processos biológicos em nossos corpos são afetados por isso. O que está errado com essa definição não é a atenção aos corpos, nem a preocupação com a reprodução sexual, mas o estreitamento da complexidade e adaptabilidade biológica em uma dicotomia rígida, e a ideia de que os padrões culturais simplesmente “expressam” diferenças corporais (CONNELL, 2009, 10-11, tradução minha).

Portanto, ainda que se reconheça a íntima ligação de gênero (enquanto estrutura social) com os corpos de indivíduos, não é possível concluir que os arranjos sociais expressam diferenças biológicas, tampouco que há uma “base biológica” fixada para o processo social de gênero. Os corpos são construídos socialmente e possuem agência, ou seja, são ao mesmo tempo objetos e agentes das práticas sociais. Em torno dessas práticas nas quais os corpos

estão envolvidos se formam as estruturas sociais e as trajetórias pessoais, que por sua vez fornecem as condições para o surgimento de novas práticas endereçadas aos mesmos corpos. É, portanto, um processo cíclico, permeado de diversos circuitos ligando processos corporais e estruturas da sociedade (CONNELL, 2009). Esse é o processo que Connell denomina como *corporificação social*³⁹.

Em resumo, Connell (2016, p. 16) compreende gênero enquanto “uma questão de experiência cotidiana, minuto a minuto, para toda a população”. Segundo a autora, o gênero se perfectibiliza por meio de práticas sociais que, por sua vez, demandam corpos localizados no tempo e no espaço. Para ela, tais práticas “envolvem mãos que fazem, olhos que observam, peles que sentem, cérebros que raciocinam e sofrem” (CONNELL, 2016, p. 17). Isso quer dizer que gênero depende de corpos, ou, em outras palavras, que é um fenômeno corporificado historicamente.

4.2. ESTUDOS SOBRE HOMENS E MASCULINIDADES

Como abordado na seção anterior, mulheres constituíram a preocupação explícita dos movimentos feministas que iniciaram a mobilização política e teórica a respeito da categoria gênero na década de 1970. Gênero teve papel fundamental na recusa da ideia de que a biologia era destino, argumentando, ao contrário, que os papéis designados para as mulheres não passavam de convenções sociais. Nesse sentido, Scott (2012) reconhece que mesmo as dicotomias sexo-gênero e natureza-cultura tiveram sua relevância, na medida em que compuseram um esforço interessante para se opor à discriminação sofrida por mulheres, uma vez que a fisiologia genital raramente era/é invocada para explicar porque os homens fazem o que fazem.

Com o avanço das articulações feministas, a noção de gênero foi concebida como uma construção social com o objetivo de analisar a relação entre mulheres e homens em termos de desigualdade de poder. Aqui, a ideia é que gênero, enquanto um sistema de organização

³⁹ No original, Connell utiliza o termo “social embodiment” (em alguns casos apenas “embodiment”) que muitas vezes é traduzido para o português como “incorporação”, possuindo o sentido de adição ou fusão, diferente do proposto pela autora. Além disso, a expressão aproxima-se da noção bourdieusiana de habitus, que descreve a incorporação das disposições que orientam a ação das pessoas diante do conjunto cultural e simbólico a que tiveram acesso. Para Connell, gênero passa por um processo semelhante, mas com a especificidade de ser o corpo a principal arena de incidência das dinâmicas de gênero (MOSCHKOVICH, 2016). Optei pelo uso do termo “corporificação”, mas não se ignora outras traduções, como a expressão “encorporação” em Connell e Messerschmidt (2013),

social, é aplicado a todos os sujeitos sem deixar ninguém de fora. Gênero, assim, deveria compreender mulheres e homens, buscando desvelar como os traços atribuídos para cada gênero justificava os tratamentos diversos que cada um recebia, como ocorria o processo de naturalização de aspectos sociais, econômicos e políticos e como se dava o condensamento da pluralidade de identidades em um sistema binário rígido e hierarquicamente arranjado (SCOTT, 2012).

No entanto, como argumenta Scott (2012), o foco de muitos trabalhos acadêmicos e movimentos políticos que mobilizam, em algum grau, o conceito de gênero tem recaído quase que exclusivamente sobre as mulheres. Em alguns casos, isso pode deixar implícita a falsa ideia de que homens não são sujeitos generificados, como se fossem alheios à estrutura de gênero e aos seus efeitos. Nesse sentido, Kimmel e Messner (2010) argumentam que os mecanismos que possibilitam os privilégios de raça, gênero e classe tornam-se invisíveis para aqueles que são por eles favorecidos, na mesma medida em que ficam nítidos para as pessoas que sofrem com as opressões dessas categorias em suas vidas cotidianas. Desse modo, o homem branco de classe média compreende-se e é compreendido como um ser humano universalmente generalizável, despido de raça, classe ou gênero.

De acordo com Medrado e Lyra (2018), ao mesmo tempo em que não se pode dizer que os estudos sobre homens e masculinidades seja um tema novo no Brasil, tampouco é possível afirmar que se constitui como um objeto ampla e profundamente explorado. Ainda há muito que se investigar e debater. A masculinidade segue sendo um assunto emergente nas ciências sociais. O objetivo aqui é apresentar a temática a partir da sua mobilização através de movimentos sociais, particularmente o feminismo, e sua constituição enquanto campo de estudo.

4.2.1. Precedentes, diálogos e tensões com os movimentos feministas

Desde o início desta década há um processo de intensificação na produção sociológica em torno da noção da masculinidade, evidenciando um importante indicador da relevância que o tema vem adquirindo enquanto campo de estudos científicos. Uma leitura apressada poderia vincular este crescimento aos movimentos, coletivos e individuais, de homens que passaram a repensar suas concepções, práticas e privilégios e buscaram discutir o sexismo e a dominação patriarcal. Isso talvez seja uma “meia verdade”, pois é preciso considerar que boa

parte dos trabalhos acadêmicos que tratam sobre a masculinidade é produzida por mulheres (MEDRADO; LYRA, 2008).

A formação e o desenvolvimento do interesse político e acadêmico sobre as masculinidades resultaram do esforço de diversos segmentos da sociedade civil organizada, como, por exemplo, os movimentos em defesa dos direitos sexuais – na época identificados como movimentos gay e lésbico – ao tensionar a rigidez e os preconceitos que atravessavam as identidades sexuais (MEDRADO; LYRA, 2012), assim como o movimento negro, cuja atuação contribuiu para a transformação dos modelos vigentes de masculinidade (NASCIMENTO, 2018). No entanto, se é possível traçar o principal responsável pelo fomento do debate e reivindicação por uma ressignificação da masculinidade, então é preciso falar sobre o feminismo (CONNELL, 2016).

Os movimentos feministas são incontornáveis para se abordar a masculinidade. Aqui, cabe apresentar o apanhado histórico dessa conturbada relação através da obra de bell hooks (2019). Em que pese a autora proponha seu debate a partir da experiência estadunidense, há diversos paralelos possíveis com a realidade brasileira atual, justificando sua exposição nesta seção. De acordo com a autora, o início do movimento feminista contemporâneo contou com a presença de um grupo “anti-homem”, constituído por mulheres heterossexuais que viveram um relacionamento íntimo com um homem, marcado pelo machismo, violência e infidelidade, incluindo aqui homens que pautavam outros movimentos de justiça social⁴⁰.

Como homens estavam presentes somente como um pano de fundo do discurso político das mulheres, opositores do feminismo perceberam que questões atinentes a homens e meninos constituíam um terreno fértil a ser explorado. Contudo, o foco dessa abordagem não estava em atender as demandas específicas de um segmento populacional, mas para deslegitimar o movimento feminista como um todo (CONNELL, 2016).

Segundo hooks (2019), a mídia de massa conservadora teve um papel importante na propagação da ideia de que “mulheres odeiam homens”. Mesmo quando existiam efetivamente grupos, indivíduos ou sentimentos anti-homem, a superexposição midiática – quando não aliada à distorção jornalística – funcionava como um mecanismo deslegitimador

⁴⁰ Há um paralelo interessante com a figura contemporânea, no Brasil, do “esquerdomacho”. Segundo Bastos (2018, p. 89), a categoria é mobilizado por “movimentos feministas para se referir a homens progressistas politicamente, que tem discursos de igualdade entre gêneros, se autodenominam feministas ou pró-feministas, no entanto, são abusivos em suas relações e reproduzem discursos excludentes ou agressivos em relação a mulheres”.

para o movimento como um todo. Nesse sentido, foi acrescentado a ideia de que toda feminista era lésbica, reforçando o sentimento anti-feminista a partir dos homens, agora atualizado pelo viés homofóbico.

O avanço nas discussões no interior dos movimentos feministas considerou, de forma não hegemônica, que o problema não residia nos homens em si, mas sim no patriarcado, no sexismo e na dominação masculina, possibilitando um deslocamento de uma perspectiva focada no indivíduo para formas de dominação que atravessam toda a sociedade. Essa virada construía uma questão tão complexa quanto fundamental. Entrava em cena tanto o papel da mulher na manutenção e reprodução do sexismo, quanto os seus efeitos deletérios para os homens, como a própria imposição de uma masculinidade sexista (hooks, 2019).

A polarização é acirrada a partir do momento que temos, de um lado, homens antifeministas detentores de uma voz pública com bastante amplitude e rápida capacidade organizativa, e de outro, tensões internas ao movimento feminista em razão da discordância por parte de algumas mulheres em aceitar a adesão de homens antissexistas, por manterem a convicção de que todo homem era opressor ou de que todos odiavam as mulheres. Nesse tópico, hooks (2019) retoma a polêmica sobre o papel da mulher na manutenção do sexismo ao problematizar o processo de essencialização que destina invariavelmente a posição de vítima às mulheres e a de inimigo para os homens.

Os primeiros movimentos organizados de “libertação do homem”, conforme hooks (2019), foram concebidos em detrimento da representatividade negativa que era atrelada à masculinidade. Dessa forma, em que pese tenham pautado a discussão sobre os papéis sexuais rígidos estabelecidos pelo sexismo, não havia nenhuma preocupação quanto aos seus efeitos prejudiciais nas mulheres, ou seja, um movimento desvinculado do compromisso de tensionar a dominação masculina. Assim, ainda que os grupos anti-homem fossem minoritários dentro do movimento feminista, foram utilizados discursivamente de forma oportunista para desviar o foco de suas responsabilidades frente ao sexismo e à dominação masculina.

Para hooks (2019), não houve uma abordagem eficiente que tratasse das formas que homens possam ser antissexistas, tampouco uma discussão que desse conta de formular uma masculinidade alternativa à sexista. Não raras vezes o que é apresentado como alternativa é a visão de homens mais “femininos”, que ao contrário de proporcionar uma ruptura acaba por reproduzir estereótipos de gênero e reiterar o sexismo. Por outro lado, a autora argumenta que uma visão alternativa de masculinidade fomentaria nos indivíduos a sua autoestima, enquanto

base da sua identidade, uma vez que considera que “culturas de dominação atacam a autoestima, substituindo-a por uma noção de que obtemos nosso senso de ser a partir do domínio do outro” (hooks, 2019, p. 106-7). Isso se relaciona, segundo a autora, com a resistência em discutir e abrir mão de seus privilégios, tendo em vista que sem eles não restaria uma identidade significativa. Diante disso, aponta que iniciativas de novos movimentos de homens têm voltado sua atenção para ensinar homens e meninos a lidar com seus próprios sentimentos.

4.2.2. A constituição teórica das masculinidades

Nesta seção, busco compreender como se deu a constituição da masculinidade enquanto objeto de estudos nas ciências sociais, com ênfase no seu desenvolvimento no Brasil, por meio da apresentação de um apanhado histórico dos principais autores e autoras, obras, perspectivas e tendências adotadas no campo de pesquisas sobre homens e masculinidades.

Se os estudos acadêmicos em torno do conceito de gênero se iniciaram a partir de 1960 – tornando-se nas décadas subsequentes um campo de estudo consolidado, ainda que em constante disputa e mudança –, as produções a respeito da temática das masculinidades começam a tomar forma apenas nos anos 1970, com a composição do que ficou conhecido como *men's studies*. Essa vertente estava fortemente ligada ao paradigma do papel sexual, no qual a dicotomia masculino e feminino é considerada como o ponto de referência imutável, uma vez que, segundo Cecchetto (2004, p. 58), dizia respeito “a um conjunto de valores e atitudes socialmente determinados, correspondente às representações e expectativas de ser homem e do ser mulher em todas as sociedades”.

Além disso, os trabalhos produzidos nesse estágio inicial eram marcados pela baixa sistematização, “com concentração em autores específicos e sem necessariamente se desdobrarem em uma discussão teórica, epistemológica, política e ética ampla e consistente sobre o tema” (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 809-10). Na década de 1980, tomou lugar o chamado “momento etnográfico” das pesquisas sobre masculinidades, enfatizando estudos de práticas de gêneros de homens através da abordagem etnográfica de comunidades específicas. Essa vertente contrapôs os estudos oriundos do *men's studies* e auxiliou a superar a tendência

de “tratar ‘homens’ como um grupo homogêneo, e ‘masculinidade’ como uma entidade a-histórica e fixa” (CONNELL, 2016, p. 162).

As primeiras iniciativas para sistematizar as produções esparsas sobre masculinidades surgem com o avançar da década de 1990. Aqui, cabe mencionar o trabalho da socióloga australiana Raewyn Connell, cujas contribuições influenciaram, e ainda influenciam, as pesquisas sobre o tema de homens e masculinidades no cenário brasileiro e internacional. Dentre suas obras, destaca-se o livro *Masculinities*, publicado originalmente em 1995, no qual formulou conceitos como masculinidade hegemônica e chamou atenção para o estudo de diversas masculinidades inseridas em contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e históricos singulares (NASCIMENTO, 2018).

A partir daí, os estudos sobre homens e masculinidades desvincularam-se, em grande parte, de definições essencialistas originárias do estrutural-funcionalismo, abandonando de vez a noção de papel sexual atribuído ao gênero. Em seu lugar, passou-se a adotar concepções centradas nos processos e nas relações através das quais homens e mulheres pautam o gênero (PIMENTA, 2014a). Assim, para Connell (2005, p. 71, tradução minha), a masculinidade é “simultaneamente um lugar nas relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres se engajam nesse lugar e os efeitos dessas práticas nas experiências corporais, na personalidade e na cultura”.

Outra importante contribuição da autora, conforme destacado por Medrado e Lyra (2008), foi a publicação do livro *Handbook of Studies on Men and Masculinities*, em 2005, organizado por Michael Kimmel, Jeff Hearn e Raewyn Connell (2005). Através da organização de trabalhos produzidos durante quase uma década acerca da temática (de 1995 até 2002), a obra abordou o desenvolvimento do campo de estudos sobre masculinidades, em uma perspectiva global e regional, e expôs os quatro caminhos pelos quais ele estava sendo formado:

1. a organização social das masculinidades em suas “inscrições e reproduções” locais e globais;
2. a compreensão do modo como os homens entendem e expressam “identidades de gênero”;
3. as masculinidades como produtos de interações sociais dos homens com outros homens e com mulheres, ou seja, as masculinidades como expressões da dimensão relacional de gênero (que apontam expressões, desafios e desigualdades);
4. a dimensão institucional das masculinidades, ou seja, o modo como as masculinidades são construídas em (e por) relações e dispositivos institucionais (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 810).

Seguindo esse caminho, o sociólogo mexicano Juan-Guillermo Figueroa-Perea (2016) voltou sua atenção para tentar entender quais as concepções sobre homens vêm orientando os estudos na literatura latino-americana a respeito de gênero e masculinidade. Para o autor, as obras referentes à temática podem ser sistematizadas a partir de cinco concepções: (i) “satanização” dos homens; (ii) homens enquanto vítimas; (iii) “autoflagelação”; (iv) leitura das desigualdades de gênero na ordem patriarcal e; (v) reconstrução contextualizada das normativas sociais e institucionais.

Segundo Figueroa-Perea (2016), a primeira concepção entende homens enquanto vitimizadores, ou seja, são os responsáveis por originar e levar a cabo as desigualdades de gênero. A segunda vertente, pelo contrário, concebe que os homens são vítimas, uma vez que suas ações estariam inscritas nos mesmos condicionantes da ordem de gênero. A terceira concepção é marcada por um processo que o autor chama de “autoflagelação”, no qual muitos autores homens “assumem que serão socialmente aceitos (especialmente pelas mulheres) caso se reconheçam como vitimizadores, independente do seu interesse em transformar as condições injustas em que estão imersos” (FIGUEROA-PEREA, 2016, p. 229, tradução minha).

Na quarta tendência adotada em estudos sobre masculinidades, homens são compreendidos através da perspectiva das desigualdades de gênero inscritas em uma ordem patriarcal a nível global. Aqui, apesar de se reconhecer o caráter multidimensional do sistema patriarcal, constata-se a presença de formas de controle e reprodução tão complexas e intrincadas que obstaculizam qualquer possibilidade de transformação social. Por fim, a quinta noção parte de uma leitura historicizada das normativas sociais, propondo, desse modo, definir, problematizar e desconstruir as influências sociais em contextos específicos. Nessa concepção, admite-se que se os homens tomarem consciência das relações de poder em que estão inseridos, torna-se possível a sua transformação e subversão (FIGUEROA-PEREA, 2016).

De acordo com o autor, essas três primeiras concepções apresentadas aqui possuem um viés maniqueísta muito presente, em razão de partirem do pressuposto de que é possível, a partir de suas interpretações, definir e dividir pessoas em boas e más, de modo a pouco contribuírem para o avanço das propostas teóricas e políticas das análises das relações de gênero. Por outro lado, a quarta e quinta perspectivas compõem um segundo grupo que emprega chaves de leitura analítico-reflexivas, destacando-se que a última vertente permite a

decodificação e desconstrução de normas por meio de um enfoque de gênero (FIGUEROA-PEREA, 2016).

Mais recentemente, a antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya (2018) propôs a tarefa de compreender quais são as principais abordagens dos estudos sobre masculinidades na América Latina (Nossa América, na expressão da autora) entre 1980 e 2005, acarretando em um *corpus* de análise composto por 499 trabalhos. Como resultado, a autora classificou e identificou sete principais temáticas presentes nesse campo de pesquisa: identidades masculinas (30% dos trabalhos consultados); masculinidades e violências (18%); problemas, dilemas e tensões em torno da saúde dos homens (16%); afetos e sexualidades (14%); reflexões epistemológicas sobre os estudos das masculinidades (14%); representações e produções culturais das masculinidades (6%); e homossociabilidade masculina (2%). Embora essa organização não represente uma lista exaustiva sobre os assuntos tratados, os eixos temáticos apresentados por Viveros-Vigoya informam um interessante indicativo sobre a tendência acadêmica desse campo de pesquisa.

Medrado e Lyra (2018) apontam que as masculinidades passaram a ser objeto de pesquisa de forma sistemática no Brasil apenas nas últimas duas décadas. Antes disso, os estudos sobre gênero se referiam quase exclusivamente a mulheres. Nas escassas ocasiões em que se abordava a população masculina, carecia uma análise complexa de gênero que pudesse dar conta de processos de socialização e sociabilidades masculinas. Desse modo, “o homem era tomado como sujeito universal, sinônimo de ser humano, de humanidade” (MEDRADO; LYRA, 2018, p. 7).

Margareth Arilha (2005) demonstra que os discursos e acordos normativos oriundos das Nações Unidas – mobilizados em razão da luta de movimentos feministas – vêm, desde a década de 1970, subsidiando políticas públicas locais que gradativamente passaram a incluir homens em segmentos que originalmente eram destinados apenas às mulheres, como a saúde sexual e reprodutiva. Porém, tal inclusão se deu com enfoque na perspectiva da participação e responsabilização paterna e familiar, revelando uma forte presença da concepção de homem caracterizado enquanto trabalhador, heterossexual e pai de família. Diante disso, a autora conclui, a partir da análise de diversos documentos de órgãos da ONU e Conferências Mundiais sobre a temática, que os discursos e iniciativas predominantes no contexto internacional são incipientes, fragmentadas e instrumentais, ou seja, estritamente voltadas a atender as demandas e necessidades das mulheres, sem necessariamente contemplar questões

específicas masculinas. Arilha (2005) argumenta que as propostas derivadas dessas perspectivas dificilmente serão adequadas para alcançar a efetiva igualdade de gênero.

Já no cenário brasileiro, Marcos Nascimento (2018) apresenta um importante panorama sobre as últimas três décadas dos estudos, práticas e políticas que envolvem os homens e as masculinidades, ou, nas palavras do autor, a “maneira de pensar ‘essa história de ser homem’” (NASCIMENTO, 2018, p. 16). Considerando que os anos 1980 e 1990 foram particularmente profícuos para a visibilidade do debate sobre o tema, o autor cita o evento denominado “Macho, Masculino, Homem”, realizado no contexto da redemocratização do país, no ano de 1985, em São Paulo. O evento, assim como outros com o mesmo enfoque, argumentava a existência de uma “crise da masculinidade”⁴¹, em razão das mudanças nas relações entre homens e mulheres provocadas pela luta dos movimentos feministas, pela maior participação de mulheres no âmbito público – espaço historicamente dominado por homens –, bem como pela atuação do movimento homossexual no Brasil.

O autor elenca uma série de exemplos que demonstram como a produção acadêmica e as intervenções sociais voltadas para os homens e as masculinidades foi acentuada na década de 1990, “provocando discussões sobre as relações entre homens e mulheres, a paternidade, a violência, a sexualidade e a identidade masculina” (NASCIMENTO, 2018, p. 18). Entre os exemplos trazidos por Nascimento (2018), merecem destaque as iniciativas de Sócrates Nolasco (1993), desde a publicação do livro *O mito da masculinidade*, em 1993, baseado em sua pesquisa sobre a identidade masculina de homens oriundos de camadas médias no Rio de Janeiro, até os eventos que organizou, especialmente o primeiro e segundo Seminários Internacionais sobre Identidade Masculina, realizados na PUC-Rio, em 1992, e na UFRJ, em 1995.

Nascimento (2018) aponta que a mobilização da temática da masculinidade com estudos sobre jovens e adultos ganhou força na virada para o século XXI, principalmente nos campos da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos, do HIV/aids e da prevenção da violência, através de uma forte articulação de acadêmicos, ativistas e gestores de políticas públicas em toda a América Latina. Nesse período de início de novo século, destaca-se a

⁴¹ Essa ideia de “crise”, se é que ela existe ou existiu de fato, está associada à resistência às mudanças no regime patriarcal, principalmente em contextos em que o valor social atribuído à masculinidade é alto. Assim, o sentimento de crise viria da dificuldade em assimilar a resignificação das prescrições sociais sobre os comportamentos masculinos. Porém, é preciso ter cautela com essa generalização, em atenção às diferentes vivências e valorizações que os atributos tidos como masculinos recebem de acordo com a situação de inserção social de cada indivíduo (OLIVEIRA, 2000).

criação da Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), primeira organização de homens com esse enfoque no Brasil, reunindo “organizações da sociedade civil e grupos de pesquisa de diferentes universidades em torno de campanhas e ações educativas relacionadas à equidade de gênero” (NASCIMENTO, 2018, p. 20). Seu objetivo inicial era trazer a Campanha do Laço Branco⁴² para o país e, com isso, promover na sociedade em geral, mas em particular nos homens, a discussão e sensibilização em relação às violências contra as mulheres, questionando o processo de naturalização, banalização e legitimação de tais práticas.

Além de pesquisas sobre a articulação de homens e violência – especialmente violência contra as mulheres –, Nascimento (2018) afirma que o campo de estudos e intervenções sobre masculinidades no Brasil tem explorado temas que podem ser aglutinados em torno de quatro eixos: (i) saúde, (ii) educação, (iii) paternidade e (iv) homossexualidade/transsexualidade. Nesse ponto, o autor expõe um breve resumo das discussões que permeiam cada um desses eixos, conforme apresentado a seguir.

Sobre as relações entre masculinidades e o campo da saúde, cabe mencionar o lançamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), pelo Ministério da Saúde, em 2008. Essa política constituiu-se como um importante marco ao proporcionar uma maior visibilidade à saúde masculina, fomentando diversos trabalhos acadêmicos, práticas na área da saúde e posicionamentos críticos da sociedade civil organizada⁴³. Por outro lado, é interessante considerar que a formulação da PNAISH não seguiu o caminho geralmente traçado por outras políticas públicas voltadas a grupos populacionais específicos – como, por exemplo, aquelas destinadas às mulheres, à população negra e às pessoas LGBTQIA+ –, uma vez que *não* houve participação ativa e pressão política

⁴² A White Ribbon Campaign foi lançada originalmente em Montreal, no Canadá, no fim dos anos 1990. A campanha é “resultado do esforço coletivo de homens canadenses surgido em decorrência do massacre ocorrido naquela cidade, em que um jovem de 24 anos assassinou um grupo de mulheres estudantes de engenharia por ‘estarem ocupando o lugar dos homens’ e se suicidou em seguida. Esse caso gerou uma comoção nacional, fazendo com que um grupo de homens decidisse organizar uma campanha para envolver os homens no enfrentamento da violência contra as mulheres” (NASCIMENTO, 2018, p. 20).

⁴³ A PNAISH surge como um paralelo à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), elaborada em 2004. Connell (2016) chama a atenção para essa tendência de remodelar políticas públicas de igualdade de gênero em políticas paralelas para homens e mulheres. Segundo ela, há o risco de enfraquecimento da política original, uma vez que se ignora o caráter relacional de gênero, de modo a “redefinir mulheres e homens, ou meninas e meninos, simplesmente como diferentes segmentos de mercado para um serviço qualquer. Ironicamente, o resultado pode ser a promoção de mais segregação de gênero, e não menos” (CONNELL, 2016, p. 96).

por parte de grupos de homens, demandando uma política de saúde que contemplasse questões próprias desse segmento (NASCIMENTO, 2018).

Outro eixo temático nos estudos sobre masculinidades, segundo Nascimento (2018) é o de educação. Aqui, pesquisas e políticas públicas de educação permeadas pela perspectiva de gênero e sexualidade possibilitaram debates sobre o papel da escola na construção de masculinidades e feminilidades. Ao mesmo tempo em que a instituição escolar pode ser encarada como um local propício para a produção e reprodução de assimetrias nas relações de gênero, da heteronormatividade, do sexismo e da lgbtfobia⁴⁴, por meio da construção de papéis rígidos e convencionais sobre o que é ser menino e menina⁴⁵, também são espaços atravessados por potencialidades para a reflexão crítica e a subversão.

Já a articulação entre masculinidades e paternidade tem sido tematizada em pesquisas acadêmicas, por movimentos da sociedade civil e instituições brasileiras e internacionais, provocando discursos e análises críticas sobre a noção de paternidade “responsável”, licença-paternidade e parental, além de fomentar modos mais abrangentes de se pensar a relação entre homens e ser pai. Se, por um lado, a paternidade pode ser lida pela perspectiva da comprovação social da virilidade e da masculinidade, por outro, o seu exercício vinculado ao cuidado e à afetividade tem gradativamente atuado para desconstruir a noção enraizada no senso comum de que cabe “naturalmente” à mulher o trabalho de cuidado (NASCIMENTO, 2018).

Por fim, o quarto e último ponto elencado pelo autor diz respeito à violência lgbtfóbica, especialmente contra homens homo, bi e transexuais. De acordo com o argumento de Nascimento (2018, p. 24), “a homofobia, em todas as suas expressões, constitui [...] um dos pilares de construção da masculinidade”. Dessa forma, conclui que existe uma íntima conexão entre os campos de estudos sobre a homossexualidade masculina e a própria construção da masculinidade – assim como a noção de heterossexualidade compulsória.

⁴⁴ Há uma crítica sociológica quanto ao emprego do termo lgbtfobia (e seus correlatos, como homofobia), em razão de sugerir uma ênfase à dimensão individual. Além disso, o sufixo “fobia” utilizado para designar modalidades de preconceito e discriminação sexual podem “reforçar um discurso biológico e patologizante, quando se sabe que os fundamentos das disputas de poder entre grupos diversos, inclusive sexuais, são claramente de ordem social, política, cultural e econômica” (MELLO; AVELAR; BRITO, 2014, p. 300).

⁴⁵ Aqui, vale retomar a discussão acerca dos discursos que mobilizam a “ideologia de gênero” para, conforme Nascimento (2018, p. 22) “justificar retrocessos nas políticas públicas de educação, invisibilizando a diversidade sexual e de gênero e produzindo mais assimetrias entre homens e mulheres”. Sobre o tema, conferir os trabalhos de Aragusuku (2018), Santos (2018) e Silva (2019).

Por fim, cabe mencionar também o recente trabalho de Pamplona e Barros (2021), que buscou adaptar a revisão da literatura latino-americana realizada por Viveros-Vigoya (2018), voltando-se ao “estado da arte” da produção acadêmica sobre masculinidades no Brasil. Do conjunto total de 160 artigos analisados, o primeiro achado da pesquisa diz respeito à divisão por área de conhecimento a que pertencem os trabalhos: saúde pública (34,4% dos artigos); antropologia (16,3%); sociologia (15%); psicologia (14,4%); educação (9,4%); outros (6,9%); literatura/linguística (3,8%). Chama a atenção a predominância absoluta da temática na saúde pública, indicando a relevância de pesquisas que abordam a saúde dos homens. Nesse sentido, mesmo que se reunisse as áreas da antropologia e sociologia sobre a nomenclatura de “ciências sociais” (31,3%), ainda assim não alcançariam a proporção encontrada na saúde pública.

Outro aspecto interessante diz respeito aos agrupamentos temáticos encontrados por Viveros-Vigoya (2018), utilizados por Pamplona e Barros (2021) enquanto categorias de análise do conjunto de artigos coletados. Aqui, os resultados foram: identidades masculinas (31,9% dos trabalhos); saúde dos homens (27,5%); representações e produções culturais (18,1%); afetos e sexualidade (11,3%); masculinidades e violência (5,6%); reflexões epistemológicas (3,8%); espaços de homosociabilidade masculina (1,9%). As autoras apontam que muitas categorias não seguiram o padrão latino-americano encontrado pela antropóloga colombiana. Dentre as discrepâncias, uma das principais é a baixa representatividade dos estudos que abordam masculinidades e violência, em que se esperava um maior número de trabalhos em virtude da consolidada vertente brasileira que se dedica aos estudos sobre “violência urbana” no país.

Igualmente, vale atentar para o fato de que as pesquisas que tratam sobre reflexões epistemológicas no Brasil são muito menores do que o encontrado por Viveros-Vigoya (2018). Isso converge com a conclusão de que as produções na América Latina partem de um “lugar de exportadoras de matérias-primas de conhecimento (de experiências sociais) e de importadoras de paradigmas para interpretar e tratar teoricamente essas matérias-primas” (VIVEROS-VIGOYA, 2018, p. 98). No mesmo sentido se insere a crítica de Connell (2012), ao argumentar que o Sul global é a região na qual se coletam os dados em grande escala, enquanto a formulação metodológica e conceitual, o processamento de dados e o debate teórico acontecem preponderantemente nos países do Norte global. Em outras palavras, “teoria é o trabalho que o centro faz” (CONNELL, 2012, p. 9).

O último resultado da pesquisa de Pamplona e Barros (2021) que ressalto aqui se refere às principais referências teóricas utilizadas nos trabalhos analisados. Dentre o conjunto de 21 artigos oriundos da sociologia, os autores e as autoras que mais apareceram foram, respectivamente: Raewyn Connell (29,2% dos trabalhos); Miguel Vale de Almeida (16,7%); Fátima Regina Cecchetto (12,5%); James Messerschmidt (12,5%); Michael Kimmel (12,5%); Joan Scott (8,3%) e; Welzer-Lang (8,3%). Connell é seguramente a autora mais presente nos trabalhos sobre a temática da masculinidade no meio acadêmico brasileiro. Ela e Cecchetto – australiana e brasileira, respectivamente – são as únicas que não pertencem à Europa ou aos Estados Unidos da América, coadunando com o argumento de Connell (2012) apresentado anteriormente.

4.3. MODELOS HEGEMÔNICOS E NÃO-HEGEMÔNICOS

Os movimentos feministas são indispensáveis para o desenvolvimento político e acadêmico da temática que envolve homens e masculinidades, além de propiciar uma leitura crítica sobre o objeto capaz de impulsionar novamente os estudos sobre masculinidades ao adotarem uma perspectiva feminista. Da mesma forma, é possível afirmar que o desenvolvimento dos estudos sobre homens e masculinidades, tanto no contexto internacional quanto no cenário brasileiro, possui uma forte ligação com as contribuições de Raewyn Connell (1987; 2005), principalmente a partir dos conceitos de *masculinidade hegemônica* e *feminilidade enfatizada*.

O argumento central de Connell (1987) é que existe um ordenamento hierárquico entre práticas e versões de masculinidade e feminilidade que pode ser observado em uma escala geral da sociedade, mas que em alguma medida se reflete nos padrões das interações face a face dos seus indivíduos. Ressalta-se que a complexidade das interações sociais possíveis garante a heterogeneidade dessas práticas e variações de gênero, ainda mais quando atravessadas por diferenças raciais, geracionais, de classe, etc. Porém, a autora parte da premissa de que há uma interrelação crucial entre essas diferentes escalas nas formas de masculinidades e feminilidades, que é o “domínio global dos homens sobre as mulheres” (CONNELL, 1987, p. 183, tradução minha).

Dessa forma, a ideia de masculinidade hegemônica é construída dentro de uma relação antagônica frente a outras masculinidades não-hegemônicas e às feminilidades. Disso

decorrem dois fatos estruturais. O primeiro é que existem relações hierárquicas presentes nas relações entre homens e elas representam um importante papel na sustentação da ordem patriarcal. Por outro lado, significa que, em que pese exista uma forma de masculinidade que seja hegemônica entre homens, não há feminilidade que seja hegemônica entre mulheres. Isso ocorre, segundo Connell (1987) porque as mulheres, enquanto grupo social, não têm o poder de impor formas de dominação umas sobre as outras – muito embora isso aconteça em escalas individuais, em especial dentro de relações maternas. Daí vem a opção da autora pela expressão feminilidade enfatizada.

De acordo com Connell (1987), a feminilidade enfatizada é marcada pela demonstração de competência em assuntos de sociabilidade em detrimento de esferas técnicas, submissão aos desejos masculinos de bajulação de ego em relacionamentos profissionais, passividade em interações sexuais e aceitação do casamento, da maternidade e do trabalho doméstico. Desse modo, esse modelo de feminilidade é “organizado como uma adaptação ao poder dos homens, e enfatiza a conformidade, o cuidado e a empatia como virtudes das mulheres” (CONNELL, 1987, p. 188, tradução minha).

Já quanto à masculinidade hegemônica, Connell explica que a noção de hegemonia é emprestada de Gramsci:

No conceito de masculinidade hegemônica, “hegemonia” significa (como nas análises de Gramsci das relações de classe na Itália, da qual o termo foi emprestado) uma ascendência social alcançada em um jogo de forças sociais que se estende além de disputas de poder bruto para a organização de vida e processos culturais. A ascendência de um grupo de homens sobre outro, alcançada através de armas, ou por ameaças de desemprego, não é hegemonia. A ascendência que está embutida nas doutrinas e práticas religiosas, nos conteúdos midiáticos, nas estruturas salariais, em projetos de habitação, nas políticas de bem-estar e de tributação, e assim por diante, é [hegemônica] (CONNELL, 1987, p. 184, tradução minha).

A hegemonia também não implica em completa dominância e ausência de alternativas. A ascendência é alcançada através da disputa de forças, de modo que padrões outros de masculinidade tornam-se subordinados – não-hegemônicos – ao invés de serem totalmente eliminados. Segundo Miguel Vale de Almeida (1995), a hegemonia é uma forma de dominação em que o dominado participa da sua dominação.

Além disso, muito embora o conceito de hegemonia não se refira à ascendência baseada na força, masculinidade hegemônica e violência não são ideias incompatíveis. Pelo contrário, comumente são encontradas juntas. Segundo Connell (1987, p. 184, tradução

minha), “a conexão entre masculinidade hegemônica e violência patriarcal é próxima, apesar de não ser simples”.

Igualmente, Connell (1987) afirma que não significa que a masculinidade hegemônica seja exclusivamente opressora às mulheres. Segundo ela, as mulheres podem se sentir oprimidas também pelas suas formas não-hegemônicas, na mesma medida em que é possível que achem o padrão hegemônico mais familiar e administrável. O que a autora argumenta é que existe uma espécie de “ajuste” entre a masculinidade hegemônica e a feminilidade enfatizada.

Existe sempre uma forma específica de masculinidade que será exaltada em relação às demais, compondo um conjunto de idealizações de gênero em cada sociedade. Em outras palavras, trata-se de uma masculinidade modelar que produz a hierarquia e estrutura as relações de poder. Essa forma de masculinidade – mais honrada, legitimada, desejada e valorizada socialmente – é o que a autora denomina por masculinidade hegemônica e pode ser definida enquanto “a configuração da prática de gênero que incorpora a resposta atualmente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, que garante (ou é tida como garantia) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres” (CONNELL, 2005, p. 77, tradução minha).

Connell e Messerschmidt (2013) afirmam que a masculinidade hegemônica situa-se na dimensão do “dever-ser masculino”, afetando e sendo afetada pelas práticas sociais, de modo a garantir a contínua subordinação das mulheres pelos homens. Por isso, a pluralidade de masculinidades hegemônicas deve ser lida de forma contextual, considerando a variação histórica, espacial e cultural. Ainda que não corresponda à vida concreta de poucos ou mesmo de nenhum homem concreto, ela expressa valores, ideais e desejos difundidos socialmente, em relação aos quais todos os homens devem se posicionar (VINUTO; ABREO; GONÇALVES, 2017). Diante disso, Connell (1987) argumenta que a masculinidade hegemônica, ao menos nas sociedades ocidentais industriais, é marcada pela branquitude, pelo emprego assalariado, por posições profissionais de liderança e gerência, pela subordinação de mulheres e pela heteronormatividade.

Aqui, reitero que o modelo hegemônico não precisa ser a forma mais comum de masculinidade encontrada em uma dada comunidade, muito menos a mais confortável – e

saudável – para os próprios homens⁴⁶. Pelo contrário, muitos homens vivem em um estado de conflito, tensão ou distância da masculinidade hegemônica da sua cultura (CONNELL, 2000).

Nesse sentido, a autora argumenta que:

O ideal cultural (ou ideais culturais) de masculinidade não precisa corresponder de forma alguma às personalidades reais da maioria dos homens. Na verdade, o ganho da hegemonia muitas vezes envolve a criação de modelos de masculinidade que são muito especificamente figuras fantasiosas, como os personagens de filmes interpretados por Humphrey Bogart, John Wayne e Sylvester Stallone. Ou podem ser divulgados modelos reais que estão tão distantes do alcance cotidiano que têm o efeito de um ideal inatingível, como o jogador de futebol australiano Ron Barassi ou o boxeador Muhammad Ali. (...) Poucos homens são Bogarts e Stallones, muitos colaboram na sustentação dessas imagens (CONNELL, 1987, p. 184-5, tradução minha).

Portanto, não se trata de um conceito de aplicação automática. Segundo Nascimento (1999, p. 98), a vivência da masculinidade não deve ser considerada como “um dado experimentado como óbvio pelos homens e pelas mulheres, mas um exercício cotidiano de aprendizado, marcado pela fragilidade, vigilância, autovigilância e a disputa”. Na verdade, a masculinidade hegemônica tem natureza normativa, uma vez que, ao ditar a forma mais honrada de masculinidade, exige que todos os homens se posicionem em relação a ela (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). No mesmo sentido, Almeida (1996, p. 163) afirma que a “masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador”. Esse efeito controlador ao qual o autor se refere atravessa e constitui masculinidades outras (não-hegemônicas) que buscam, questionam ou renegam a sua forma hegemônica (NASCIMENTO, 1999).

As masculinidades não-hegemônicas não são e nem precisam ser tão bem definidas quanto a sua forma idealizada. Isso ocorre porque alcançar o estado de hegemonia está diretamente ligado a garantir que modelos alternativos não cheguem a um patamar consolidado, sendo marcados pela ausência de definição cultural consistente e de reconhecimento enquanto alternativas viáveis, de forma a mantê-las confinadas a guetos, à privacidade ou à inconsciência (CONNELL, 1987). As quatro variantes mais conhecidas de

⁴⁶ Connell (2016) afirma que muitos padrões de gênero apresentam uma dimensão de toxicidade, uma vez que são, em certo grau, nocivos aos próprios homens, ainda que muitos deles sigam coletando o que chama de dividendos patriarcas e que disponham de privilégios sociais.

masculinidades não-hegemônicas são a cúmplice, a subordinada, a marginalizada e a de protesto⁴⁷.

A primeira, *masculinidade cúmplice* diz respeito aquela que não necessariamente incorpora o modelo hegemônico, mas que ainda assim recebe parte dos privilégios oriundos das relações desiguais de gênero e, conseqüentemente, acaba por auxiliar na manutenção da masculinidade hegemônica (MESSERSCHMIDT, 2018). Essa masculinidade é construída de modo a se beneficiar do que Connell (2005) chama de dividendos patriarcais, sem, contudo, sofrer com as tensões, conflitos e riscos de ser a linha de frente do patriarcado. Assim, a cumplicidade envolve uma relação que não é óbvia, como a adoção de práticas incontestáveis de dominação ou demonstrações de autoridade. Pelo contrário, a relação é mais sutil e tende a estar associada com o compromisso positivo de homens com mulheres. Nesse sentido:

Muitos homens que recebem os dividendos patriarcais também respeitam suas esposas e mães, nunca são violentos com as mulheres, fazem sua parte costumeira do trabalho doméstico, trazem para casa o sustento da família e podem facilmente se convencer de que feministas devem ser extremistas queimadoras de sutiãs (CONNELL, 2005, p. 79-80, tradução minha).

A *masculinidade subordinada* é constituída, segundo Connell (2005), sobretudo pela identidade de homens gays. Para a autora, a principal forma de relação de dominação entre grupos de homens nas sociedades americanas e europeias contemporâneas se dá através da subordinação de homens homossexuais por homens heterossexuais. Mais do que a estigmatização cultural da homossexualidade no campo simbólico, homens gays passam por um processo de subordinação por meio de práticas bastante materiais. A exclusão política e cultural, o abuso moral, a violência institucional e interpessoal, discriminações econômicas e boicotes pessoais são assuntos que – embora não definam – atravessam a experiência cotidiana de homens homossexuais. Daí decorre que a masculinidade subordinada é considerada socialmente como uma construção inferior, aberrante ou desviante da forma hegemônica (MESSERSCHMIDT, 2018).

Enquanto as masculinidades cúmplice e subordinada abordam as relações internas da estrutura de gênero, a *masculinidade marginalizada* é caracterizada pela discriminação advinda da interação com outras estruturas sociais, como raça, etnicidade e classe. Isso quer dizer que outros marcadores podem ser uma parte essencial da dinâmica entre masculinidades.

⁴⁷ Reiterando que todos os termos apresentados aqui não “nomeiam tipos rígidos de pessoas, mas configurações de práticas geradas em situações particulares dentro de uma estrutura mutável de relacionamentos” (CONNELL, 2005, p. 81, tradução minha).

Connell (2005) exemplifica apresentando as formas com que as masculinidades negras são lidas e retratadas em contextos de supremacia branca. Homens negros muitas vezes são resumidos enquanto sinônimos de força e tenacidade, como no caso de esportistas negros, ou então como perpetradores de violência física e sexual – discurso racista extensamente explorado por políticos conservadores estadunidenses.

Por fim, as *masculinidades de protesto* podem ser resumidas, conforme James Messerschmidt (2018), como “hipermasculinidades compensatórias”, forjadas diante de lacunas de poder econômico e político. Assim, esse padrão de masculinidade está presente em contextos locais de classes trabalhadores que corporificam “a reivindicação de poder típica de masculinidades hegemônicas regionais em países ocidentais, mas carecem de recursos econômicos e autoridade institucional para sustentar os padrões regional e global dessa forma de masculinidade” (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265).

Aqui, é importante destacar a advertência levantada por Nascimento (1999) em sua pesquisa sobre vivências e estratégias de atualização do modelo de masculinidade hegemônica. Segundo o autor, mesmo diante de uma considerável diversidade de masculinidades que fogem do padrão estabelecido, muitas vezes isso se deve mais em razão de uma impossibilidade de desempenhar e alcançar o modelo hegemônico, do que propriamente uma reivindicação à diferença. Não raras vezes essas alternativas são encaradas como formas atípicas de masculinidade e não como de fato uma alternativa.

Connell (2016, p. 98) argumenta que “os homens têm muito a perder ao lutar pela igualdade de gênero porque os homens, coletivamente, continuam a coletar dividendos patriarcais”. Ao mesmo tempo, é preciso estar atento ao fato de que esses dividendos são “usufruídos” de forma desigual entre os homens, considerando que aqueles que mais se beneficiam da dominação patriarcal não são necessariamente os mesmo que “pagam” pela maioria dos custos desses benefícios. Um exemplo disso, segundo Connell (2016, p. 99), é que os “homens que se beneficiam de riquezas corporativas, segurança física e planos de saúde caros são um grupo muito diferente do que os homens que lavram os campos e cavam as minas dos países em desenvolvimento”.

Assim, é possível afirmar, de modo geral, que essas desvantagens são justamente as condições de possibilidade para as vantagens. Os custos e ganhos das relações desiguais de gênero atravessam os homens de forma também desigual, principalmente ao se levar em conta marcadores como classe, raça, etnicidade, idade, entre outros. É por isso que muitos deles

reagem de modo bastante diverso frente às políticas de equidade de gênero (CONNELL, 2016).

Seja em razão da sua aplicação, reformulação ou mesmo em casos em que é descartado, o conceito de masculinidade hegemônica e seus correlatos seguem com muita relevância nas pesquisas contemporâneas de gênero sobre homens e masculinidades. Um dos motivos da sua atualidade é a necessidade latente de teorizar de forma cada vez mais sistemática as relações de poder generificadas entre homens (intracategorial), assim como compreender o papel e a efetividade das masculinidades no processo de legitimação da estrutura de gênero (CONNELL, 2005).

4.4. MASCULINIDADE ENTRE CUPINXAS

Nesta seção, meu objetivo é discutir os processos dinâmicos de constituição das masculinidades dos meus interlocutores, discutindo as suas representações de gênero e como elas são atravessadas pela inserção no “mundo do crime”. Seguindo as pistas de Nascimento (1999), busco refletir não sobre as características de uma forma padrão de masculinidade, como se fosse possível deduzir um modelo único, evidente e baseado na diferença biológica. Pelo contrário, a proposta aqui é discutir o processo multifacetado de constituição de masculinidades inseridas em determinados contextos e orientadas por critérios segundo os quais os homens são diferenciados socialmente uns dos outros.

Durante o processo de codificação do material empírico, observei que os relatos dos meus interlocutores sobre as suas trajetórias poderiam ser agrupados tematicamente seguindo as seguintes dimensões analíticas: (i) infância e histórico familiar, (ii) relações afetivas, (iii) escola e trabalho, (iv) representações de gênero, (v) envolvimento com atos infracionais e crime, (vi) projetos de futuro. Compreendo que todas essas dimensões da trajetória pessoal dos sujeitos atravessam e informam a constituição da identidade social masculina. Nesse sentido:

Não se nasce homem, crescendo desde a infância atravessando a juventude até a idade adulta, para seguir um imperativo biológico predeterminado e codificado em sua organização física. Ser homem é participar da vida social como homem, como um ser generificado. Não se nasce homem; torna-se. Os homens fazem a si mesmos, construindo ativamente suas masculinidades dentro de um contexto social e histórico (KIMMEL; MESSNER, 2010, p. xvii, tradução minha).

Muitas das questões que orientaram a coleta de dados foram formuladas a partir de aspectos concretos do cotidiano dos interlocutores, uma vez que homens e mulheres incorporam e reproduzem elementos dominantes do seu gênero por meio do que falam e de como falam, do que vestem, da aparência física, das suas mais diversas atividades, da forma como lidam com seus relacionamentos interpessoais, entre outros. O que é preciso ter atenção é que essas representações sociais estão sempre inscritas dentro de contextos específicos, de modo que as práticas masculinas e femininas não correspondem necessariamente às características esperadas para seu gênero (CONNELL, 1987). Nesse sentido, “as práticas e as representações de gênero, portanto, dependem de uma interação entre o contexto social de um indivíduo e um ‘esqueleto’ mais ou menos fixos de práticas e representações normativas vinculadas a determinado gênero” (OTTO, 2017, p. 30).

Concordo com Connell (2016, p. 16) quando diz que “gênero é um assunto esquisito”. Abordar essa temática junto aos meus interlocutores foi uma tarefa difícil e em geral pouco intuitiva. Mesmo com minhas tentativas de traduzir conceitos e noções complexas em perguntas diretas que tratassem de questões concretas do cotidiano deles, as respostas dos meninos sobre essas questões não seguiram a mesma naturalidade de quando, por exemplo, falavam sobre seu envolvimento com atos infracionais, coletivos criminais, enfim, a “vida bandida”.

Antes de iniciar as entrevistas, esperei por frases emblemáticas que posteriormente se tornariam títulos de capítulos e seções, quem sabe até mesmo da dissertação. Mas não foi o que aconteceu. Enquanto para a maioria dos jovens foi relativamente fácil desenvolver assuntos como os significados conferidos às trajetórias infracionais, representações sociais acerca do mundo do crime e percepções sobre as dinâmicas das facções locais, falar sobre si e sobre a forma como se relacionam com mulheres e outros homens se mostrou um grande desafio. Quando eu ainda insistia em questões mais abstratas, logo nas primeiras entrevistas, e perguntava sobre “o que significa, afinal, ser homem?”, os meninos não sabiam o que responder e se calavam:

Osmar: O que tu acha que significa ser homem?

Thiago: Ba, nem sei... No caso, sei lá. Ba, nem sei... [longo silêncio] (Thiago, 19 anos, abril de 2021)

Osmar: O que significa pra ti ser homem?

Francisco: Calma aí, deixa eu pensar primeiro... Não dá pra eu não responder essa pergunta? Porque não consigo responder ela... (Francisco, 19 anos, maio de 2021).

Osmar: O que tu acha que significa ser “macho”?

João Pedro: Ba, um monte de coisa. Ba! Tipo, não sei te explicar. Porque minha vida é diferente da tua. Tu pode falar pela tua, eu falo “não, mas como tu não vive isso... Eu vivo aquilo”. Não tem uma explicação só pra isso. Não sei explicar essa pergunta... (João Pedro, 14 anos, julho de 2021).

Como exemplificado acima, fica nítido a dificuldade de lidar com esse assunto. É interessante considerar que Thiago e Francisco – além de mais velhos em relação aos demais entrevistados – são justamente dois meninos que possuem distintos graus de envolvimento no “mundo do crime”. Em duas ocasiões, com Hariel e Francisco, os jovens retomaram esse ponto específico no final da entrevista, afirmando que queriam responder as perguntas relativas a esse bloco temático, mas não sabiam como. Observei que esse tipo de pergunta gerou inquietação e curiosidade por parte dos interlocutores.

Na verdade, esse talvez seja o primeiro grande resultado que encontrei na minha pesquisa de campo. Talvez, porque enquanto pesquisador admito que ainda é difícil assimilar silêncios, não-respostas e falas vagas enquanto um dado de igual importância. Fato é que a ausência de reflexão sobre questões de gênero está relacionada com a falsa ideia de que homens não têm gênero, ou melhor, não são sujeitos genericados. Ser homem, ou melhor, agir socialmente como homem, é encarado como algo natural, um caminho único e óbvio.

Bem, isso não é nenhuma novidade. Como argumenta Scott (2012), o foco de muitos trabalhos acadêmicos e movimentos políticos que de alguma forma mobilizam o conceito de gênero tem sido quase exclusivamente sobre as mulheres. Se de um lado esse recorte ajudou a impulsionar estudos feministas e a revelar uma série de dimensões das desigualdades de gênero, por outro, pode deixar implícita a ideia equivocada de que homens estão alheios à estrutura de gênero e aos seus efeitos. Ou então que, apesar de influenciarem na manutenção e reprodução de uma determinada organização social, não são por ela influenciadas.

Tampouco isso é uma particularidade das dinâmicas de gênero. Nesse sentido, Kimmel e Messner (2010) argumentam que os mecanismos que possibilitam os privilégios de raça, gênero e classe tornam-se invisíveis para aqueles que são favorecidos diretamente por eles, na mesma medida em que ficam nítidos para as pessoas que sofrem com as opressões advindas desses marcadores em suas vidas cotidianas. Desse modo, o homem branco de classe média compreende-se e é compreendido como um ser humano universalmente generalizável, despido de raça, classe ou gênero.

Para fins de análise, entendo a masculinidade como uma construção social inserida dentro das relações de gênero, valendo-se da concepção epistemológica de Scott (1995; 2012), em que gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Além disso, considero também a performatividade de gênero, entendida como a repetição incessante de atos ritualizados de forma compartilhada entre sujeitos (BUTLER, 2004; 2018; 2019). As relações de gênero possuem padrões duradouros e generalizados, de forma a serem lidas como uma estrutura social que atua mediante um processo muito específico com e nos corpos dos sujeitos (a corporificação social). Por isso, os corpos são ao mesmo tempo objetos e agentes das práticas sociais. Assim, ao mesmo tempo em que gênero é tido como uma estrutura social, também é uma questão de experiência concreta do cotidiano (CONNELL, 2009; 2016).

Nesse sentido, se gênero pode ser tido como a forma através da qual a prática social é ordenada, as masculinidades são compreendidas enquanto configurações de práticas (CONNELL, 2005). As múltiplas formas de masculinidade não coexistem em harmonia, pelo contrário, estão dispostas na organização social seguindo hierarquias específicas entre elas (CONNELL, 1987). Daí decorre o conceito de masculinidade hegemônica, que corresponde ao modelo considerado mais honrado, legítimo, desejado e valorizado em uma dada sociedade (CONNELL, 2005), que deve ser buscada, questionada ou renegada por todos os homens (NASCIMENTO, 1999). A masculinidade hegemônica é um modelo cultural de uma determinada época e lugar que, sendo praticamente inatingível por todos ou pela maioria dos homens, exigem que se posicionem em relação a ela (ALMEIDA, 1996; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Desse processo se originam as suas formas não-hegemônicas: cúmplice, subordinada, marginalizada e de protesto (MESSERSCHMIDT, 2018).

Nesta dissertação, levo em consideração o caráter relacional de gênero (MEDRADO; LYRA, 2018; VIVEROS-VIGOYA, 2018). No entanto, isso não quer dizer que parto de perspectivas essencialistas que entendem homens e mulheres como parte de um sistema rígido e binário. Além disso, privilegio as tensões e dinâmicas intracategoriais entre as identidades masculinas. Como já mencionado, a pesquisa de campo nunca foi orientada para encontrar uma trajetória comum que desse conta de explicar todas as inúmeras formas e graus de envolvimento de jovens homens com o crime.

Nesse ponto, o debate que se aventura a fazer dialogar as noções de adolescência/juventude e de gênero enfrenta o desafio de encarar essa articulação sem reduzi-la à ideia de que o adolescente homem é em si um problema. De acordo com Connell

(2016), uma perspectiva conservadora dessa intersecção consideraria que meninos e meninas possuem diferenças essenciais de ordem psicológica e é na adolescência o momento em que a masculinidade aflora através dos impulsos da testosterona. Portanto, essa abordagem tradicional adota uma visão biológica – na qual as mudanças dessa etapa são causadas por razões puramente hormonais – para explicar vinculações de adolescentes e jovens com situações perigosas, comportamentos arriscados, desejos sexuais exacerbados, brigas e conflitos na escola, etc.

Assim, a adolescência deve ser entendida como uma corporificação social, considerando a estreita ligação entre gênero e corpo, mas que tal vinculação não deve ser confundida exclusivamente com as mudanças físicas relacionadas ao processo de adolecer. A puberdade por si só não determina de forma invariável a experiência da adolescência e juventude. É necessário considerar os atravessamentos entre as práticas sociais e as alterações físicas, ou seja, ao processo entrelaçado que dá significados sociais distintos a eventos biológicos – que por sua vez também não são universais (CONNELL, 2016).

Para tensionar tais proposições essencialistas da masculinidade de adolescentes, a autora argumenta que existem diversos fatores, espaços e atores socializadores que agem durante a construção da identidade masculina nessa fase peculiar da vida. Contudo, isso não quer dizer que o processo de socialização não deve ser considerado exclusivamente do ponto de vista passivo, já que para ela “meninos e meninas em fase de crescimento são criadores ativos de suas próprias vidas” (CONNELL, 2016, p. 139).

O argumento central aqui é colocar a dimensão de gênero em uma posição de especial importância nesse momento de transição de suas biografias. A masculinidade, adstrita a uma ordem de gênero específica, é formada ao longo do tempo através de encontros com outros adolescentes, jovens e adultos, mediados através de um sistema de relações de gênero (CONNELL, 2016). Desse modo, meu foco está mais nas dinâmicas interpessoais dos meus interlocutores do que nas percepções em si quanto ao que entendem por “ser homem”, por entender que as identidades masculinas são construídas e performatizadas sempre de forma relacional.

É claro que alguns jovens conseguiram responder as perguntas relacionadas a essa temática trazendo percepções interessantes, como os trechos a seguir exemplificam:

Osmar: Pra ti, o que significa ser homem?

Hariel: Ah não sei... Homem tem mais decisão eu acho. Homem consegue se impor um pouco mais. Não sei explicar... (Hariel, 17 anos, março de 2021).

Osmar: Alguém já te falou “seja homem!”?

Kevin: Ah, sim... Mas no fato de, tipo, essa palavra de “seja homem!”, a pessoa ser honesta, ser certa... Respeitar as pessoas, ser sincero. Cumprir com as tuas palavras... Ter palavra de homem. Eu acho que é isso, né? Um cara chega pra ti e fala pra ti ser homem... (Kevin, 19 anos, julho de 2021).

As falas de Hariel e Kevin estão conectadas em torno de representações sobre uma masculinidade afirmada por meio de práticas orientadas conforme regras de conduta específicas. O homem é (ou deve ser) decidido, honesto, certo, sincero e que cumpre com a sua palavra. Nesse caso, “palavra de homem” significa justamente aquela que é cumprida (se não é cumprida, não é homem). Conforme observado na pesquisa de Pimenta (2014a), os jovens demonstram que suas condutas são guiadas por códigos de honra ou “moral” nem sempre explícitos, mas ainda assim subentendidos, incorporados e compartilhados.

Porém, acredito que há poucos elementos contidos nessas percepções para informar de maneira suficiente sobre o que está subjacente às identidades masculinas e às trajetórias dos meus interlocutores. Por isso, optei enfatizar as interações e relações sociais que atravessam a vida cotidiana dos meninos, por entender que as dinâmicas de sociabilidade ocorrem “predominantemente no contexto familiar e na convivência com amigos, colegas e vizinhos, denominados ‘grupos de pares’, uma vez que são do mesmo sexo e faixa etária que o grupo de referência (PIMENTA, 2014a, p. 710).

Desse modo, reuni tematicamente os dados de campo em duas grandes dimensões das suas relações interpessoais, considerando que as expressões masculinas são sempre relacionais: vínculos familiares e relacionamentos afetivos e círculos de amizades.

4.4.1. Vínculos familiares

O núcleo familiar é um espaço privilegiado para a socialização primária, processo no qual o mundo, enquanto realidade social dotada de sentido, é aprendido e interiorizado ainda na infância, quando a consciência sobre o outro generalizável ainda está sendo formada (BERGER; LUCKMANN, 1985). Assim, as dinâmicas de sociabilidades constituídas através dos vínculos familiares possuem especial importância na construção da identidade masculina, uma vez que é no interior da família que o indivíduo tem o seu primeiro contato com a

estrutura social de gênero. Para Oyěwùmí (2004), nas sociedades ocidentais, a família nuclear é justamente o espaço generificado por excelência.

Diante disso, meu primeiro esforço foi o de compreender as configurações básicas das famílias nas quais meus interlocutores estavam inseridos. O quadro abaixo traz essa esquematização com base nos dados colhidos durante a pesquisa de campo.

Quadro 5 – Sistematização das relações familiares dos interlocutores

Interlocutor	Composição da unidade doméstica	Principal referência familiar	Pessoa que é inspiração ou modelo
Hariel	Mãe adotiva* e irmão	Mãe adotiva*	Pai e mãe de sangue*
Thiago	Mãe, três irmãs, irmão e sobrinha	Mãe e irmã	Mãe
Luan	Mãe, duas irmãs, tia e prima	Mãe e primo	Avó e Taison**
Francisco	Marido	Não tem	Amiga
Max	Tio	Mãe	Ele mesmo
João Pedro	Mãe e irmã	Irmão	Irmão
Kevin	Esposa	Tio	Ele mesmo

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo.

* Mantive a distinção entre adotiva e “de sangue” conforme as expressões empregadas por Hariel, por entender que se tratava de uma especificação importante para o interlocutor.

** Jogador do time SC Internacional.

O primeiro aspecto que chama a atenção é que a composição da unidade doméstica (casa) é bastante diversa entre os casos analisados, porém, a mais recorrente é formada por uma figura materna e irmãos ou irmãs. Dentre os três casos em que isso não é verificado, Francisco e Kevin moram com seus cônjuges em uma casa no mesmo terreno que o restante da família. Aqui, Max é o caso que mais destoa. Desde que saiu da internação, em junho de 2020, está morando com um tio, já que não pode retornar para a casa da mãe, uma vez que ela reside em um bairro “dominado” pela facção rival a qual Max fazia parte (“Onde a minha mãe mora eu não posso entrar. Lá é os Antibalas, eu era Bala”).

Pelos relatos dos interlocutores, foi possível identificar o destaque conferido para algumas pessoas com as quais possuíam mais proximidade. Em geral, essa pessoa surgia em decorrência de perguntas como “Quem mais participou da tua criação?” e “Se tu tem algum problema, com quem tu pode contar?”. Denominei os familiares com esse vínculo mais forte como a principal referência familiar dos jovens. Nessa categoria, quatro interlocutores

elegeram suas mães, um afirmou não ter ninguém que se encaixava nessa relação e outros dois apontaram familiares homens de idade semelhante: João Pedro, que citou o irmão, e Kevin, que mencionou o tio – cuja diferença de idade é de apenas um ano.

Também questionei os entrevistados a respeito de pessoas que os inspiram ou servem de modelo. Aqui, as respostas foram bem diversificadas. Há a primeira menção à uma figura paterna, feita por Haniel, com quem não tem mais contato. Por outro lado, ainda há referência a figuras maternas (mãe e avó). Duas situações se sobressaem nessa categorização. A primeira é o fato de Max e Kevin referirem a si próprios, o que pode ser traduzido como uma afirmação da autoimagem frente a uma trajetória profundamente marcada pela exposição à violência e por privações e violações de direitos, assim como pode indicar uma importante necessidade de reconhecimento que não é conferida em outros âmbitos sociais, como no núcleo familiar, na escola e no trabalho.

O segundo ponto que chama a atenção é a citação de uma figura masculina fora do ambiente familiar e dos círculos de amizades: Luan mencionou o jogador de futebol Taison, que conheceu em um passeio do colégio ao estádio Beira-Rio, do SC Internacional. Não é só Luan que confere às atividades esportivas especial importância. Na verdade, a maioria dos interlocutores afirmou gostar e praticar algum esporte, em geral futebol, mas com menções também ao vôlei e a andar de bicicleta. Cabe destacar, brevemente, que o esporte pode ser considerado uma prática corporal tão relevante quanto a própria sexualidade na produção de identidades masculinas, principalmente quando praticado em equipe, de forma ritualizada, organizada e competitiva – como o futebol (CONNELL, 2016). Nesse sentido, os jogos e esporte viris aparecem aqui como importante fatores na “transformação de homens em homens”, ou seja, tidos como “antídotos” para a feminilização. A competição, a violência e o combate, ainda que ritualizados, são considerados socialmente como atributos próprios da masculinidade (CECCHETTO, 2004).

Retomando a discussão sobre configurações familiares, há uma importante correspondência com o binômio de “pai ausente” e “mãe protetora” nas histórias dos adolescentes e jovens entrevistados. A figura paterna foi muito ausente nas falas dos interlocutores. Enquanto a palavra “mãe” foi contabilizada 93 vezes nas entrevistas, aparecendo na fala de todos os meninos, o termo “pai” teve somente 19 ocorrências⁴⁸. Apenas

⁴⁸ Consulta de frequência de palavras realizada por meio do software *NVivo*, com base nos arquivos de texto das transcrições das minhas entrevistas.

três jovens falaram sobre a figura paterna. Hariel fez uma breve menção ao pai e à mãe de sangue quando questionei sobre pessoas que serviam de inspiração ou modelo para ele. A fala de João Pedro se insere bem nesse contexto de ausência de figura paterna, porém, no seu caso houve uma substituição com a figura masculina do irmão mais velho:

Osmar: Quem foi mais presente na tua criação?

João Pedro: Ah foi minha mãe e meu irmão. Porque eu cresci com a minha irmã, ela é um ano mais nova. Então basicamente o meu pai foi meu irmão. Porque... Eu conheci o meu pai, só que de vez em quando, um mês não, um mês sim... Então eu contei com o meu irmão e minha mãe. Pior que o que o pai fazia, o meu irmão fez. Ele me ensinou... Foi bacana. Eu queria ter tido uma infância diferente, mas... Não tive (João Pedro, 14 anos, julho de 2021).

A grande maioria dos meninos que entrevistei não possuíram referências adultas masculinas durante sua infância e juventude, porém, cabe destacar que Kevin representa uma importante contrapartida nesse assunto, ao passo em que possui uma referência paterna muito presente na sua vida. Isso ficou expresso em seu relato, seja porque trabalha na lancheria de seu pai, seja porque ele o ajuda na obra na casa em que mora com sua esposa. Além disso, Hariel, ao falar sobre seus projetos de futuro, traz a paternidade como um elemento central:

Osmar: Tu tem mais algum outro plano, outro sonho?

Hariel: Eu quero morar sozinho, ter meu carro. Ter meu filho, eu gosto muito de criança. (...) Eu quero ser um exemplo um dia, que minha história seja refletida de alguma forma pra mais pessoas. E eu ainda sei que eu tenho muito mais coisa pra passar, então... (...) Não sei, independente do que meu filho fizer eu vou tá junto dele (Hariel, 17 anos, março de 2021).

Narrativas como a de Kevin – que além de ter uma referência paterna presente, também demonstra ser ele mesmo um pai afetivo – e planos como o expresso por Hariel podem representar em alguma medida uma ruptura à ideia de pai ausente. Nesse sentido, é preciso considerar que a construção da masculinidade na adolescência passa pela aproximação com modelos adultos de referência. O encurtamento desse processo de transição e reafirmação da masculinidade pode ser levado a cabo pela paternidade – e por outros fatores, como a inserção antecipada no mercado de trabalho, por exemplo (CONNELL, 2016).

Desse modo, por mais que as histórias narradas aqui sejam marcadas em sua maioria pela ausência paterna, é possível concluir que a articulação entre masculinidade e paternidade é plural. De um lado, a paternidade pode ser encarada como uma forma de comprovação social de virilidade e de masculinidade, ou até mesmo pode envolver a rejeição e o abandono parental. No entanto, ela pode também ser expressa pela resignificação em modos mais

abrangentes de se pensar a relação entre ser homem e ser pai, resultando no envolvimento ativo com a gravidez de suas companheiras, seguido de corresponsabilidade na criação e desenvolvimento do ou da filha (CONNELL, 2016; NASCIMENTO, 2018).

Por outro lado, a posição das figuras maternas ainda é fortemente retratada por meio do ideal de “protetora”, estando sua representação social fortemente vinculada aos papéis de cuidado. Essa noção permeia a história de todos os meninos, às vezes de maneira implícita, mas em muitos casos de forma evidente. Esse é o caso relatado por Thiago e Max, no qual houve o estreitamento de seus vínculos familiares após o período que passaram em privação de liberdade na FASE, principalmente em relação às mães, que eram as *únicas* que compareciam em todos os dias de visitas. Segundo Thiago: “Mas mãe é mãe, né? É a única que fica do lado”, e no mesmo sentido Max: “Minha mãe era a única, sempre ia”.

Com isso, não pretendo argumentar que os interlocutores estão necessariamente inseridos em “famílias desestruturadas”, tampouco que essa seria a razão do cometimento de atos infracionais. Em primeiro lugar, como já foi debatido, os meninos possuem ampla variação quanto ao nível de envolvimento infracional, incluindo aqui casos de adolescentes com uma inserção muito pontual e isolada. Dessa forma, casos como Luan, Francisco e Kevin, o cometimento de ato infracional não se tornou um marcador significativo na formação da sua identidade social e tampouco acarretou em um envolvimento acentuado com o “mundo do crime”.

Em segundo lugar, a própria concepção de “família desestruturada” é passível de crítica, uma vez que pressupõe a existência de um modelo padrão de configuração familiar. Segundo Oyèwùmí (2004), a organização da família ocidental é baseada primordialmente na lógica da família nuclear patriarcal, caracterizada por um lar unifamiliar estruturado ao redor da unidade conjugal composto por uma mulher subordinada e um marido patriarcal, além das filhas e dos filhos. Aqui, o domicílio é generificado e composto por dois genitores, mas “chefiado” por uma figura masculina: enquanto o homem é concebido como o “ganhador de pão”, a mulher é associada ao lar, aos cuidados e à maternagem.

Nesse sentido, as configurações familiares relatadas pelos interlocutores não correspondem à ideia de família nuclear tradicional ocidental e patriarcal. Com exceção de Kevin, nenhum jovem morava com pai e mãe, ou ainda sequer tinha a figura paterna como referência familiar. As estruturas familiares, como observou Claudia Fonseca (2004), são marcadas pela flexibilidade e pelas mutações no tempo, não devendo ser consideradas

simplesmente como unidades domésticas estáticas. Igualmente ao que argumenta a autora, os adolescentes entrevistados passaram por arranjos domésticos diferentes durante as várias etapas do seu ciclo familiar, uma vez que há variação frequente quanto aos membros de cada casa e das relações estabelecidas entre eles. Por isso, é importante dar enfoque à estrutura familiar não como uma fotografia (estática) de uma residência, mas como um processo (dinâmico).

Assim, descarto a ideia de “família desestruturada”, para compreender que as unidades residenciais são compostas, em geral, pelo que Fonseca (2004) denomina por “unidade mãe-filhos/as”⁴⁹. Além da composição da casa, as famílias também parecem operar segundo práticas inseridas na lógica *matrifocal*, na qual as mulheres (especialmente as figuras maternas) assumem o centro das relações familiares e sociais. Porém, mesmo com a presença dessas práticas, ainda é necessário se questionar se os homens estão realmente ausentes das “unidades mãe-filhos/as”, assim como se a mãe efetivamente exerce uma relação de liderança e poder em relação aos seus filhos. Em outras palavras, é preciso compreender se o sistema de família patriarcal (estrutura social) atravessa ou não as unidades domésticas (configuração local), mesmo naquelas em que existe a “mulher-chefe-de-família”. Nesse sentido:

Por exemplo, a alta proporção de unidades domésticas na categoria “mãe sozinha com filhos” pode fazer parte, como na vila, de um sistema onde predomina a unidade conjugal patriarcal. No caso, essas unidades representam uma fase transitória entre duas uniões conjugais. São pequenas unidades precárias, não auto-suficientes, desmanteladas pelo casamento (em geral iminente) da mulher (FONSECA, 2004, p. 33).

Aqui, é preciso considerar que as estruturas familiares são os primeiros espaços nos quais os jovens vivem o processo de socialização e, através da relação com suas referências adultas, engendram suas próprias práticas de gênero (CONNELL, 2016). Desse modo, o papel que as mulheres desempenham na formação do modelo de masculinidade hegemônica não deve ser ignorado, levando em conta tanto o caráter relacional de gênero, quanto o fato de que o modelo de feminilidade enfatizada é “organizado como uma adaptação ao poder dos homens, e enfatiza a conformidade, o cuidado e a empatia como virtudes das mulheres” (CONNELL, 187, p. 188, tradução minha).

⁴⁹ O termo é proposto por Fonseca (2004) na busca por maior precisão conceitual e para evitar outras expressões carregadas de cargas morais, como a figura da “mãe solteira”. Nesse sentido, cabe a crítica de Oyèwùmí (2004) sobre o modelo generificado de família nuclear ocidental que reduz a mulher à condição de esposa. Assim, antes de ser mãe, a mulher é definida socialmente pela sua relação com o homem da unidade conjugal.

Dentro dessa discussão, o relato de Thiago indica que a constituição da sua identidade masculina passou pelo aprendizado e incorporação da ideia “homem da casa”, do qual se espera o provimento econômico do núcleo familiar por via do trabalho lícito:

Osmar: E quando tu tem dinheiro, o que tu faz com ele?

Thiago: Primeiramente, eu olho a geladeira de casa. Daí se não, se não tiver, é ali que vai. Todo o dinheiro já. Que nem... Eu me inscrevi no auxílio do ano passado. Aí quando vê fui aprovado. Mas daí nenhuma parcela eu peguei o dinheiro. No caso, dei tudo pra minha mãe, sabe? Daí ba, ver os armário cheio ali dá... Já deixa a pessoa feliz né?

(...)

Osmar: O que tu acha que um homem tem que fazer?

Thiago: Pra mim no caso, o meu pensamento é assim que nem eu tava tentando te explicar agora, em primeiro lugar a família, sabe? Minha mãe sempre fala que “tu é o homem da casa”, daí... Ba, tem que... Se não vier, tem que correr atrás... Uma obra, capinar um pátio, sabe? Não é serviço assim, né, mas ganhando dinheiro, ba, é o lucro (Thiago, 19 anos, abril de 2021)

Thiago evidencia a importância que participar ativamente no sustento da casa assume em sua vida. O jovem é um exemplo do que acontece, em geral, com os demais interlocutores, excetuando Hariel e João Pedro, que afirmaram priorizar o consumo de bens no âmbito pessoal, como a compra de cigarros, bebidas, roupas, idas a festas, telefone e até mesmo de uma moto, enfim, vinculando a sua independência econômica à satisfação de desejos pessoais.

Nesse sentido, muito embora as noções de “homem da casa” e “homem provedor” atravessem os relatos de alguns jovens, as estruturas familiares nas quais estão inseridos parecem seguir práticas e lógicas matrifocais. Isso porque são as mulheres, especialmente as figuras maternas, que estão no centro das relações familiares e sociais que envolvem o âmbito doméstico, exercendo uma relação de liderança e poder sobre os interlocutores. Desse modo, as ideias de “homem da casa” e “homem provedor” se apresentam como uma posição de auxílio econômico no sustento da casa e não necessariamente na assunção de poder e responsabilidades dentro do âmbito doméstico. Aqui, a tomada de decisão segue a cargo das mães, o que fica evidenciado pelo fato de que os jovens são acionados para assumir tais posições somente em razão de serem convocados para tanto pelas suas mães.

De qualquer modo, a assunção dessa posição por parte dos interlocutores – “homem da casa” e “homem provedor” – estão relacionadas com a busca pela masculinidade hegemônica, uma vez que intimamente associada a forma mais honrada de ser homem (CONNELL, 2005). No entanto, acredito que as trajetórias dos adolescentes entrevistados, ainda que plurais, podem ser reunidas no modelo não-hegemônico de *masculinidade marginalizada*, que por sua

vez é caracterizada pela discriminação advinda da interação com outros marcadores sociais, em especial raça e classe (CONNELL, 2005). Nem todo adolescente é tratado pelo Sistema de Justiça Criminal Juvenil como um adolescente, já que as “experiências geracionais são diferenciadas pelo racismo, transformando negros em menores e brancos em adolescentes durante as sentenças das medidas socioeducativas pelos juizados, quando raça e gênero se cruzam” (AKOTIRENE, 2018, p. 66).

Assim, a intersecção entre gênero e raça leva adolescentes a serem tratados como homens negros, com responsabilidades precoces de classe (AKOTIRENE, 2018). Esse processo de antecipação da maturidade, segundo Lyra (2013), ocorre em razão das vivências que atravessam as trajetórias dos adolescentes sob a ótica da grande exposição à violência e da violação de direitos, de modo que cada menino, ou melhor, cada “sujeito-homem”, passa a traçar um caminho próprio de independência e realização por meio da conquista de respeito e reconhecimento em espaços alternativos à realidade em que está inserido.

4.4.2. Relacionamentos afetivos e círculos de amizades

Outra dimensão que abordei com os interlocutores foram os seus relacionamentos afetivos a partir dos seus formatos plurais, como o casamento, o namoro e relações momentâneas com outras pessoas, tendo em vista que é um espaço privilegiado para a compreensão das práticas e representações de gênero, assim como para a formação da identidade social masculina. Dentre os sete interlocutores desta pesquisa, dois estavam solteiros, três namorando e dois eram casados e moravam junto com os seus cônjuges.

De início, considero interessante o fato de que os três entrevistados que estavam namorando emitiram – uns mais, outros menos – conceitos negativos quanto à relação que possuíam, demonstrando inclusive pouca perspectiva futura no que tange à sua manutenção. Os trechos a seguir demonstram essa constatação e são todos de jovens que possuíam uma trajetória infracional contínua dentro do “mundo do crime”:

Osmar: Tu tá namorando, tem algum relacionamento?

Thiago: Aham. Ba, eu tô há um tempo já. É chato, tá louco... (Thiago, 19 anos, abril de 2021).

Osmar: Como é a relação com ela?

João Pedro: Bacana.... Não é bem... Agora no caso eu namoro acho que uns dois ou três meses, na real, só que tipo nos desentendemos, ficamos um mês sem se falar.

Agora voltamos a se falar de novo. A gente tá ficando... Lá em casa, hoje ela vai lá, ontem ela tava lá, anteontem ela tava lá. É bacana...

Osmar: Tu confia nela?

João Pedro: Confio quando ela tá perto de mim, isso sim.

Osmar: Tu já se sentiu traído, teve ciúmes?

João Pedro: Se acontecer, aconteceu... Mulher tem um monte, não dá pra se apegar (João Pedro, 14 anos, julho de 2021).

Osmar: Pelo visto tem pessoas que se importam contigo... Tem tua namorada...

Max: Ah, eu não penso nela.

Osmar: Teu namoro é recente?

Max: Já faz uns dois anos já. Mas ela só incomoda. Tô com ela porque ela é a única que fica com o cara junto...

Osmar: Mas tu não gosta muito?

Max: Não, traio ela quando tenho tempo. Mas nada demais. É normal fazer isso.

(...)

Osmar: E tu acha que ela te trai?

Max: Ela não, ela vive na minha casa. Todo dia. Não sei, se trai é tranquilo (Max, 16 anos, maio de 2021).

Os relatos dos jovens dão conta de “descontentamentos” com seus namoros em graus diversos, indo desde o aborrecimento com a relação (“É chato, tá louco...”), passando por brigas, desconfiança e desapego, como no caso de João Pedro, chegando até a situação narrada por Max, em que a traição da sua namorada parece ter se tornado uma prática naturalizada (“Não, traio ela quando tenho tempo. Mas nada demais. É normal fazer isso”).

Dessa forma, é possível concluir que os relacionamentos de João Pedro e Max passam por um processo de fragilização acentuada na medida em que falas como “Se acontecer, aconteceu... Mulher tem um monte, não dá pra se apegar” e “Ah, eu não penso nela” indicam a ausência de perspectiva de futuro de um vínculo afetivo estável e duradouro com suas companheiras atuais. Com isso, não pretendo afirmar que os jovens possuem uma “inadequação com o formato monogâmico de família tradicional”, tampouco desconsiderar o caráter transitório e experimental que faz parte da própria condição juvenil. Contudo, essa “fragilidade” que aparece subjacente em suas falas está relacionada com a construção de uma identidade masculina pautada pela representação social do homem enquanto “alfa”, “ganhão”, “pegador”, entre outras figuras.

Aqui, as posturas dos adolescentes parecem se conformar com o argumentado por Tania Salem (2006), no sentido de que há uma polaridade representacional em que a mulher é considerada “mais agarrada”, enquanto o homem é tido como naturalmente “mais desapegado”. Para a autora, esse ideal cultural conduz ao que entende ser o centro das oposições de gênero: a “tendência feminina para o vínculo” em contraste com a “vocaçao masculina para circular entre mulheres”.

O relacionamento amoroso com maior duração é o de Francisco, casado há mais de três anos com outro homem. Mesmo Kevin, que também é casado e mora com sua cônjuge, relatou uma recente separação, tendo reatado há poucos dias na época em que a entrevista foi realizada. Portanto, o relacionamento mais estável e duradouro é do único interlocutor homossexual. Além das práticas e relações afetivas, a sexualidade é outra dimensão muito importante da construção social da identidade masculina. Vejamos como essa dimensão foi articulada na resposta à pergunta que fiz para Kevin:

Osmar: Alguém já te falou “seja homem!”?

Kevin: Ah, sim... Mas no fato de, tipo, essa palavra de “seja homem!”, a pessoa ser honesta, ser certa... Respeitar as pessoas, ser sincero. Cumprir com as tuas palavras... Ter palavra de homem. Eu acho que é isso, né? Um cara chega pra ti e fala pra ti ser homem...

Osmar: E [o que é] ser macho?

Kevin: Isso aí é tipo assim, se eu me galinhar pro teu lado daí tu fala “ô te afirma!”, se eu ficar de arreganho pro teu lado. “Vira homenzinho!” (Kevin, 19 anos, julho de 2021).

Se na primeira resposta, Kevin disse que o homem precisa “ter respeito”, na sequência afirma que a figura do “macho” é caracterizada por “não se galinhar e ficar de arreganho pro lado” de outro homem. Sua fala deixa transparecer uma certa distinção entre ser homem e ser macho, mas ambos estão intrinsecamente conectados. “Ter respeito”, então, aparece como uma ideia vinculada a uma perspectiva heteronormativa. Não basta ser homem, tem que ser macho.

Segundo Connell (2016), a ideia de direito ao prazer sexual é um elemento constitutivo da masculinidade, mas em geral está atrelado à heterossexualidade compulsória. Assim como se considera que os homens são sujeitos não-generificados, supõe-se a heterossexualidade de forma automática e natural. Na verdade, a heterossexualidade masculina também diz respeito a um processo complexo de aprendizado que marginaliza possibilidades sexuais outras, em especial praticadas com outros homens. Além disso, esse processo de aprendizado também inclui formas específicas de se lidar com parceiras ou potenciais parceiras, construção de imagens de si mesmo, entre outros aspectos.

Há uma preocupação – às vezes explícita, às vezes implícita – quanto ao nível de intimidade permitido no interior das relações entre homens. Portanto, a intimidade precisa ser controlada e as manifestações homofóbicas representam um recurso imprescindível para tanto, tendo em vista que ela impõe um significativo “obstáculo à expressão de intimidade entre homens. É preciso ser cauteloso e manter a camaradagem dentro de seus limites,

empregando apenas gestos e comportamentos autorizados para o ‘macho’” (LOURO, 2000, p. 19).

Desse modo, os relacionamentos entre homens, ainda que de amizade ou coleguismo, são delimitados socialmente por uma fronteira cuja transposição é perigosa. Manter-se a uma “distância segura” da intimidade com outro homem, por outro lado, corresponde e reforça a ideia de heterossexualidade compulsória, intrinsecamente vinculada aos modelos de masculinidade hegemônica (CONNELL, 1987). Os interlocutores desta pesquisa se encaixam nesse argumento, uma vez que narraram possuir uma rede de amizade bastante restrita e, em muitos casos, pouco confiável.

O vínculo de amizade mais forte que Hariel teve, por exemplo, foi com sua “prima”, que o recebeu em sua casa quando fugiu do acolhimento institucional, ocasião em que ela o convidou para vender droga na “boca de fumo” pela qual era responsável. Porém, mesmo esse vínculo foi perdido depois da operação policial que invadiu a casa em que os dois moravam: “ela teve que morar em outro lugar porque ela perdeu muita droga”. Situação semelhante ocorreu com Kevin, cuja relação mais forte é com o seu tio, também envolvido com o crime, mas que está preso atualmente.

Luan e João Pedro possuíram relatos similares: ambos se afastaram de muitos amigos, até ficarem com apenas um amigo de confiança. Aqui, cabe destacar um ponto de convergência bastante interessante. Kevin, Francisco e Max utilizaram a expressão “conhecidos” para demarcar o nível amizade, e portanto de intimidade, com outros pares. Vejamos:

Osmar: Tu tem muitos amigos?

Kevin: Amizade de dia nenhuma é verdadeira... Eu tenho só um amigo, que no caso é meu parente, é meu tio. Agora ele tá preso. Ele só foi preso porque ele tava foragido de uns negócios que ele fazia pra mulher dele... Mas agora ele até trabalha na lancheria com meu pai, ele faz os lanches junto com meu pai e eu faço as tele. E a meia noite pega o táxi... Só que daí antes ele era da vida errada. E aí agora ele foi preso... Ele tem vinte anos. É gurizão ainda. Gurizão, gurizão. Ba, pra mim ele é meu amigão afu. Com ele eu também posso contar.

(...)

Osmar: E amigos que tu cresceu junto?

Kevin: Ah, tenho, mas não sou próximo. Conhecidos. Amigo eu chamo só meu tio.

Osmar: E teve algum conflito? Teve alguma amizade que se desfez?

Kevin: Hoje em dia, meu bairro lá os amigos que eu conheço tão tudo traficando. Entendeu? Daí tipo... Se eu precisar, não vai me apoiar, me ajudar. Por isso que não tem, entendeu? Eu tô sempre ali com meu tio, com a minha mãe e com meu pai, nesse dia a dia na lancheria. Eu, ele, nós... Os guris não tão comigo... Entendeu? Todos, todos, todos que eu preciso tão ali [no tráfico] (Kevin, 19 anos, julho de 2021).

Osmar: E o que amizade significa pra ti?

Francisco: Olha... É uma pergunta meio difícil, sabia? Porque eu sempre me importei demais com as pessoas e as pessoas só quebraram a cara comigo, entendeu? Então eu não posso responder essa pergunta assim, porque eu não posso dizer nem que eu tenho amigo, né?

Osmar: Tu acha que tu não tem?

Francisco: Eu acho que eu tenho pessoas que são meus conhecidos, é diferente. Porque amigo que é amigo tá ali em todas as situações, bem ou mal.

Osmar: E tu já se decepcionou com muitos?

Francisco: Na verdade, com todos que eu tenho. Tipo, as pessoas me chamam só pra sair ou pra estragar a minha vida. E daí depois as pessoas não se importam se tu tá bem, se não tá, se precisa de ajuda, se não precisa... (Francisco, 19 anos, maio de 2021).

Osmar: E o que significa amizade pra ti?

Max: Eu não acredito em amizade. Depois do último caso, quando eu tava no morro e tal, eu tinha um morro.... Aí tu vê como as amizades são falsas, porque eles tentaram cavar a minha cova e eu fui mais esperto. Na real, eu não tenho amigos. Tenho conhecidos (Max, 16 anos, maio de 2021).

Os relatos são razoavelmente extensos, mas apontam para a mesma direção quanto à impossibilidade de contar e confiar em outras pessoas. Kevin e Francisco, cujo envolvimento com atos infracionais ocorreu de forma pontual e isolada em suas trajetórias, afirmam que ou não podem contar com seus pares (“Se eu precisar, não vai me apoiar, me ajudar”), ou já confiaram e se decepcionaram (“as pessoas me chamam só pra sair ou pra estragar a minha vida”).

Já o caso de Max é mais complexo. Primeiro porque o jovem tinha um envolvimento acentuado com o “mundo do crime”, especialmente com os Balas na Cara, e quando “caiu” (foi internado na FASE), ficou muito decepcionado porque não foi procurado e nem recebeu nenhum tipo de assistência de quem também fazia parte da facção. Em segundo lugar, há esse relato de que “tentaram cavar a sua cova”. Em que pese Max não tenha dado mais detalhes sobre esse ocorrido, o que fica implícito é que ele sofreu ameaça de morte ou mesmo tentativa de homicídio. Além da sua frase dar margem para essa interpretação, corrobora também o fato dele ter deixado a casa da mãe para morar com o tio em outro território.

Diante disso, é possível concluir que entre os jovens e seus pares não só não há uma relação de intimidade, como muitos desses vínculos foram mediados pelo envolvimento que tiveram no “mundo do crime”. Além disso, as amizades foram se desfazendo ao passo em que os interlocutores se distanciaram do cometimento de atos infracionais.

Entretanto, cabe aqui uma ressalva importante. Muito embora existam narrativas como a de Haniel, que se envolveu com o tráfico quando estreitou seu vínculo com uma amiga em um momento conturbado da sua trajetória, considerando que recém havia evadido do

acolhimento institucional, não se pretende com isso atrelar à rede de relações entre pares uma relação de causalidade entre a rede de amizades e o envolvimento com atos infracionais. Nesse sentido, o caso de Thiago representa um bom exemplo:

Osmar: E tu tem amigos, amigas?

Thiago: Ba, eu tenho... Que eu posso contar assim de amigos, ba, eu tenho só um. Ba, que é desde criança, então a gente se criou. Ba, a gente se conhece há muito. Mas já brigamos um montão de vez. Ele ou eu sempre fala, a gente era amigo né, desde criança. Ele cresceu comigo desde criança. Ele que também falava, dava uns conselhos: “ba, não vai...”. Aí eu ia, cabeça fraca que nem eu te falei, e dava tudo errado. Aí eu já começava a pensar mais.

Osmar: E ele é amigo que tu conheceu do bairro?

Thiago: Aham, sim sim. No caso onde eu morava, ele morava perto da minha casa assim. Ba, desde criança mesmo.

Osmar: E tu ainda tem contato com ele?

Thiago: Tenho. Daí agora ele mora no mesmo lugar e eu me mudei pra rua de cima. Daí a rua de cima dá certinho no pátio dele (Thiago, 19 anos, abril de 2021).

Como se pode observar, a principal referência nos círculos de amizade de Thiago, que ainda se mantém nos dias de hoje, tentava dissuadi-lo a se envolver com o crime.

Por fim, ainda merecem destaque as maneiras pelas quais as identidades masculinas são construídas e afirmadas frente a posturas desafiadoras que emergem dentro da dinâmica de sociabilidade específica do “mundo do crime”. O que acontece é que o jovem é acionado (através de práticas provocativas por parte de seus pares) para agir de determinada maneira, em geral a partir de atos violentos. A correspondência no seu comportamento está vinculada a ideais de defesa da honra e da autoimagem do adolescente enquanto macho, enquanto sujeito-homem. Essa questão é muito bem exemplificada no seguinte relato de Max:

Osmar: Já falaram pra ti “seja macho”?

Max: Uma vez pra matar... “Seja homem, mata esse cara!” Eu peguei, virei a cara e comecei a dar tiro... No [Primeiro nome da vítima]. [Nome completo da vítima]⁵⁰. Nome do guri que eu matei. [Silêncio] Nem sinto falta. Abusava de crianças lá do colégio. Aí nós matamos.

Osmar: Não era contra?

Max: Não, ele era da vila...

Osmar: E nessa hora te falaram isso de “seja homem”?

Max: Sim.

Osmar: Te ajudou a conseguir matar ele?

Max: Se eu não fizesse eles iam me chamar de cagalhão. Aí fiz. Sete tiros. [Silêncio] (Max, 16 anos, julho de 2021).

⁵⁰ Na ocasião da entrevista, o adolescente narra um homicídio, informando o primeiro nome da vítima, repetindo logo em seguida, mas dessa vez dizendo o nome completo. Por questões éticas, suprimi a identificação da vítima. Porém, por considerar importante tanto o conteúdo da fala quanto à forma com que ele foi transmitido – através da pausa e da repetição do nome –, optei por descrever em colchetes o ocorrido como forma de manter a maior fidelidade do relato.

No caso narrado por Max, fica explícito que sua rede de amizade constituída ao redor do envolvimento com o “mundo do crime”, coloca em questão a autoimagem sobre o que significa ser homem e ser macho, suscitando dessa forma comportamentos violentos com fim de afirmação da masculinidade. O não engajamento em práticas infracionais, como no caso lembrado pelo jovem, acarreta na fragilização do respeito, da imagem e da honra do adolescente frente a seus pares. Em geral, isso ocorre por meio da rotulação de termos depreciativos como “cagalhão” – ou ainda “fracos”, “bichas”, “cagões”, entre outros termos (PIMENTA, 2014a).

Nesses casos, “a ‘masculinidade’ de um e de outro é colocada em questão e a afirmação da identidade é dada por meio da violência” (PIMENTA, 2014a, p. 714). Assim, o que está subjacente a essas práticas de provocação são dinâmicas de construção e afirmação de identidades masculinas marginalizadas, pautadas em ideias como bravura e ousadia como elementos centrais de uma hipermasculinidade. Como argumenta Lyra (2013), além da satisfação pessoal, as demonstrações de tenacidade e poder são responsáveis por proporcionar ao jovem o acesso a determinadas relações sociais, uma vez em que ele é reconhecido pelos seus pares enquanto um “sujeito-homem”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi identificar e analisar as trajetórias infracionais de adolescentes e jovens homens, buscando compreender as nuances entre os diferentes graus de envolvimento com o “mundo do crime”, assim como refletir sobre a dimensão de gênero que atravessa essas dinâmicas, principalmente quanto à construção das identidades masculinas dos interlocutores. Em primeiro lugar, foi possível constatar uma importante heterogeneidade nos perfis e nas trajetórias infracionais de cada interlocutor. O emprego da tipologia proposta por Koerich (2018), aliado ao conceito de sujeição criminal de Misse (1999; 2010; 2019), permitiu apreender o grau de envolvimento dos adolescentes com o “mundo do crime”.

Alguns jovens possuíram uma inserção pontual em atos infracionais, de modo que o ato praticado representou uma ocorrência isolada na história de vida de cada um, sem se tornar um fator relevante para a formação da identidade social do jovem. Além disso, esse grupo de interlocutores demonstraram um desconhecimento quanto ao ato infracional praticado, a medida socioeducativa e especialmente acerca dos procedimentos desenvolvidos na seara jurídica. Nesses casos, tanto o processo judicial de apuração do ato infracional quanto a própria execução da medida correm à revelia da compreensão dos jovens, de forma que a garantia dos seus direitos e mesmo a efetividade do atendimento socioeducativo pode ser questionada.

De outro lado, outros jovens tiveram uma inserção contínua em atos infracionais, uma vez que praticaram múltiplos atos infracionais e tiveram passagens pela privação de liberdade. Nesses casos, os atos infracionais revelaram-se como um marcador fundamental na composição da identidade dos jovens. Esses meninos, que tiveram uma trajetória infracional contínua (a “carreira infracional”), são aqueles com envolvimento mais agravado no “mundo do crime”, muitos tendo inclusive se envolvido com coletivos criminais.

Embora seja possível identificar alguns elementos inclusive nos interlocutores com inserção pontual em atos infracionais, é pelos relatos de jovens com trajetórias infracionais contínuas que se torna mais evidente a manifestação de um processo de criminalização em curso. Nesse sentido, foi possível concluir que o processo de sujeição criminal está mais evidente nas vidas desses jovens, uma vez que tais trajetórias contínuas de envolvimento com o crime, quando aliadas aos “tipos sociais” demarcados socialmente pela pobreza, pela cor e

pelo estilo de vida, provoca uma diferenciação frente a outros autores de atos infracionais, que por sua vez não são considerados enquanto “marginais”, “violentos” ou “bandidos”. Desse modo, a cisão provocada pelo processo de sujeição criminal deixa os jovens com trajetórias infracionais contínuas sujeitos a políticas de aprisionamento ou mesmo de extermínio (MISSE, 1999; 2010; 2019).

Ainda que exista um distanciamento entre as trajetórias infracionais dos interlocutores, há um ponto de convergência muito relevante: todos os interlocutores relataram diversos casos de violência policial. Isso quer dizer que ser “menos envolvido” não significa necessariamente que estão menos expostos às violações de direitos praticadas por agentes policiais. As violências narradas pelos jovens indicam, além de uma certa naturalização dessa violação de direitos pela sua inscrição reiterada na vida cotidiana (“Se tu para tu apanha, se tu corre tu apanha. Não tem saída”), que elas estão diretamente associadas com outros marcadores sociais, como o local onde vivem, a classe da qual fazem parte e a cor da pele que têm.

Considerando que a temática das masculinidades não corresponde a um objeto de estudos consolidado e coerente em si, a partir do qual seria possível formular generalizações no âmbito sociológico (PIMENTA, 2014a), busquei analisar as particularidades dos processos de constituição das identidades masculinas, inclusive quanto aos atravessamentos por outros marcadores sociais, já que os interlocutores, em geral, estavam alinhados ao que Connell (2005) denominou por masculinidade não-hegemônica marginalizada. Além disso, cabe destacar que a constituição das identidades masculinas dos interlocutores a qual me refiro não corresponde a um processo consolidado e acabado. O que encontrei em minha pesquisa empírica se refere a um momento no percurso de cada um, uma fotografia, de modo que tudo pode ser ressignificado a partir dos atravessamentos de outros processos sociais que estão em andamento.

Dessa maneira, evitei focalizar esta pesquisa apenas nos pontos de convergência das narrativas dos adolescentes e jovens entrevistados, de modo a escapar da tentativa de propor uma trajetória una e comum a todos os jovens envolvidos com o crime, como se estivesse em busca da relação causa e efeito que explicasse a inserção de todos os adolescentes na prática de atos infracionais. Pelo contrário, procurei dar igual atenção aos aspectos divergentes e contraditórios que permearam a pesquisa de campo como forma de realçar a pluralidade de identidades masculinas e de expressões possíveis das masculinidades (HEILBORN;

CARRARA, 1998), bem como levando em conta a complexidade do fenômeno social da violência. Assim, por meio da reconstrução biográfica das trajetórias dos adolescentes e jovens entrevistados, foi possível analisar, comparar e refletir sobre alguns aspectos e dimensões das dinâmicas de sociabilidade associadas às diferentes masculinidades inseridas no contexto do “mundo do crime”.

As identidades masculinas dos adolescentes entrevistados, ainda que plurais, podem ser reunidas no modelo não-hegemônico de masculinidade marginalizada, uma vez que ela é caracterizada pela discriminação advinda da interação com outros marcadores sociais, em especial raça e classe (CONNELL, 2005). Já a articulação entre trajetória infracional e a construção da masculinidade foi analisada a partir das relações interpessoais dos interlocutores, considerando o caráter relacional de gênero (MEDRADO; LYRA, 2018; VIVEROS-VIGOYA, 2018). Nesse sentido, foram extraídas três grandes pontos em comum a partir de suas interações no âmbito familiar, nos relacionamentos afetivos e nos círculos de amizade.

Quanto ao primeiro ponto, as configurações familiares dos meninos são variadas – principalmente quanto à composição das unidades domésticas –, mas possuem uma forte correspondência com o binômio de “pai ausente” e “mãe protetora”, de modo que há uma grande lacuna de referências adultas masculinas durante o período de infância e juventude. Pela análise dos dados, as estruturas familiares parecem seguir práticas e lógicas matrifocais, tendo em vista que as mulheres (especialmente as figuras maternas) estão no centro das relações familiares e sociais, principalmente considerando que elas exercem uma relação de liderança e poder sobre os interlocutores.

Muito embora estejam presentes noções como “homem da casa” ou “homem provedor”, que por sua vez estão relacionadas à busca pela masculinidade hegemônica, ou seja, à forma considerada socialmente como mais honrada de ser homem (CONNELL, 2005), tais posições estão mais relacionados com a ideia de auxiliar economicamente o sustento da família e não necessariamente na assunção de poder e responsabilidades na casa. A tomada de decisão no âmbito doméstico ainda fica a cargo das mães. Isso porque mesmo nas situações em que os jovens são acionados para assumir a posição de “homem da casa”, isso só ocorre por convocação das figuras maternas, uma vez que são elas que os colocam nessa posição.

Já sobre os relacionamentos afetivos, é possível extrair da análise dos dados que os três entrevistados que estavam namorando – todos com trajetória infracional contínua –

emitiram conceitos negativos quanto à relação que possuíam, demonstrando inclusive pouca perspectiva futura no que tange à sua manutenção, havendo também relatos de traição reiterada. O que está subjacente em suas falas é a construção de uma identidade masculina atrelada à ideia de virilidade, em outras palavras, pautada pela representação social do homem enquanto “alfa”, “garanhão”, “pegador”, entre outras figuras. Isso se relaciona com o que Salem (2006) entende ser uma oposição central nas relações de gênero: a “tendência feminina para o vínculo” em contraste com a “vocação masculina para circular entre mulheres”.

Sobre os círculos de amizade, os relatos dos jovens revelam uma importante fragilidade, uma vez que seus vínculos são perpassados pelos sentimentos de decepção e de desconfiança, principalmente quando se referem aos antigos amigos envolvidos com o crime. Os dados apontam que não há uma ligação de parceria ou lealdade entre os envolvidos no “mundo do crime”, ao menos do ponto de vista da experiência dos meus interlocutores. Mesmo dentro de coletivos criminais, onde o processo de identificação atua como um forte recurso para o pertencimento, o que predomina é a desconfiança e o distanciamento⁵¹. Os jovens informam, em geral, apenas uma amizade próxima, muitas vezes sendo uma figura masculina da própria família com idade semelhante, como irmão, primo ou tio (“Conhecidos, amigo eu chamo só meu tio”).

Além do distanciamento provocado pela ruptura com o envolvimento no crime, por meio da interrupção do cometimento de atos infracionais, também é possível extrair das falas dos jovens a preocupação em manter as amizades, principalmente com homens, fora do terreno da intimidade. Isso porque cruzar essa fronteira representa por em cheque a sua heterossexualidade. Além da rede de amizades ser muito restrita, em muitos casos também é considerada pouco confiável.

Por fim, cabe retomar a autoimagem de “macho” que é construída e reafirmada frente a práticas desafiadoras e provocativas que ocorrem em razão da sociabilidade específica do “mundo do crime”. Ou seja, os jovens são suscitados para se engajarem em comportamentos violentos com o fim de afirmação da sua masculinidade. Não agir de acordo acarreta na fragilização do respeito, da imagem e da honra do jovem com relação aos seus pares. Dessa forma, o que está subjacente a essas práticas de provocação são dinâmicas de construção e

⁵¹ Diferentemente do que é observado em pesquisas sobre a relação de irmandade entre os membros do PCC em São Paulo (FELTRAN, 2008).

afirmação de identidades masculinas marginalizadas, pautadas em ideias como bravura e ousadia como elementos centrais de uma hipermasculinidade.

Enfim, ainda que não seja possível realizar generalizações sociológicas a partir dos dados colhidos com base em um reduzido número de interlocutores, o potencial desta pesquisa reside na possibilidade de comparar, contrastar e conectar trajetórias heterogêneas, reunidas em torno de uma articulação (adolescência/juventude, envolvimento com o crime e masculinidade) que ainda carece de investigações que considerem o ponto de vista daqueles diretamente implicados nessas dinâmicas e sociabilidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena; LEÓN, Oscar; FREITAS, Maria Virgínia (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: Referências Conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. Brasília, UNESCO, 2006.
- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas**. UNESCO: Brasília, 2002.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Género, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 95, p. 161-190, 1996.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Etnográfica Press, 1995.
- ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- AQUINO, Jania; HIRATA, Daniel. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **BIB**, São Paulo, n. 84, p. 107-147, 2017.
- ARAGUSUKU, Henrique Araujo. **O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ARILHA, Margareth. **O masculino em conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; DUTRA, Luíza Correa de Magalhães; BELUSSO, Osmar. Controle social, punição e racismo: os casos encaminhados ao Centro de Referência em Direitos Humanos da DPE/RS. **RBCCrim: Revista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 148, n. 26, p. 549-577, out. 2018.
- BARROS, Betina Warmling. **A coerência da crueldade: os significados da violência extrema para os envolvidos no tráfico de drogas no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- BASTOS, Cibelle Canto. Contando os danos: análise de um grupo de acolhimento feminista online e a construção social do corpo feminino. **Amazônica**, v. 10, n. 1, p. 82-101, 2018.
- BECKER, Howard S. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BRASIL. **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

BRASIL. **Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2018.

BRASIL. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) [...]. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 109**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Resolução nº 145**. Aprova a Política Nacional da Assistência Social. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. **Decreto Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, 1940.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre a fenomenologia e teoria feminista. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de Leituras**, n. 78. jun. 2018.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York/London: Routledge, 2004.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CIFALI, Ana Claudia. **As disputas pela definição da Justiça Juvenil no Brasil: atores, representações sociais e racionalidades**. Tese (Doutorado em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

- CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality.** Cambridge: Polity Press, 2016.
- CONNELL, Raewyn. **Gênero em Termos Reais.** São Paulo: nVersos, 2016.
- CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 9-20, out. 2012.
- CONNELL, Raewyn. **Gender in world perspective.** 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2009.
- CONNELL, Raewyn. **Masculinities.** 2. ed. Berkley: University of California Press, 2005.
- CONNELL, Raewyn. **The men and the boys.** St. Leonards: Allen & Unwin, 2000.
- CONNELL, Raewyn. **Gender and Power: society, the person and sexual politics.** Cambridge: Polity Press, 1987.
- CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 424, p. 241-282, jan./abr. 2013.
- COSTA, Ana Paula Motta. Os direitos dos adolescentes no sistema constitucional brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ-RFD**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 41-61, 2013.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1, n. 8, 1989.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2002.
- DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A “Casa das Bonecas”**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino no RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FASC. **Apresentação**: Fundação de Assistência Social e Cidadania. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=56. Acesso em 2 out. 2020.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP, 2020.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. São Paulo: FBSP, 2018.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de Tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PPGCS, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

FIGUEROA-PEREA, Juan-Guillermo. Algunas reflexiones para dialogar sobre el patriarcado desde el estudio y el trabajo con varones y masculinidades. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, n. 22, p. 221-248, abr. 2016.

FILHO, Raimundo Barbosa Silva; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência e grupos populares. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica del poder**. 2. ed. Madrid: Las Ediciones de las Piqueta, 1979.

FREIRE, Jussara; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. Sociabilidade violenta, o bandido e Deus: considerações sobre a gramática da violência urbana. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 124-150, jan./abr. 2019.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: Um manual prático. ed. 2. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da vida no crime**: tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens... **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, 1998.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

hooks, bell. **Ain't I a Woman**: black women and feminism. London: Pluto Press, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KIDDER, Louise. Apêndice: uma introdução à amostragem. In: KIDDER, L. (org). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. v. 1. São Paulo: EPU, 1987. p. 85-104.

KIMMEL, Michael S.; HEARN, Jeff; CONNELL, Raewyn. **Handbook of studies on men and masculinities**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

KIMMEL, Michael S.; MESSNER, Michael A. Introduction. In: KIMMEL, M. S.; MESSNER, M. A. **Men's Lives**. 8. ed. Boston: Pearson, 2010. p. xi-xix.

KOERICH, Bruna Rossi. **Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades**: projetos de futuro na socioeducação de meio aberto. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LACERDA, A.; RAMALHO, L. **Guia de Pesquisa na Quarentena**: obstáculos e possibilidades para as ciências humanas e sociais em isolamento social. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013.

MACHADO, Martha de Toledo. Sistema especial de proteção da liberdade do adolescente na Constituição Brasileira de 1988 e no Estado da Criança e do Adolescente. In: ILANUD. **Justiça, Adolescente e Ato Infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

MACHADO-DA-SILVA, Luiz Antonio. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010.

MACHADO-DA-SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO-DA-SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MACHADO-DA-SILVA, Luiz Antonio. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 13, p. 115-124, nov. 1999.

MARQUES, Adalton. Do ponto de vista do “crime”: notas de um trabalho de campo com “ladrões”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 45, p. 335-367, jan./jun. 2016.

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**, v. 14, n. 2, p. 311-335, jun. 2010.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Em tempos de masculinidades coloniais em relevo, um intento de prefácio. In: CAETANO, M.; SILVA JUNIOR, P. M. (Org.) **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. O gênero dos/nos homens: linhas de uma proto-genealogia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2579-2588, 2012.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, set./dez. 2008.

MELCHIONNA, Fernanda; BECKER, Nina (Orgs.). **Mapa dos direitos humanos, do direito à cidade e da segurança pública de Porto Alegre 2015**. Porto Alegre: Stampa, 2015.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 297-320, jan./abr. 2014.

MÉNDEZ, Emilio García. Adolescentes e responsabilidade penal: um debate latino-americano. In: **Por uma reflexão sobre o Arbítrio e o Garantismo na Jurisdição Socioeducativa**. Porto Alegre: AJURIS, FMP, FESDEP, 2000.

MESSERSCHMIDT, James W. **Hegemonic masculinity: formulation, reformulation and amplification**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.

MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MISSE, Michel. (Comentários sobre) O enigma da acumulação social da violência no Brasil. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, p. 1–7, 2019.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Boundary 2**, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

MOSCHKOVICH, Marília. Traduzir Raewyn Connell. In: CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016. p. 5-15.

NASCIMENTO, Marcos. Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidades. CAETANO, M; SILVA JUNIOR, P. M. **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes do. **“Ser homem ou nada”**: diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Crises, valores e vivências da masculinidade. **Novos Estudos**, n. 56, p. 89-110, mar. 2000.

OLIVEIRA, Raissa Menezes de; SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva. **O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioria penal: esclarecimentos necessários**. Nota técnica nº 20. IPEA: Brasília, 2015.

OTTO, Natália Bittencourt. Esposa Agressiva, Mãe Gentil: intersecções entre gênero e violência nas narrativas de adolescentes mulheres autoras de atos violentos. In: STUCKER, P.; CELMER, E. G.; PASSOS, A. G. S. (Orgs.). **Vidas Críticas: gênero, sexualidades, violências e justiça**. Porto Alegre: Editora Mikelis, 2019.

OTTO, Natália Bittencourt. **Profissionais, rivais e sobreviventes: intersecções entre gênero e violência nas narrativas de meninas autoras de atos infracionais violentos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies. In: **African Gender Scholarship: concepts, methodologies and paradigms**. Dakar: CODESRIA, 2004. p. 1-8.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, jan./abr. 2019.

PAMPLONA, Roberta Silveira; BARROS, Betina Warmling. As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. **BIB**, São Paulo, n. 95, p. 1-20, 2021.

PAULA, Liana de. Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 1, p. 27-43, abr. 2015.

PAULA, Liana de. Justiça juvenil. LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 450-461.

PAULA, Liana de. **Liberdade assistida**: punição e cidadania na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **De rolê pela cidade**: os pixadores de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Ser jovem e ser adulto**: identidades e trajetórias. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Masculinidades e sociabilidades: compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, n. 3, p. 701-730, jul./set. 2014a.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Juventude e violência. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014b. p. 265-276.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

RAMOS, Marília Patta. **Introdução à pesquisa social com o uso do SPSS**. Porto Alegre: Escritos, 2014.

RENADE. **Relatório nacional sobre a situação de unidades socioeducativas de privação de liberdade**. Palmas: Provisão, 2017.

RIFIOTIS, Theophilos. Nos campos da violência: diferenças e positivities. **Primeira Mão**, Curitiba, v. 8, n. 7, p. 1-13, 1997.

SALEM, Tania. Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista. **Mana**, v. 12, n. 2, p. 419-447, 2006.

SANTOS, Gabriela Campos dos. **Por que não falar de gênero?** A polêmica da ideologia de gênero e os planos municipais e nacional de educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Luanna Márley de Oliveira e. **Os estudos feministas sobre “ideologia de gênero” no Brasil:** uma análise das produções científicas. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Univesidade de Brasília, Brasília, 2019.

TEIXEIRA, Alex Niche *et al.* Grupos Focais e Análise Qualitativa em Equipe com o Uso do Nvivo: Aplicações a Partir de uma Pesquisa com Mulheres Policiais. In: ROBERTT, P. *et al.* (Orgs.) **Metodologia em Ciências Sociais Hoje:** Práticas, abordagens e experiências de investigação. vol. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

VIER, Betina K. “Prender para reeducar”: a internação de adolescentes como mecanismo de neutralização da pobreza. In: **Anais do V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS**, Porto Alegre: UFRGS, 2017. p. 868-887.

VINUTO, Juliana; ABREO, Leandro de Oliveira; GONÇALVES, Hebe Signorini. No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. **Plural**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 54-77, 2017.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade:** experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

VOLPI, Mário. (org.). **O adolescente e o ato infracional.** ed. 10. São Paulo: Cortez, 2015.

ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 9-24, out. 2009.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

APÊNDICE A – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

Participantes adolescentes

Nome da pesquisa: Masculinidades entre cupinxas: adolescer e proceder na socioeducação em meio aberto

Orientadora da pesquisa: Rochele Fellini Fachinetto

Pesquisador: Osmar Antônio Belusso Júnior

Email: osmarbelusso@gmail.com

Telefone: (51) 9 8499-0440

Do que se trata essa pesquisa?

Estou realizando minha pesquisa de dissertação de mestrado e você está sendo convidado para participar. Seus pais ou responsáveis legais permitiram que você participasse deste estudo. A sua colaboração é muito importante para que eu possa entender como os adolescentes homens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto compreendem, praticam e vivem as suas masculinidades.

Como a pesquisa acontecerá?

Nos meses de março e abril vamos fazer entrevistas individuais, por telefone ou por chamada de vídeo, de acordo com a sua possibilidade. As entrevistas serão curtas e conversaremos sobre você, seus gostos, sua história, seus relacionamentos, etc.

Nessas chamadas, pedirei a você para gravar a sua voz, apenas para que eu possa me lembrar depois das informações que você me contou. Ninguém mais terá acesso a essas gravações.

Como será meu envolvimento com a pesquisa?

Você só precisa participar da pesquisa se quiser e em nenhum momento será obrigado a responder algo contra sua vontade, é um direito seu. Mesmo se aceitar participar, a qualquer momento você pode desistir da pesquisa sem nenhum problema e sem afetar o cumprimento da medida.

Os riscos desta pesquisa são baixos, mas, por tratar de alguns assuntos pessoais e lembranças sensíveis, podem causar desconforto, aborrecimento ou o sentimento de exposição. Para reduzir esses riscos, estarei sempre sozinho no momento das chamadas e só começaremos a pesquisa quando você se sentir confortável. As perguntas que você não queira responder podem ser ignoradas e a atividade, a qualquer momento, interrompida.

Não tenho nenhuma ligação com o serviço onde você cumpre ou cumpriu medida. Os profissionais que trabalham nesse serviço não participarão dos nossos encontros, nem ficarão sabendo do que foi conversado, independente do que você me contar.

Você não receberá pagamento por participar deste estudo, mas também não terá que arcar com nenhum tipo de custo. As despesas que você tiver serão ressarcidas e qualquer dano, moral ou material, será indenizado.

Por outro lado, a pesquisa também traz benefícios. Além de contribuir para o estudo científico das masculinidades, é possível que contar suas histórias seja uma experiência positiva, gerando reflexões sobre o tema da masculinidade.

Privacidade e uso de dados

Ao final da pesquisa, publicarei minha dissertação de mestrado, que é um documento público que reúne os resultados obtidos e todas as pessoas podem acessar e ler o que foi produzido.

Eu possivelmente usarei trechos do que você me contar durante as entrevistas no meu trabalho. Quando isso acontecer, não usarei seu nome verdadeiro, mas sim um nome fictício.

A sua identidade será preservada em todas as ocasiões.

Tudo o que for registrado, como gravação de áudio ou anotações, estará sob a minha guarda e responsabilidade, em lugar seguro, por no mínimo cinco anos. Após esse prazo, o material será destruído.

Alguma dúvida?

Se você ou seus responsáveis tiverem alguma dúvida com relação à pesquisa, seus direitos, possíveis riscos, etc., você pode contatar os responsáveis por esta pesquisa, ou até mesmo entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que aprovou esta pesquisa previamente, pelo telefone (51) 3318-5148, pelo email cep@uergs.edu.br, ou mesmo no endereço Avenida Bento Gonçalves, 8855, Bairro Agronomia, Porto Alegre/RS.

Consentimento esclarecido

Eu li este documento e me explicaram a proposta da pesquisa. Eu tive a oportunidade de fazer as perguntas que gostaria para tirar minhas dúvidas e elas foram respondidas. Em caso de perguntas adicionais, sei a quem posso perguntar.

Eu concordo em participar desta pesquisa e recebi uma cópia deste documento.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2021

Assinatura do adolescente

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Responsáveis legais

Nome da pesquisa: Masculinidades entre cupinxas: adolescer e proceder na socioeducação em meio aberto

Orientadora da pesquisa: Rochele Fellini Fachinetto

Pesquisador: Osmar Antônio Belusso Júnior

Email: osmarbelusso@gmail.com

Telefone: (51) 9 8499-0440

Do que se trata essa pesquisa?

Estou realizando minha pesquisa de dissertação de mestrado e seu filho/enteado/sobrinho/irmão (adolescente sob a sua responsabilidade) está sendo convidado para participar. Para que isso ocorra é necessária a permissão dos pais ou responsáveis legais. A sua colaboração é muito importante para que eu possa entender como os adolescentes homens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto compreendem, praticam e vivem as suas masculinidades.

Como a pesquisa acontecerá?

Nos meses de março e abril vamos fazer entrevistas individuais, por telefone ou por chamada de vídeo, de acordo com a possibilidade do adolescente. As entrevistas serão curtas e conversaremos sobre ele, gostos, história, relacionamentos, etc.

Nos nossos encontros, pedirei ao adolescente para gravar sua voz, apenas para que eu possa me lembrar depois das informações que ele me contou. Ninguém mais terá acesso a essas gravações.

Como será meu envolvimento com a pesquisa?

A participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Você tem liberdade para não autorizar o adolescente a participar desta pesquisa e, caso você autorize, em nenhum momento ele será obrigado a responder algo contra sua vontade, podendo desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ao cumprimento de sua medida.

Os riscos desta pesquisa são baixos, mas, por tratar de alguns assuntos pessoais e lembranças sensíveis, podem causar desconforto, aborrecimento ou o sentimento de exposição. Para reduzir esses riscos, estarei sempre sozinho no momento das chamadas e só começaremos a pesquisa quando ele se sentir confortável. As perguntas que o adolescente não queira responder podem ser ignoradas e a atividade, a qualquer momento, interrompida.

Não tenho nenhuma ligação com o serviço onde o adolescente cumpre ou cumpriu medida. Os profissionais que trabalham nesse serviço não participarão dos nossos encontros, nem ficarão sabendo do que foi conversado, independente do que o adolescente me contar.

Nem você, nem o adolescente receberão pagamentos por participar deste estudo, mas também não terão que arcar com nenhum tipo de custo. As despesas que vocês tiverem serão ressarcidas e qualquer dano, moral ou material, será indenizado.

Por outro lado, a pesquisa também traz benefícios. Além de contribuir para o estudo científico das masculinidades, é possível que contar suas histórias seja uma experiência positiva, gerando reflexões sobre o tema da masculinidade.

Privacidade e uso de dados

Ao final da pesquisa, publicarei minha dissertação de mestrado, que é um documento público que reúne os resultados obtidos e todas as pessoas podem acessar e ler o que foi produzido.

Eu possivelmente usarei trechos do que o adolescente me contar durante as entrevistas no meu trabalho. Quando isso acontecer, não usarei seu nome verdadeiro, mas sim um nome fictício.

Suas identidades serão preservadas em todas as ocasiões.

Tudo o que for registrado, como gravação de áudio ou anotações, estará sob a minha guarda e responsabilidade, em lugar seguro, por no mínimo cinco anos. Após esse prazo, o material será destruído.

Alguma dúvida?

Se você ou o adolescente tiverem alguma dúvida com relação à pesquisa, seus direitos, possíveis riscos, etc., você pode contatar os responsáveis por esta pesquisa, ou até mesmo entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que aprovou esta pesquisa previamente, pelo telefone (51) 3318-5148, pelo email cep@uergs.edu.br, ou mesmo no endereço Avenida Bento Gonçalves, 8855, Bairro Agronomia, Porto Alegre/RS.

Consentimento esclarecido

Eu li este documento e me explicaram a proposta da pesquisa. Eu tive a oportunidade de fazer as perguntas que gostaria para tirar minhas dúvidas e elas foram respondidas. Em caso de perguntas adicionais, sei a quem posso perguntar.

Eu concordo e autorizo o adolescente sob minha responsabilidade a participar desta pesquisa. Recebi uma cópia deste documento.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2021

Nome do adolescente: _____

Assinatura do/a responsável

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Participantes maiores de idade

Nome da pesquisa: Masculinidades entre cupinxas: adolescer e proceder na socioeducação em meio aberto

Orientadora da pesquisa: Rochele Fellini Fachinetto

Pesquisador: Osmar Antônio Belusso Júnior

Email: osmarbelusso@gmail.com

Telefone: (51) 9 8499-0440

Do que se trata essa pesquisa?

Estou realizando minha pesquisa de dissertação de mestrado e você está sendo convidado para participar. A sua colaboração é muito importante para que eu possa entender como os adolescentes homens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto compreendem, praticam e vivem as suas masculinidades.

Como a pesquisa acontecerá?

Nos meses de março e abril vamos fazer entrevistas individuais, por telefone ou por chamada de vídeo, de acordo com a sua possibilidade. As entrevistas serão curtas e conversaremos sobre você, seus gostos, sua história, seus relacionamentos, etc.

Nessas chamadas, pedirei a você para gravar a sua voz, apenas para que eu possa me lembrar depois das informações que você me contou. Ninguém mais terá acesso a essas gravações.

Como será meu envolvimento com a pesquisa?

Você só precisa participar da pesquisa se quiser e em nenhum momento será obrigado a responder algo contra sua vontade, é um direito seu. Mesmo se aceitar participar, a qualquer momento você pode desistir da pesquisa sem nenhum problema e sem afetar o cumprimento da medida.

Os riscos desta pesquisa são baixos, mas, por tratar de alguns assuntos pessoais e lembranças sensíveis, podem causar desconforto, aborrecimento ou o sentimento de exposição. Para reduzir esses riscos, estarei sempre sozinho no momento das chamadas e só começaremos a pesquisa quando você se sentir confortável. As perguntas que você não queira responder podem ser ignoradas e a atividade, a qualquer momento, interrompida.

Não tenho nenhuma ligação com o serviço onde você cumpre ou cumpriu medida. Os profissionais que trabalham nesse serviço não participarão dos nossos encontros, nem ficarão sabendo do que foi conversado, independente do que você me contar.

Você não receberá pagamento por participar deste estudo, mas também não terá que arcar com nenhum tipo de custo. As despesas que você tiver serão ressarcidas e qualquer dano, moral ou material, será indenizado.

Por outro lado, a pesquisa também traz benefícios. Além de contribuir para o estudo científico das masculinidades, é possível que contar suas histórias seja uma experiência positiva, gerando reflexões sobre o tema da masculinidade.

Privacidade e uso de dados

Ao final da pesquisa, publicarei minha dissertação de mestrado, que é um documento público que reúne os resultados obtidos e todas as pessoas podem acessar e ler o que foi produzido.

Eu possivelmente usarei trechos do que você me contar durante as entrevistas no meu trabalho. Quando isso acontecer, não usarei seu nome verdadeiro, mas sim um nome fictício.

A sua identidade será preservada em todas as ocasiões.

Tudo o que for registrado, como gravação de áudio ou anotações, estará sob a minha guarda e responsabilidade, em lugar seguro, por no mínimo cinco anos. Após esse prazo, o material será destruído.

Alguma dúvida?

Se você ficou com alguma dúvida com relação à pesquisa, seus direitos, possíveis riscos, etc., você pode contatar os responsáveis por esta pesquisa, ou até mesmo entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que aprovou esta pesquisa previamente, pelo telefone (51) 3318-5148, pelo email cep@uergs.edu.br, ou mesmo no endereço Avenida Bento Gonçalves, 8855, Bairro Agronomia, Porto Alegre/RS.

Consentimento esclarecido

Eu li este documento e me explicaram a proposta da pesquisa. Eu tive a oportunidade de fazer as perguntas que gostaria para tirar minhas dúvidas e elas foram respondidas. Em caso de perguntas adicionais, sei a quem posso perguntar.

Eu concordo em participar desta pesquisa e recebi uma cópia deste documento.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2021

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE D – Roteiro semi-estruturado utilizado nas entrevistas

Bloco I – Introdução e características pessoais

O que tu gosta de fazer no teu tempo livre?
Quais bandas e músicas tu curte?
Tu gosta de ver filme? Quais?
Tu gosta de praticar esporte?
Como tá sendo esse período de pandemia pra ti?
Tem algum lugar que tu sente saudades de ir?

Bloco II – Histórico familiar

Tu mora com quem?
O que família significa pra ti? Como é a tua?
Quais as pessoas que foram mais presentes na tua infância?
Hoje, tem alguém que te inspira ou que sirva de modelo pra ti?

Bloco III – Relações afetivas

Se tu tem algum problema, com quem tu pode contar?
O que amizade significa pra ti?
Como tu descreveria as tuas amizades?
Tu usa a palavra “cupinxá”? O que significa?
Como tu age quando gosta de alguém?
Que tipo de situação te deixa com ciúmes? E o que tu faz daí?
Tu já se sentiu traído? O que tu fez?

Bloco IV – Representações masculinas

Pra ti, o que significa ser homem?
O que quer dizer ser “macho”?
Tu já ouviu a frase “homem não chora”?
Já te disseram que algo que tu fez não era coisa de homem?

Bloco V – Escola e trabalho

O que a escola significa pra ti?
Tu já parou de estudar alguma vez? Por quê?
E o que significa trabalhar pra ti?
Tu trabalha ou já trabalhou? Com o quê?
Quando tu tem dinheiro, o que tu faz com ele?

Bloco VI – Cumprimento da medida socioeducativa

Desde quando tu cumpre medida? O que ela significa pra ti?

Que atividades tu faz no CREAS?

O que aconteceu pra tu chegar até aqui?

Como tu te envolveu com atos infracionais?

Tu já teve outra passagem?

Já passou pela FASE? Tu recebia visitas?

Alguém próximo de ti já cumpriu medida ou já foi preso?

Bloco VII – Proceder no crime

Pra ti, o que é o “mundo do crime”?

Como alguém entra nele?

Tu fez amizades por causa do crime?

O que é preciso fazer pra ser respeitado no crime?

Que tipo de coisa é proibida no crime?

Que tipo de situação tu considera perigosa?

Tu já viveu algo assim? Como tu agiu?

Bloco VIII – Conclusão e projeto de futuro

O que tu pretende fazer depois que a medida acabar?

Tu tem algum sonho que gostaria de realizar?

ANEXO A – Termo de Autorização Institucional – FASC**AUTORIZAÇÃO**

Eu VANESSA MENDES BALDINI, na condição de DIRETORA TÉCNICA, **autorizo** a realização da pesquisa intitulada "Masculinidades entre cupinxas: adolescer e proceder na socioeducação em meio aberto", a ser conduzida pelo pesquisador Osmar Antônio Belusso Júnior, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através de grupos focais e entrevistas individuais com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto vinculados aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do Município de Porto Alegre.

O pesquisador responsável pelo estudo compromete-se em dar início à pesquisa de campo somente quando for possível garantir a ausência de riscos à saúde dos adolescentes, em razão da pandemia de Covid19. Da mesma forma, compromete-se em garantir o anonimato dos participantes na pesquisa, bem como em reservar um momento para apresentação e discussão dos resultados da pesquisa junto aos trabalhadores do CREAS.

Porto Alegre, 13 de JULHO de 2020

Vanessa M. Baldini

Assinatura do/a responsável institucional

Vanessa Mendes Baldini
Diretora Técnica - FASC/MPA
Psicóloga
Mat. 113527.9

ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa UERGS

UERGS - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO RIO GRANDE
DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Masculinidades entre cupinxas: Adolescer e proceder na socioeducação em meio aberto

Pesquisador: ROCHELE FELLINI FACHINETTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 35846620.8.0000.8091

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.296.169

Apresentação do Projeto:

Trata-se de segunda versão de Projeto de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do aluno Osmar Belusso, com orientação de Rochele Fellini Fachineto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa a ser realizada nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) no Município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sob coordenação da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: "O objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender quais identidades masculinas são construídas, considerando sua pluralidade, e como se dá essa construção dentro do contexto de proceder no crime."

Objetivos específicos: "Compreender como as identidades masculinas foram construídas a partir das interações pessoais no decorrer da biografia dos adolescentes; Compreender as significações e as práticas dos adolescentes a respeito de suas identidades masculinas, com o intuito de verificar a adequação com as noções de masculinidade hegemônica; Compreender as significações e as práticas do "mundo do crime", a fim de entender os dispositivos morais que incentivam e proíbem determinadas condutas dos adolescentes no proceder no crime; Compreender qual a importância que o envolvimento com a prática de atos infracionais possui na biografia dos adolescentes, com o fim de verificar o seu grau de vinculação com o proceder no crime; Analisar a

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8855, Campus Central da UERGS, Prédio 11

Bairro: Agronomia **CEP:** 91.540-000

UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3318-5148

E-mail: cep@uergs.edu.br

UERGS - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO RIO GRANDE
DO SUL



Continuação do Parecer: 4.296.169

relação entre as diferentes masculinidades dos adolescentes, o cometimento de atos infracionais e as diferentes vinculações com o proceder no crime.”

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na segunda versão, os riscos, sua gradação e a forma de minimizá-los foram alterados e estão assim descritos no PB de Informações Básicas, no Projeto Detalhado, TALE e TCLE:

“ Os riscos desta pesquisa são baixos, mas, por tratar de alguns assuntos pessoais e lembranças sensíveis, podem causar desconforto, aborrecimento ou o sentimento de exposição. Para reduzir esses riscos, conversaremos em uma sala com privacidade e só começaremos a pesquisa quando ele se sentir confortável. As perguntas que o adolescente não queira responder podem ser ignoradas e a atividade, a qualquer momento, interrompida. Não tenho nenhuma ligação com o serviço onde o adolescente cumpre medida. Os profissionais que trabalham nesse serviço não participarão dos nossos encontros, nem ficarão sabendo do que foi conversado, independente do que o adolescente me contar. ”

Benefícios presentes no PB de Informações Básicas, no Projeto Detalhado, TALE e TCLE:

“Por outro lado, além de contribuir para o estudo científico das masculinidades, é possível que contar suas histórias e escutar as vivências de outros adolescentes sejam experiências positivas, propiciando também reflexões sobre o tema da masculinidade.” Apesar de não ter sido colocado em separado como benefício, destaca-se o seguinte trecho na metodologia: “Como forma de proporcionar a devolução dos resultados obtidos na pesquisa, após a coleta e análise dos dados extraídos na pesquisa de campo, proporei a cada CREAS um momento reservado especificamente para apresentação e discussão dos resultados junto aos trabalhadores desses serviços. Já a respeito de iniciativas voltadas aos adolescentes, colaboradores diretos da pesquisa, proponho buscar sugestões tanto sobre o formato quanto a respeito do conteúdo nos próprios grupos focais, conforme o interesse dos participantes, se houver.”

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

“A presente pesquisa busca a colaboração dos adolescentes vinculados aos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) no Município de Porto Alegre, através de grupos focais e entrevistas em profundidade. Existem nove CREAS na cidade de Porto Alegre, cada um com sua região de atendimento estritamente delimitada.” “Planeja-se realizar o campo nos próprios espaços físicos dos CREAS. Nesse sentido, pretende-se solicitar às equipes técnicas dos

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8855, Campus Central da UERGS, Prédio 11
Bairro: Agronomia **CEP:** 91.540-000
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3318-5148 **E-mail:** cep@uergs.edu.br

UERGS - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO RIO GRANDE
DO SUL



Continuação do Parecer: 4.296.169

CREAS que identifiquem adolescentes com maior disposição para colaborar com a pesquisa, respeitando inclusive os dias em que, por razão da medida socioeducativa, já iriam ao CREAS.” “Sobre a escolha das técnicas de coleta de dados, propõe-se em um primeiro momento a realização de cinco a oito grupos focais, cada um contando com aproximadamente cinco adolescentes. Nesse momento, pretende-se solicitar aos participantes que preencham uma ficha de levantamento de perfil, informando dados acerca de suas idades, cor da pele, escolaridade, bairro, entre outros pontos.”

A partir disso, como forma de complementar as informações obtidas nos grupos focais, pretende-se convidar aproximadamente dez adolescentes para participarem de entrevistas semi-estruturadas em profundidade, buscando selecionar colaboradores que demonstraram maior disponibilidade para falar de si quando interpelados sobre suas práticas e significações. “Para isso, o roteiro de questões foi dividido em seis blocos, agrupando temas sobre o histórico familiar, as características pessoais do adolescente, as relações afetivas, a escolaridade e a profissionalização, o cumprimento da medida socioeducativa e projeto de futuro. Foi construído, separadamente, um Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE), destinado aos adolescentes, e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), voltado aos seus responsáveis legais. Os TALE e TCLE serão disponibilizados de formas diferentes. Enquanto os TCLE serão entregues aos profissionais do CREAS para que, se possível, obtenham as concordâncias dos respectivos responsáveis, os TALE serão apresentados aos adolescentes diretamente no momento dos grupos focais.” “Proponho que tanto os grupos focais quanto as entrevistas individuais sejam realizados durante os meses de setembro e outubro. Naturalmente, o advento da pandemia de Covid-19 impôs novos desafios à pesquisa. Será necessária uma averiguação periódica sobre a viabilidade da pesquisa nos termos em que foi proposta, principalmente no que diz respeito aos grupos focais. O agrupamento de adolescentes em um espaço confinado, no contexto atual, se mostra inviável. Por enquanto, não considero pertinente a adoção de videoconferências para a execução do campo. Acredito que nessas condições os adolescentes colaboradores não se sentiriam tão confortáveis para falar de assuntos possivelmente delicados, assim como seria mais difícil garantir as suas privacidades à distância. Se for possível evitar tal recurso, melhor. Como plano alternativo, considero realizar apenas entrevistas individuais, aí então com uma amostragem maior de adolescentes. Tanto os grupos focais quanto as entrevistas serão acompanhados pela construção de um diário de campo e pela gravação de áudio de cada encontro, coletivo ou individual, mediante concordância dos participantes.”

Apresentado roteiro de questões para os grupos focais e roteiro semi-estruturado a ser utilizado

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8855, Campus Central da UERGS, Prédio 11
Bairro: Agronomia **CEP:** 91.540-000
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3318-5148 **E-mail:** cep@uergs.edu.br

UERGS - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO RIO GRANDE
DO SUL



Continuação do Parecer: 4.296.169

nas entrevistas.

Nesta segunda versão, no cronograma como documento anexo foi inserida submissão ao Comitê de Ética.

Os grupos e/ou entrevistas estão previstos para setembro/outubro de 2020.

Também foi esclarecido na atual versão que nos grupos focais não haverá participação de integrante da equipe técnica do serviço.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentado TAI assinado pela Diretora Técnica da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC

Apresentado TCLE para os responsáveis e TALE para os adolescentes.

Na atual versão foram inseridos o período de guarda do material pelo pesquisador, a possibilidade de indenização, e ressarcimento de despesas, caso existam. Assim como foram revistos os riscos, sua gradação e a forma de minimizá-los.

Recomendações:

Sem Recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto foi reapresentado atendendo às seguintes pendências, em Carta de resposta às Pendências e alterações nos protocolos conforme segue:

1. Em relação aos riscos:

1.1 É necessária sua gradação de acordo com Resolução n. 510 de 2016, capítulo IV dos Riscos, Art. 21.

PENDÊNCIA ATENDIDA

1.2 É necessário descrever a forma de minimizar os riscos “da atividade gerar algum desconforto por causa dos assuntos tratados”. Vale ressaltar que a condução de forma respeitosa e atenta é dever dos pesquisadores, e a interrupção da atividade não é necessariamente uma forma de minimizar riscos. Ainda, por tratar-se de uma pesquisa com adolescentes, no cumprimento de medidas socioeducativas, menores de idade e vulneráveis pela condição do momento, os riscos, sua gradação e a forma de minimizar estes necessitam ser melhor dimensionados. PENDÊNCIA ATENDIDA

1.3 A alteração dos riscos necessita ser feita em todos os documentos pertinentes: Informações Básicas da Plataforma Brasil, Projeto Detalhado, TCLE e TALE. PENDÊNCIA ATENDIDA

2. O Cronograma necessita ser revisto com a inclusão do período de avaliação do Comitê de Ética.

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8855, Campus Central da UERGS, Prédio 11

Bairro: Agronomia **CEP:** 91.540-000

UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3318-5148

E-mail: cep@uergs.edu.br

UERGS - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO RIO GRANDE
DO SUL



Continuação do Parecer: 4.296.169

PENDÊNCIA ATENDIDA

3. Na metodologia é necessário informar se nos grupos focais haverá participação de integrante da equipe técnica do serviço, caso exista, este também deve assinar um termo de confidencialidade. **PENDÊNCIA ATENDIDA**

4. Em relação ao TCLE para os responsáveis, é necessário inserir o período de guarda do material pelo pesquisador, a possibilidade de indenização, e ressarcimento de despesas, caso existam. Modelo pode ser consultado no site do Comitê : <https://cepuergs.webnode.com/sobre-o-cep-uergs/> **PENDÊNCIA ATENDIDA**

5. Em relação ao TALE para os adolescentes, é necessário o período de guarda do material pelo pesquisador, a possibilidade de indenização, e ressarcimento de despesas, caso existam. Modelo pode ser consultado no site do Comitê : <https://cepuergs.webnode.com/sobre-o-cep-uergs/> **PENDÊNCIA ATENDIDA**

Como todas as pendências foram atendidas e seguem as Resoluções vigentes, o projeto pode ser executado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a)

Seu projeto está APROVADO e poderá iniciar as coletas de dados. Após 30 dias do término do projeto, de acordo com seu cronograma, deverá ser encaminhado um Relatório para apreciação deste CEP.

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CONEP/MS n.º 466/2012, o pesquisador deverá apresentar relatório final (ou parcial, quando pertinente) para apreciação deste CEP. Esse relatório deve conter informações detalhadas nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011:

<http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/conep/relatorio_final_encerramento.pdf>

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS n.º 001 de 2013).

3. A aprovação deste projeto no CEP não garante aprovação em Editais internos ou externos da UERGS, pois depende de avaliações específicas de mérito científico.

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8855, Campus Central da UERGS, Prédio 11

Bairro: Agronomia **CEP:** 91.540-000

UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3318-5148

E-mail: cep@uergs.edu.br

**UERGS - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO RIO GRANDE
DO SUL**



Continuação do Parecer: 4.296.169

4. A fim de publicação de artigo, após obtenção dos resultados da pesquisa, o pesquisador deverá informar na metodologia a aprovação deste CEP e o número do CAAE.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1591823.pdf	04/09/2020 18:25:54		Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	Resposta_as_pendencias.pdf	04/09/2020 18:25:26	ROCHELE FELLINI FACHINETTO	Aceito
Cronograma	Cronograma2.pdf	26/08/2020 19:21:53	ROCHELE FELLINI FACHINETTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_adolescentes3.pdf	26/08/2020 19:21:41	ROCHELE FELLINI FACHINETTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_responsaveis3.pdf	26/08/2020 19:21:34	ROCHELE FELLINI FACHINETTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa3.pdf	26/08/2020 19:21:24	ROCHELE FELLINI FACHINETTO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	14/07/2020 19:09:04	ROCHELE FELLINI FACHINETTO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_aceite_institucional_FASC.pdf	14/07/2020 19:07:32	ROCHELE FELLINI FACHINETTO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	09/07/2020 18:13:11	ROCHELE FELLINI FACHINETTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8855, Campus Central da UERGS, Prédio 11
Bairro: Agronomia **CEP:** 91.540-000
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3318-5148 **E-mail:** cep@uergs.edu.br

UERGS - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO RIO GRANDE
DO SUL



Continuação do Parecer: 4.296.169

PORTO ALEGRE, 23 de Setembro de 2020

Assinado por:
Jane Marlei Boeira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Bento Gonçalves, 8855, Campus Central da UERGS, Prédio 11
Bairro: Agronomia **CEP:** 91.540-000
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3318-5148 **E-mail:** cep@uergs.edu.br